

Lutando no presente pelo futuro

O debate entre jovens comunistas não é com certeza de *show-off*. É um debate ligado à realidade e a problemas concretos.



■ Luísa Araújo

Pág. 18

Adiante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 18 de Março de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1320 • Director: José Casanova

Acção nacional de esclarecimento do PCP

MAIS RESPEITO POR QUEM TRABALHA!

Carlos Carvalho no comício do Porto



Somos o Partido das grandes causas sociais

Págs. 7, 20 e 21

O aniversário do PCP e o 8 de Março

Pela sua natureza, pela sua actividade, pelos seus objectivos, o património de luta do PCP quer dizer resistência ao fascismo e luta pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo, quer dizer luta contra todas as formas de exploração, quer dizer luta pela emancipação da mulher, numa palavra, PCP quer dizer uma luta persistente e abnegada pelas causas mais nobres, pela dignificação e emancipação dos trabalhadores.

■ Domingos Abrantes

Pág. 23

Solidariedade com os povos curdo e turco

■ Lino de Carvalho

Pág. 19

Combustíveis PCP propõe baixa de preços

Pág. 32



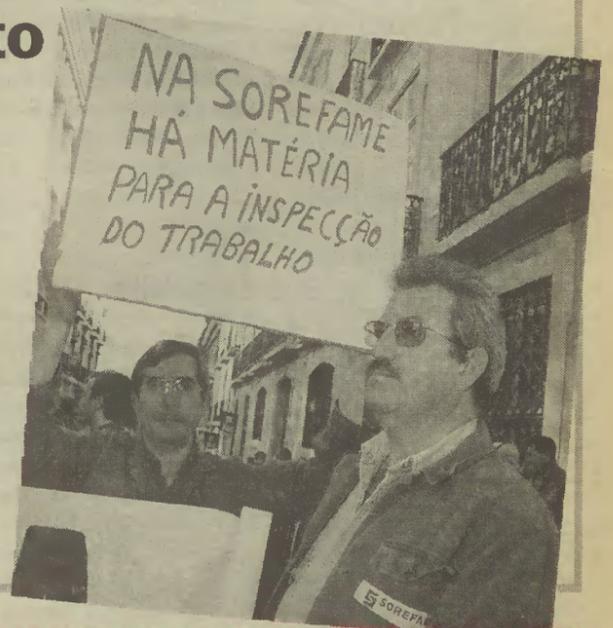
Arrancou na segunda-feira e vai durar até 28 de Março uma acção nacional de esclarecimento do PCP contra o agravamento dos problemas sociais, alertando para o perigo de concretização das alterações à legislação laboral agendadas pelo Governo. Nas ruas do País, entretanto, os trabalhadores manifestam-se (foto de activistas sindicais, no Porto) e a CGTP promove, para o próximo dia 25, uma acção nacional de luta.

Pág. 5

Trabalhadores da ADtranz/Sorefame recusam os dois por cento

Com migalhas se fazem milhões

Centrais





78 anos do PCP comemorados também no comício do Porto

RESUMO

10
Quarta-feira

O embaixador da Grécia em Lisboa, Georges Yennimatas, é chamado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para prestar informações sobre a utilização de um passaporte português no caso do dirigente curdo Abdullah Oçalan ■ Falece Luís Villas-Boas, fundador do Hot Club ■ Dois atentados bombistas provocam um morto e oito feridos em Istambul ■ Polícia espanhola anuncia desmantelamento do comando Donosti da organização separatista basca ETA, envolvido no assassinato de seis vereadores do Partido Popular ■ A polícia palestina mata dois manifestantes e fere outros três durante uma manifestação contra a sentença de morte aplicada a um agente dos serviços secretos.

11
Quinta-feira

PS e PCP chumbam projecto do PP de revogação das Lei-Quadro e Lei de Criação das regiões administrativas ■ Partido Socialista celebra na FIL aniversário da assinatura do «Contrato de Legislação» ■ Alta Autoridade para a Comunicação Social apresenta em Lisboa um estudo sobre a violência nos canais de televisão ■ Portugal e a Indonésia chegam a um acordo para a realização de uma consulta aos timorenses sobre a independência ou autonomia do território ■ Navio espanhol Xove vira-se no Porto de Aveiro provocando a morte de quatro tripulantes ■ Novos confrontos entre a polícia palestina e manifestantes fazem 53 feridos ■ Demite-se o ministro das Finanças da Alemanha, Oskar Lafontaine.

12
Sexta-feira

PCP e PP exigem o "não" de Portugal à Reforma da Política Agrícola Comum na Cimeira de Berlim ■ Segundo o «Diário de Notícias», as contas da campanha autárquica de 1997 não foram sujeitas a fiscalização ■ A Polónia, a República Checa e a Hungria aderem à NATO ■ Gerhard Schroeder assume a presidência do SDP e nomeia novo ministro das Finanças ■ Falece aos 82 anos o violinista Yehudi Menuhin.

13
Sábado

Carlos Carvalhas e Ilda Figueiredo participam no comício de pré-campanha para as europeias em Grândola ■ Na Fortaleza de Peniche, o Presidente da República, Jorge Sampaio reúne-se com vários presos políticos que ali cumpram

penas até 27 de Abril de 1974 ■ A representação diplomática portuguesa chega a Jacarta ■ PSD desafia António Guterres a demitir Veiga Simão, ministro da Defesa. O Primeiro-Ministro defende e reforça a confiança no ministro ■ Novo decreto-lei apresentado por José Sócrates no Dia do Consumidor obriga os fornecedores públicos de serviços essenciais (água, luz e gás) a deixarem de cobrar cauções na celebração de contratos e a devolverem aos consumidores as verbas das cauções de contratos antigos ■ Treze mortos e seis feridos num atentado num centro comercial em Istambul ■ Grupos islamitas assassinam seis pessoas na Argélia.

14
Domingo

Carlos Carvalhas critica cabeças de lista do PS e da AD às eleições europeias no comício dos 78 anos do PCP no Porto ■ O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, afirma que o Governo Indonésio está pronto para libertar Xanana Gusmão ■ Dirigente curdo Abdullah Oçalan acusa o chefe dos serviços secretos gregos de o entregar às autoridades quenianas ■ Novos combates no Kosovo provocam quatro mortos do lado albanês, poucas horas antes do reinício das negociações de paz em Paris.

15
Segunda-feira

José Sócrates apresenta proposta legislativa que cria um plano de pagamento para créditos de famílias altamente endividadas ■ A Polícia Judiciária inicia as buscas na Universidade Moderna e na administração da AMOSTRA ■ Sousa Franco anuncia em Bruxelas novas privatizações ■ A Comissão Europeia demite-se após divulgação do relatório do «comité dos sábios», que acusa de irregularidades e incompetências ■ A delegação albanesa do Kosovo dá o «sim» ao acordo sobre autonomia proposto pelos Estados Unidos ■ A Assembleia Nacional Popular chinesa aprova várias emendas à Constituição.

16
Terça-feira

Há 25 anos, 200 militares do regimento das Caldas da Rainha avançam para Lisboa para derrubar o Governo. A revolta não é bem sucedida, mas estava feito o ensaio para o 25 de Abril ■ O Director da PJ, Fernando Negrão, é demitido após acusação de boicote ao trabalho dos investigadores do «caso da Moderna» ■ MPLA apresenta em Luanda projecto de lei que atribui mais poderes ao Presidente da República.

Nova Iorque, 1857 - Portugal, 1999

Ao contrário do que pretendem fazer os que procuram reduzir todas as comemorações a rituais saudosistas (certamente por se sentirem incomodados pelo facto de determinadas datas permanecerem actuais e presentes na nossa memória colectiva), as iniciativas que, por todo o País, assinalaram o Dia Internacional da Mulher, constituíram momentos vivos e de grande lucidez e consciência política e ideológica, de grande combatividade, determinação e alegria. Não é por terem sido praticamente ignoradas pela generalidade da comunicação social dominante que as comemorações populares do 8 de Março perdem importância e significado. Pelo contrário, apetece dizer. De facto, à luz da realidade em que vivemos percebe-se que essa comunicação social não esteja minimamente interessada em informar, em fazer chegar às portuguesas e aos portugueses as razões, as reivindicações e objectivos concretos que estiveram presentes e deram expressão e conteúdo às várias iniciativas populares levadas a cabo. Da mesma forma que se percebe estar a dita comunicação social naturalmente vocacionada para abordar todas estas questões no âmbito estrito e estreito da difusão das manobras do Governo, o qual, simulando empenhos na resolução dos problemas existentes, procura camuflar uma política que conduz ao avolumar desses problemas.

Mantendo vivos nas suas memórias os acontecimentos ocorridos em 8 de Março de 1857 em Nova Iorque, e tendo como referência indelével toda a história da luta pela igualdade de direitos e pela emancipação das mulheres, milhares de pessoas - mulheres, homens, jovens - fizeram do 8 de Março de 1999 uma jornada de luta virada para o tempo que vivemos e para o futuro. Muitas e diversificadas foram as realizações concretizadas por iniciativa do Movimento Democrático das Mulheres (MDM) - que há 31 anos assume um papel singular no nosso país, estimulando, organizando e dando voz às reivindicações e anseios das mulheres e incentivando e promovendo a reflexão sobre temas específicos relacionados com a problemática feminina -, da Comissão Nacional das Mulheres da CGTP, da Interjovem e de diversas outras estruturas. E, naturalmente, do PCP - partido que, como pode ler-se no texto de Regina Marques publicado na última edição do «Avante!», «sempre reconheceu capacidade e competência às mulheres para construir, valorizar e transformar, e sempre pôs nas suas (nossas) mãos a luta pelos seus direitos, no quadro da luta mais geral dos trabalhadores e do povo». Do PCP que, além de promover várias iniciativas específicas de comemoração do 8 de Março, juntou a celebração desse dia às comemorações do seu 78.º aniversário.

Perante o quase total silêncio da generalidade da comunicação social - é necessário, por razões óbvias, insistir nesta denúncia -, as comemorações multiplicaram-se por todo o País. Exemplos disso foram a manifestação de Évora, a concentração no Rossio, em Lisboa, as concentrações junto à Grunding, em Braga, e junto à Tópico Têxtil, em Vila do Conde e muitas outras e diversificadas iniciati-

vas. Milhares de pessoas trouxeram para a rua as exigências e reivindicações das mulheres portuguesas que são, afinal, exigências e reivindicações da maioria da população: a igualdade de direitos, a correspondência entre a legislação existente e o seu cumprimento integral, a rejeição das discriminações nas carreiras, na formação profissional e nos salários em função do sexo, a exigência da resolução do problema do aborto clandestino e da regulamentação da lei de protecção à mulher vítima de violência, o combate à precariedade do trabalho, a redução do horário de trabalho, a rejeição do pacote laboral. Sendo estes alguns dos temas presentes nas comemorações do Dia Internacional da Mulher, é fácil compreender as razões que levaram a comunicação social - em geral, propriedade de grandes grupos económicos e, portanto, unida na defesa da política de direita - a silenciar, a ignorar essas comemorações.

De facto, as comemorações do 8 de Março foram, como não podia deixar de ser, um momento de luta, um momento de combate à política de direita que o Governo do PS diligentemente prossegue na senda de anteriores governos do PSD - política que encara e aborda os problemas específicos das mulheres na mesma perspectiva de classe e com a mesma hipocrisia com que encara e aborda os problemas gerais do povo e do país.

A chamada «campanha pela conciliação entre a vida familiar e profissional», recentemente anunciada pelo Governo, é um exemplo flagrante da demagogia, da hipocrisia à rédea solta cavalgada pelo executivo do engenheiro Guterres. Praticar uma política que (porque viola direitos fundamentais; porque procura impor um pacote anti-laboral que, entre outras coisas, põe em causa o tempo de férias, propugna a flexibilidade dos horários e novas formas de organização do tempo de trabalho altamente gravosas, nomeadamente o trabalho a tempo parcial) - introduz no seio da imensa maioria das famílias portuguesas a insegurança, a instabilidade, o medo e, ao mesmo tempo, apresentar-se como o anjo bom portador da boa nova da «conciliação entre a vida familiar e profissional», constitui uma exibição de sadismo, de hipocrisia, de total desrespeito pelos direitos das portuguesas e dos portugueses.

Assim sendo, é óbvio que as comemorações do Dia Internacional da Mulher deram um inestimável contributo para o desmascaramento da manobra demagógica do Governo e constituem um ponto de continuidade para as lutas do futuro imediato. E bastaria isso para as justificar e lhes conferir uma enorme importância social e política. Mas elas assumiram também uma assinalável relevância ideológica, ao confirmarem exemplarmente que a luta pelos anseios e reivindicações específicas das mulheres é uma luta que diz respeito a todas as mulheres, homens e jovens e ao realçarem a consciência e o conteúdo civilizacional da participação das mulheres, ao longo da História da Humanidade, em todas as frentes da luta económica, social, política e cultural, praticando assim, frontalmente, a igualdade de deveres num quadro em que lhes é negada, frontalmente, a igualdade de direitos.

Assim sendo, é óbvio que as comemorações do Dia Internacional da Mulher deram um inestimável contributo para o desmascaramento da manobra demagógica do Governo e constituem um ponto de continuidade para as lutas do futuro imediato. E bastaria isso para as justificar e lhes conferir uma enorme importância social e política. Mas elas assumiram também uma assinalável relevância ideológica, ao confirmarem exemplarmente que a luta pelos anseios e reivindicações específicas das mulheres é uma luta que diz respeito a todas as mulheres, homens e jovens e ao realçarem a consciência e o conteúdo civilizacional da participação das mulheres, ao longo da História da Humanidade, em todas as frentes da luta económica, social, política e cultural, praticando assim, frontalmente, a igualdade de deveres num quadro em que lhes é negada, frontalmente, a igualdade de direitos.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3
— 1600 - 196 Lisboa - Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 — 1600 - 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440
Inscrição na Direcção Geral da Comunicação Social
N.º 102235

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A,
— 1100 Lisboa
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Tel. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota - Linb6 - 2710 Sintra
Tel. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.º-A 1100 Lisboa
— Tel. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

Tal tio, tal sobrinho

Saraiva Tio foi ministro da Educação do fascismo. Celebrizou-se pela introdução nas escolas de um famoso método no qual os bufos, os pides e outros cães desempenhavam contudentes e caninas funções pedagógicas.

Saraiva Sobrinho não foi ministro de nada. Enquanto o tio zelava pela aplicação do supracitado método, o sobrinho, pedagogo por tradição familiar, ensinava às massas que «o imperialismo é um tigre de papel».

Aparentemente posicionados em extremos opostos, tio e sobrinho completavam-se, de facto: os canzarrões fascistas e o tigre imperialista conviviam em zoológica e pedagógica harmonia.

Com o 25 de Abril, Saraiva Tio remeteu-se, a princípio, a um prudente assobiar para o ar. Com alguns pides na cadeia, os crimes do fascismo eram, então, denunciados. Mas foi sol de pouca dura: um coro de moderadas vozes fez questão de difundir a sensata observação de que não se deveria ficar a falar disso eternamente, que era preciso enterrar o passado e estabelecer a paz e a concórdia entre todos os portugueses. E assim foi: a pouco e pouco o regime fascista passou a ser designado

por «antigo regime» ou «Estado novo»; os pides foram libertados e indemnizados pelos injustos castigos de que tinham sido alvo; alguns deles foram, mesmo, condecorados por «relevantes serviços prestados à Pátria»; outros foram mediaticamente glorificados; outros ainda, ao que se diz (até agora sem qualquer desmentido), puseram a sua vasta experiência ao serviço do prometedor SIS.

Nas últimas semanas, a patriótica operação de democratização do fascismo enfunou as velas e fez-se ao mar. A cartilha fascista foi reeditada em edição de luxo. A facharia ocupou a comunicação social dominante, devolveu a Salazar a sua condição de «salvador da Pátria» e atirou-se às canelas de tudo quanto lhe cheire a antifascismo.

Saraiva Tio, chamando a si a tarefa de enaltecer e glorificar os crimes do fascismo e o seu responsável máximo, vem demonstrando, com o rigor que o caracteriza, que o «antigo regime» era um modelo de virtudes democráticas e outras que tais. E se continuarem a dar-lhe corda, um dia destes proclamará os fascistas, ele próprio incluído, eméritos democratas e heróis nacionais e acusará os que lhes

resistiram de porcos fascistas e de traidores à Pátria.

Palavras não eram ditas e eis que Saraiva Sobrinho, do alto do seu «Expresso», decide intervir «na polémica sobre Salazar», a pretexto de que «nos últimos dias se disseram demasiados disparates» sobre a matéria. Apresentando um invejável currículo - estudou «esse período durante anos», leu «inúmeros relatos de pessoas que colaboraram com Salazar e de outras que foram perseguidas por ele», leu «todos os discursos de Salazar», teve um «pai opositor ao regime» e tem «um tio que foi ministro de Salazar» - proclamou grandiloquo: «Sei do que falo.» E falou, repetindo integralmente o que, há 50 anos, diziam os propagandistas do fascismo: Salazar «acalmou um país que (...) se consumia em revoltas quase diárias», «equilibrou o orçamento», «fez uma exposição magnífica de glorificação do império», «construiu estradas, pontes, escolas», «evitou a entrada de Portugal na II Guerra Mundial»...

Bendito Tio que tal Sobrinho tem. E vice-versa.

■ José Casanova

Chiapas

O artigo que José Saramago dedica ao povo de Chiapas no «Le Monde Diplomatique» deste mês, e a que Sebastião Salgado associa o seu olhar único, não é apenas um lindíssimo texto, quente de solidariedade, para com uma causa e uma luta exemplares. Ele constitui também e por esse concreto caminho, uma inteligente e sensível reflexão sobre a diferença humana e sobre o valor e a integridade essenciais dos que têm a coragem de afirmar, contra todas as formas mais ou menos explícitas de intolerância e de violência.

Sigamos o discurso directo:

«Os Índios de Chiapas não são os únicos humilhados e ofendidos deste mundo: em todos os tempos e em todos os lugares, quaisquer que sejam a sua raça, a sua cor, os seus costumes, a sua cultura, a sua crença religiosa, o ser humano que nós nos vangloriamos de ser soube sempre humilhar e ofender aqueles que por triste ironia continua a chamar seus semelhantes. Nós inventámos o que não existe na natureza: a crueldade, a tortura, o desprezo. Por uma aplicação perversa da razão dividimos a humanidade em categorias inconciliáveis, os ricos e os pobres, os senhores e os escravos, os podero-

sos e os fracos, os sábios e os ignorantes. E, no interior de cada uma destes divisões, introduzimos outras, de maneira a variar e a multiplicar à porfia, e continuamente, os pretextos para desprezar, humilhar e ofender.

(...) O que está em jogo nas montanhas de Chiapas e nas florestas do Lacandon ultrapassa as fronteiras do México e toca no coração da parte da humanidade que não renunciou, e que não renunciará nunca, ao sonho e à esperança, ao simples imperativo de uma justiça igual para todos.

(...) Esta bruma que impede de ver é também a janela que se abre sobre o mundo do «Outro», o mundo do Índio, o mundo do «Persa». Olhemos em silêncio, aprendamos a escutar, e, de seguida, talvez sejamos capazes enfim de compreender.»

Compreender significa assumir, verdadeiramente, como afirma Saramago, «um mundo que proclama para sempre intocável o direito de cada um ser «persa» durante todo o tempo que quiser, não obedecendo senão às suas próprias razões».

■ Edgar Correia

MULHER
Dia Internacional

Em todo o mundo se celebrou o Dia Internacional da Mulher. Com objectivos bem diferentes, governos, Nações Unidas, partidos políticos, sindicatos, organizações de mulheres e movimentos feministas comemoraram o 8 de Março. Declarações de princípio igualdade homem/mulher, algumas recomendações e poucas medidas concretas é o balanço que podemos apontar, numa forma genérica, aos poderes instituídos. Evocaram a igualdade para encobrir uma política que acentua as discriminações. Lamentaram a violência alheando-se das suas responsabilidades. Propuseram quotas para iludir os principais problemas das mulheres. Do lado dos movimentos sociais e das forças políticas de esquerda predominou a denúncia das desigualdades e a mobilização para a luta por uma alternativa de desenvolvimento assente no progresso social.

Sendo certo que as mulheres, no seu árduo processo de emancipação, alcançaram importantes direitos, não é menos certo que hoje se defrontam com novos problemas e ameaças decorrentes da internacionalização dos processos produtivos e da crescente mundialização da economia. As políticas neoliberais e a crise do sistema criam enormes desigualdades, entre países e regiões do mundo, sempre «com as mulheres a pagarem a parcela mais elevada das injustiças sociais». A regressão económica e social, a par da mediatização de modelos e dum obscurantismo em ascenso, significam para a maioria das mulheres mais exploração e desvalorização do seu trabalho e, em muitos países, conduzem à sua total marginalização da vida económica e social.

É aterrorizadora, pelo elevado grau de opressão, a situação das mulheres no mundo árabe. O fundamentalismo islâmico impôs e limitou o espaço da mulher à casa, obrigando-a a deixar o trabalho, a repor o véu, vedou-lhe o acesso ao ensino e à vida pública. Nos países capitalistas desenvolvidos as mulheres debatem-se com a desigualdade salarial, os contratos a prazo, o desemprego, enquanto se teoriza sobre as vantagens do trabalho a tempo parcial como factor de conciliação da vida familiar e profissional. Noutras regiões, a luta pelo direito à terra é determinante para a sobrevivência e o direito a um tecto é a principal aspiração das mulheres. A luta pela IVG que está na primeira linha das reivindicações femininas em muitos países contrasta com o desconhecimento para milhões de mulheres da possibilidade de controlar os nascimentos. A violência, de que hoje tanto se fala, tem obviamente um conteúdo diferente para uma operária da Europa ou para uma angolana ou iraquiana, vítimas da guerra. A situação é pois muito diferente de país para país. Mas apresenta, contudo, traços comuns de grande insegurança e de importantes recuos.

Tal situação não impede as mulheres de se organizarem e resistirem. Chegam-nos notícias de lutas das mulheres de todo o mundo. Na Austrália, as mulheres conseguiram investimentos especiais para a saúde das mulheres e, no Canadá, as funcionárias públicas viram reconhecida a igualdade salarial, após 13 anos de luta persistente. No Chile e na Argentina as mulheres manifestam-se contra a impunidade dos responsáveis dos crimes das ditaduras, enquanto na Colômbia as mulheres associam a luta de massas à sua participação na guerrilha. Destacamos a resistência das mulheres argelinas contra o terrorismo; a luta das timorenses pela autodeterminação e independência, a das mulheres saarouis, das curdas, das palestinianas, pelos seus direitos nacionais e sociais; das mulheres da Indonésia que, neste 8 de Março, apesar do afastamento de Suharto, viram reprimida a sua manifestação. Das francesas que viram a paridade consagrada na Constituição. E no nosso país a luta exemplar das têxteis pelas 40 horas. E de tantas outras mulheres para quem a solidariedade recíproca é fundamental, como ficou bem expresso no Encontro de Solidariedade entre mulheres, realizado em Havana.

A luta das mulheres contra a opressão e pela igualdade, sendo parte integrante da luta dos trabalhadores e dos povos, é indispensável para a transformação progressista da sociedade.

■ Manuela Bernardino

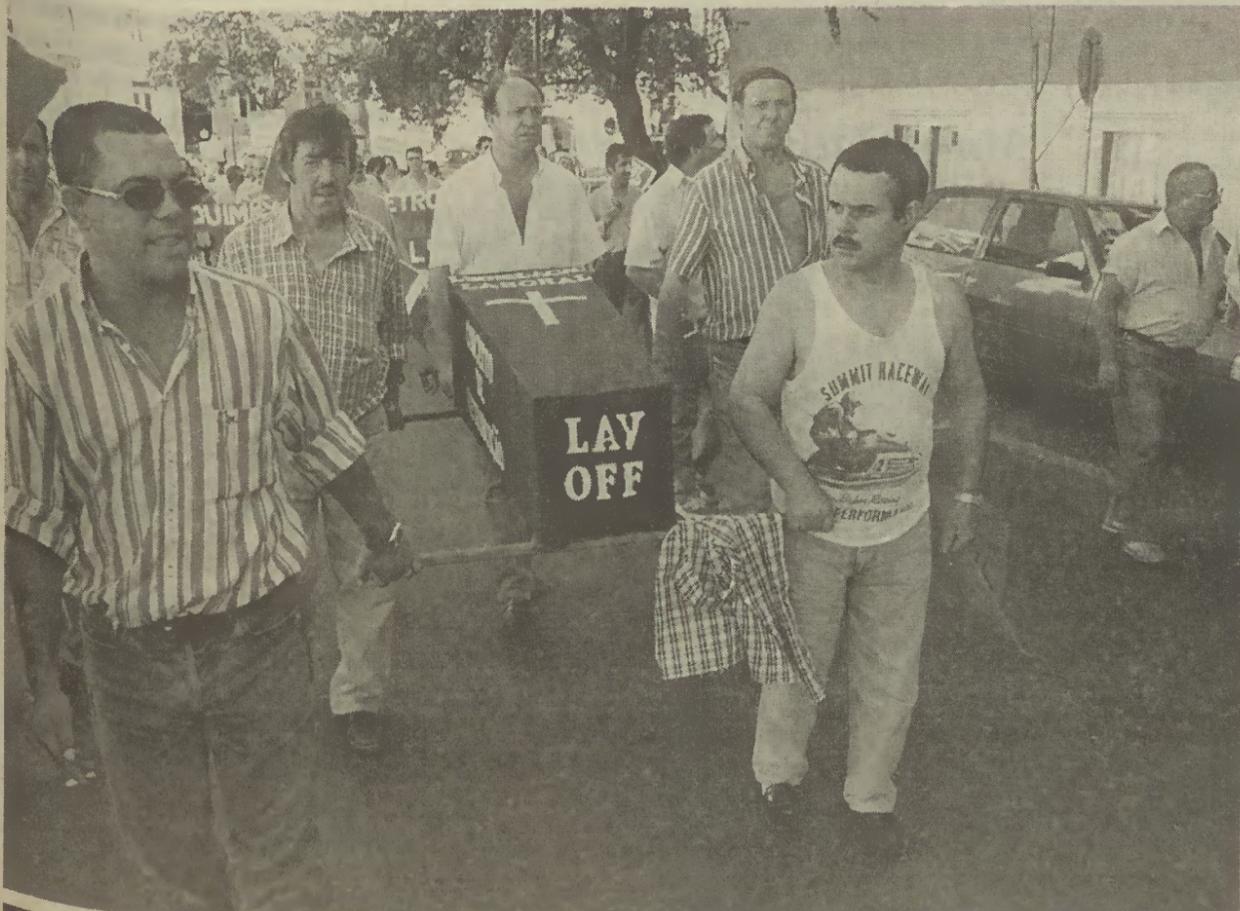
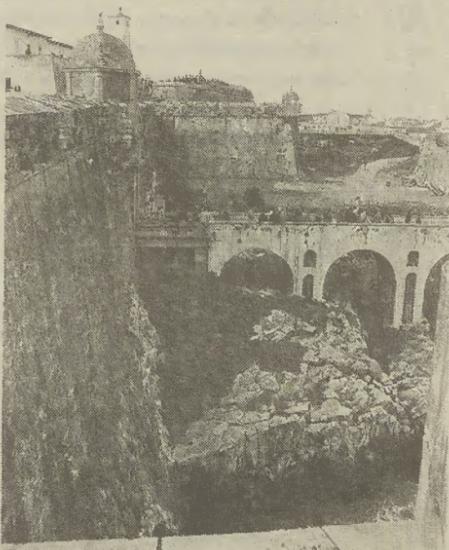


Foto: Jorge Caria

Funeral - Lay-off em paz...

Presidente da República e ex-presos políticos visitam antiga cadeia do Forte de Peniche

O Presidente da República, Jorge Sampaio, deslocou-se esta semana à cadeia do Forte de Peniche, cárcere político até ao 25 de Abril de 1974 onde o regime salazarista encerrava os lutadores antifascistas, convidando para o acompanharem nesta sua deslocação 12 antigos prisioneiros: a viúva de José Bernardino, Manuela Bernardino, Dias Lourenço (que protagonizou uma fuga lendária desta fortaleza considerada «inexpugnável» pelo regime), Carlos Brito, Domingos Abrantes, Borges Coelho, Edmundo Pedro, Pereira Marques, Peres Metello, José Santos, Fernando Santos, Lídia Pinet e Manuel Serra. «Ao convi-



dar vários presos políticos da época», afirmou Jorge Sampaio, «quis não só agradecer-lhes aquilo que fizeram pela democracia, mas quis também simbolizar que não podemos branquear nenhum aspecto da nossa História». Mais à frente, Jorge Sampaio agradeceu a todos os seus convidados «em nome da democracia, sem a qual não estaríamos aqui, por terem tornado possível a liberdade», acrescentando: «Vocês representam a dignidade de Portugal!» Esta foi a primeira visita, em 18 anos, de um Presidente da República ao Forte de Peniche - hoje transformado em Museu da Resistência Antifascista.

Grupo Murdoch «comprador» da TVI

A TVI volta a andar nas bolandas na velha procura de «parceiros estratégicos»: desta vez fala-se do grupo Murdoch, um dos gigantes do monopólio mundial da comunicação, que poderá comprar parte do capital social da TVI ao grupo colombiano Santo Domingo, actual detentor de 66% das acções da ex-televisão católica portuguesa. Recorda o *Diário de Notícias* que a Media Capital, presidida por Miguel Paes do Amaral, é detentora dos restantes 33% da TVI, que comprou recentemente ao grupo Sonae e à Lusomundo, acrescentando que a Media Capital é uma das empresas referenciadas no relatório



do SIS como ligada à lavagem de dinheiro e integra a holding CIGM - Companhia de Informação e Gestão dos Media que, por sua vez, tem 35% do seu capital social nas mãos dos investidores colombianos da Santo Domingo. Nestes movimentados negócios em torno da TVI entra igual-

mente o controverso ex-gestor da Universidade Moderna, José António Braga Gonçalves, através do qual a cooperativa Dinensino, proprietária da Moderna, também entrou com 220 mil contos para a compra de 3,75% das acções da Media Capital de Paes do Amaral.

Morre Yehudi Menuhin

Aos 82 anos, morre o violinista norte-americano Yehudi Menuhin, filho de uma família de origem judaica e russa, considerado um dos maiores violinistas deste século e de todos os tempos, ao mesmo tempo que se impôs, igualmente,



como um embaixador da paz e um humanista respeitado em todo o mundo. Durante a II Guerra Mundial deu mais de 500 concertos para as tropas aliadas e, em 1947, foi o primeiro artista judeu a actuar na Alemanha, sob a regência de Wilhelm Furtwangler, director da Orquestra Filarmonica de Berlim durante o III Reich e que seria absolvido em Nuremberga numa alegada colaboração com os nazis. Menuhin terá dito na altura: «Temos que unir as nossas forças para conseguir renascer das cinzas. Com ódio não reconstruiremos nada.» Segundo Einstein, as interpretações de violino de Menuhin provaram-lhe que «Deus existe», enquanto Gandhi afirmava: «Eis aqui um homem que, como eu, crê no amor universal.» Aos 6 anos deu o seu primeiro concerto e aos 8 executou um dos mais difíceis *capricci* para violino solo, de Paganini, tendo-se rapidamente afirmado como um dos mais extraordinários intérpretes de violino de todos os tempos.

Comissão Europeia demite-se em bloco

A Comissão Europeia demitiu-se em bloco, um dia após se ter tornado público um relatório onde a Comissão foi acusada de irresponsabilidade, má gestão e falta de sentido político. Uma denominada «Comissão de Sábios», constituída por investigadores independentes para analisar as graves suspeitas de fraudes, nepotismo, má gestão e irregularidades no funcionamento da Comissão Europeia, apresentou esta semana o seu relatório, que foi arrasador para diversos Comissários Europeus e para o Comissariado no seu conjunto. Edith Cresson, comissária francesa da Investigação e Educação, foi a mais atingida pelo relatório, que a

acusou de «favoritismo» ao contratar um médico seu conhecido para um trabalho científico para que não tinha qualificações nem competência, mas não foi a única. Por exemplo, o comissário espanhol Manuel Marín é acusado de não ter reagido «com prontidão», apesar de ter tido conhecimento de irregularidades no programa MED, de iniciativas na Bacia do Mediterrâneo e na ECHO, o departamento para ajuda humanitária que esteve a seu cargo no anterior mandato. As críticas do relatório são demolidoras sobre a actuação de diversos comissários e do comissariado no seu conjunto, a que não escapou o próprio presidente da Comissão, Jacques

Santer, responsabilizado pelo descontrolo em que tem actuado este organismo. O comissário português João de Deus Pinheiro foi também censurado por ter contratado a própria mulher e um cunhado que, apesar de terem sido considerados qualificados para as funções, não deviam ser contratados devido à ligação familiar com o comissário. Entretanto, 10 eurodeputados de diferentes países e grupos políticos do Parlamento Europeu apresentaram uma moção de censura à Comissão Europeia, havendo de imediato vozes a exigir a demissão em bloco da Comissão e de todos os seus comissários, o que veio a acontecer por iniciativa dos próprios.

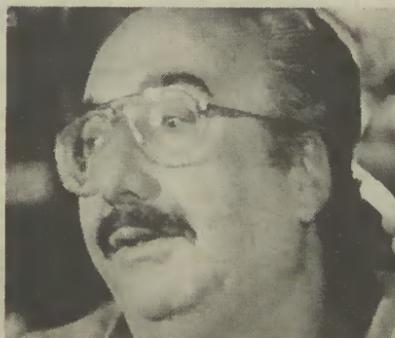
Judiciária investiga Universidade Moderna

Várias brigadas da Polícia Judiciária passaram esta semana a pente fino tanto as instalações da Universidade Moderna como da empresa que gere o seu Centro de Sondagens. Munidos de mandatos de busca, os agentes ordenaram a abertura das portas da reitoria, entraram na zona de gestão, apreenderam variada documentação e examinaram os sistemas informáticos, recolhendo mesmo ficheiros antigos. Em relação à AMOSTRA, a empresa de sondagens da Moderna, os agentes investigaram a composição e remuneração dos órgãos sociais. Recordase que, até Abril do ano passado, o actual líder do PP, Paulo Portas, esteve à frente da gestão desta empresa, sendo então substituído por Pedro Santana Lopes, presidente da Câmara Municipal da Figueira

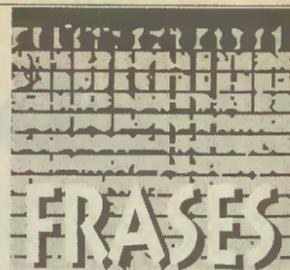
da Foz. Portas esteve, em Janeiro último, envolvido num acidente de automóvel ao volante dum *Jaguar* que a Moderna lhe havia distribuído quando estava à frente do Centro de Sondagens mas que, alegadamente, havia sido devolvido à instituição quando cessara funções em Abril do ano passado. O escândalo da Universidade Moderna estalou quando, há duas semanas, os jornais levantaram graves suspeições ao funcionamento desta instituição privada e a relacionaram com negócios escuros e ligações perigosas à «Loja da Casa do Sino», organização maçónica a que estará ligado o advogado José Braga Gonçalves, filho do reitor da Moderna, José Júlio Gonçalves e recentemente destituído do cargo de gestão que ocupava na controversa Universidade.

Morre Luís Villas-Boas

Vítima de doença prolongada, morre aos 74 anos Luís Villas-Boas, justamente considerado «o pai do jazz em Portugal». Natural de Lisboa, onde nasceu em 26 de Março de 1924 (faria 75 anos dentro de dias), Villas-Boas viveu uma existência de paixão pelo jazz que teve consequências a nível nacional: foi esse entusiasmo - e decorrentes iniciativas - que popularizaram o jazz no nosso país. Destacamos apenas duas das suas acções maiores em prol da divulgação jazzística: a fundação do *Hot Club de Portugal*, em 1948, e a organização do *Festival Jazz de Cascais* a partir de



1971. Com o *Hot Club* - hoje uma instituição nacional e uma verdadeira escola de jazz - Villas-Boas não apenas criou um espaço onde foi apresentando os maiores nomes da música de jazz mundial, como abriu caminho à formação e actuação de músicos e grupos portugueses nesta fascinante área musical, desencadeando, ao longo dos anos, um efeito de bola de neve na captação de novos adeptos e apaixonados jazzísticos. Com os Festivais Jazz de Cascais, iniciados em 1971 e abruptamente encerrados e proibidos pelo regime fascista um pouco antes do 25 de Abril, Villas-Boas tornou o jazz, em Portugal, num acto cultural de dimensão nacional. É um país inteiro que deve preito de homenagem a este homem.



“Neste original processo de branqueamento do fascismo (para citar as palavras de Jorge Sampaio) com que resolvemos comemorar os 25 anos do 25 de Abril, é imprescindível ler a entrevista de outro homem inteligentíssimo, o general Kaúlza de Arriaga, esse indómito democrata e também famoso activista antifascista. Diz coisas admiráveis, fala dos militares de Abril como de “presumíveis delinquentes de crime de alta traição” (...) e, interrogado sobre se Salazar era um democrata, tem esta admirável resposta: “Não sei, nunca falámos disso.” No entanto, meu caro general, há milhões de portugueses que nunca falaram com ele - e sabem”

(Eduardo Prado Coelho, Público, 15.3.99)

“A questão de fundo é que, tragicamente, o país político não é capaz de fazer com os militares do 25 de Abril aquilo que fez com os militares que se opuseram à revolução. Os de Abril viram as suas carreiras desfeitas e assim permanecem pelo «crime» gravíssimo de terem derrubado o regime anterior. Os outros puderam retomar o seu caminho sem qualquer perturbação”

(Emídio Rangel, Diário de Notícias, 13.3.99)

“O branqueamento da História, o ódio contra os militares de Abril, o medo do futuro revelam, afinal, que a direita portuguesa não foi capaz de operar uma mudança de mentalidades. Ou seja, a direita portuguesa ainda não fez o seu 25 de Abril”

(Leonel Moura, A Capital, 15.3.99)

“Stanley Kubrick morreu e as televisões portuguesas quase não davam por isso, de tal modo estavam empenhadas em eventos de transcendental relevo, como o primeiro desfile de moda de Fátima Lopes em Paris ou a carreira do Pevidém na Taça de Portugal”

(João Lopes, idem)

“Enquanto em algumas regiões do globo os senhores que comandam o mundo se mostram disponíveis para intervir militarmente sem mandato da ONU, noutras lados [como Angola], havendo sanções, deliberações, forças de imposição e manutenção da paz, a ONU não mostra vontade firme de intervir”

(Brigadeiro Pezarat Correia, Público, 13.3.99)

“(A construção) é o sector-chave para apostar quando as coisas não correm bem. (...) E o nervosismo já se apoderou dos empreiteiros: despedem trabalhadores, atrasam pagamentos, endividam-se na banca. Tenho o pressentimento de que o principal busílis está aqui...”

(Daniel Amaral, Visão, Março)

Acção Nacional de Esclarecimento

Os trabalhadores contam com o PCP o PCP conta com os trabalhadores

A Acção Nacional de Esclarecimento promovida pelo PCP arrancou na segunda-feira e prolonga-se até 28 de Março. Esta iniciativa visa alertar os portugueses para o agravamento dos grandes problemas sociais e para o perigo de concretização das alterações à legislação laboral agora agendadas pelo Governo.

A exemplo do que aconteceu em Maio, quando da apreciação pública das propostas do Governo de trabalho a tempo parcial e do *lay off*, esta acção do PCP vai permitir às organizações do Partido, em todos os distritos e regiões autónomas, contactar dezenas de empresas e milhares de trabalhadores e, através de uma programação intensa e diversificada, chegar a locais e sectores que diariamente têm dificuldade de tocar.

Assim, sob o lema «Mais respeito por quem trabalha!», centenas de militantes do PCP, durante duas semanas, estarão na rua, junto de fábricas, empresas, terminais de transportes, centros comerciais e outros locais de grande concentração de pessoas, distribuindo propaganda, realizando sessões ou minicómicos à porta das empresas, esclarecendo e denunciando a política que o Governo PS está a praticar, não só a nível laboral mas também no plano dos impostos, dos preços, da segurança, da qualidade do emprego e dos salários.

Durante estes dias, junto das empresas e das populações estarão também destacados dirigentes e deputados do PCP e alguns candidatos da CDU, como a cabeça-de-lista ao Parlamento Europeu, Ilda Figueiredo, que participará, designadamente, na acção que decorrerá, no Porto, no dia 22 de Março, com encerramento no Bolhão.

Iniciativas, aliás, que se repetem um pouco por todo o País. Na terça-feira passada, por exemplo, Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política do PCP, participou em Coimbra na entrega de documentos e contactos com os trabalhadores da Cerâmica CERES, enquanto Octávio Teixeira, também membro da Comissão Política, participará amanhã em Lisboa numa acção de esclarecimento junto dos trabalhadores da EDP, da Portugal-Telecom e da EPAL.

Dentre os materiais de suporte a esta grande acção do PCP consta um folheto através do qual os comunistas informam os trabalhadores sobre as iniciativas que têm tomado aos vários níveis institucionais e os resultados positivos com elas alcançados.

Foi graças à acção do PCP e à acção do movimento sindical que, por exemplo, os trabalhadores ganharam a redução do horário de trabalho para as 40 horas semanais; foi o PCP o primeiro a propor o Rendimento Mínimo Garantido; foi o PCP que defendeu na AR a valorização das carreiras dos trabalhadores da Administração Central e Local e apresentou medidas para fazer face ao grave problema dos acidentes de trabalho; ou, ainda, que conseguiu que fossem aprovadas as propostas sobre impostos que permitem que, este ano, 750 mil portugueses de mais baixos rendimentos fiquem isentos de IRS e que cerca de dois milhões descontem menos.

Foram, porém, as alterações à legislação laboral que o Governo pretende aprovar em Março e Abril na Assembleia da República que mais terão pesado para a concretização desta acção de esclarecimento do PCP.

De facto, as propostas em causa - sobre trabalho a tempo parcial, *lay off*, lei das férias, conceito de retribuição, participação do patronato na elaboração da legislação laboral, trabalho nocturno -, a serem aprovadas, significariam, pelos seus conteúdos negativos, profundas alterações aos actuais conceitos de emprego, retribuição, organização do tempo de trabalho e férias. Isto, para além da descapitalização da Segurança Social e do desequilíbrio da correlação de forças no quadro sociolaboral que implicariam.

Aproveitando esta acção, os comunistas vão ainda dizer aos trabalhadores que, hoje como ontem, podem contar com o PCP na luta em defesa dos seus direitos mas, simultaneamente, que também o PCP conta com eles. Ou seja, que está nas suas mãos dar mais força à exigência de uma política de esquerda. Que, para imprimir um novo rumo à política governamental, é condição necessária que os trabalhadores votem no PCP.

Mais Respeito POR QUEM TRABALHA!

Os trabalhadores portugueses não estão condenados a sofrer uma política que pensa sobretudo nos senhores do dinheiro e da finança, não respeita as aspirações de quem trabalha e não retribui devidamente a sua contribuição essencial para a vida e o progresso do país.

Contra esta política injusta, os trabalhadores portugueses têm o poder interno da sua intervenção e da sua luta e têm também, neste ano do duas eleições, o poder interno dos seus votos.

Está, pois, nas suas mãos dar mais força à exigência de uma política de esquerda que dê resposta eficaz aos problemas que enfrentam, as preocupações que partilham e a aspiração a uma vida melhor e de trabalho com direitos.

Com o PCP para defender e valorizar os direitos dos trabalhadores



Coincidindo com a acção de esclarecimento do PCP, e na sequência das acções realizadas no dia 11 de Março contra o Pacote Laboral no Porto (foto em cima) e em Lisboa (foto em baixo), a CGTP realiza no dia 25 de Março uma manifestação frente à Assembleia da República

Trabalhadores dizem NÃO!

Também a CGTP-IN, face à intenção do Governo de avançar com as propostas mais gravosas de alteração da legislação laboral, promove, no dia 25 de Março, uma acção nacional de luta que constará de uma concentração nos Restauradores, às 15 horas, seguida de um desfile para a Assembleia da República.

Já no passado dia 11, as União dos Sindicatos de Lisboa e Porto promoveram grandes acções públicas de protesto contra a inclusão das associações patronais na elaboração da legislação laboral, o mais polémico dos quatro diplomas que nesse dia subiram a Plenário da Assembleia da República.

Em Lisboa, mais de trezentos delegados e activistas sindicais formaram um longo cordão humano que, percorrendo a cidade até S. Bento, teve como objectivo mostrar ao Governo que os trabalhadores estão contra a legislação que precariza o trabalho e alertar a opinião pública para o facto de este problema não atingir apenas aqueles que hoje trabalham.

No Porto, o protesto assumiu a forma de uma manifestação que reuniu na Praça da Liberdade de mais de duas centenas de activistas sindicais.

O certo é que a luta desenvolvida até agora, envolvendo largos milhares de trabalhadores, impediu que a discussão destas propostas se fizesse em período de férias e, logo, que fossem aprovadas «nas costas dos trabalhadores». Por outro lado, a discussão pública das propostas mais gravosas permitiu já mostrar inequivocamente a rejeição que elas merecem aos trabalhadores e aos seus sindicatos.

Entretanto, os trabalhadores prometem prosseguir esta luta,

de que a manifestação convocada pela CGTP para 25 de Março, em Lisboa, será um ponto alto. Até lá, realizar-se-ão plenários em todas as empresas, sindicatos e comissões de trabalhadores para discutir e apurar o máximo de pareceres sobre estas leis, designadamente a lei das férias e do conceito de retribuição, neste momento em debate público.

No caso da lei das férias, o Governo quer que a assiduidade se repercuta no número de dias a gozar: pretendendo fazer crer que os trabalhadores passariam a ter direito a 24 dias de férias (caso não faltassem um único dia), a verdade é que a sua proposta apenas garante 10 dias, contra os 22 actualmente assegurados.

Em relação ao conceito de retribuição, o que se pretende é retirar deste conceito o valor dos prémios e de outras componentes variáveis do salário, diminuindo significativamente a massa salarial sobre a qual incidem as contribuições para a segurança social de trabalhadores e entidades patronais. Uma proposta que, a ser aprovada, traduzir-se-á, entre outras consequências, pela redução do valor das reformas, do subsídio de férias e do subsídio de Natal.



LISBOA

Melhorar Serviços de Saúde

Dirigentes da Organização da Cidade de Lisboa, eleitos locais, vereadores e deputados municipais visitaram recentemente diversos Centros de Saúde da cidade, verificando, desde logo, a falta de médicos - milhares de pessoas não têm médico de família -, de enfermeiros e de pessoal administrativo e as carências das suas instalações e acessos. Ao mesmo tempo, os horários de atendimento foram reduzidos e faltam meios auxiliares de diagnóstico, sendo que as melhorias de organização se devem ao profissionalismo e dedicação do pessoal.

Face a este panorama, o PCP apoia as organizações locais de saúde e as reivindicações das freguesias pela melhoria dos serviços de Saúde, considerando a reabertura das Urgências do Hospital dos Capuchos e a construção de um novo Hospital na Zona Oriental como duas prioridades.

MARVILA

Uma freguesia carenciada

No âmbito destes contactos do PCP em Lisboa, uma delegação da Comissão de Freguesia de Marvila do PCP, integrando responsáveis da Cidade de Lisboa e eleitos municipais, visitou a freguesia, constatando a falta, no imediato, de um Hospital e extensões do Centro de Saúde, com prioridade para o Bairro dos Loios.

Quanto ao Movimento Associativo Popular, ele queixa-se de falta de apoio, designadamente o Clube Futebol de Chelas e o Futebol Clube de Rossão que necessitam de novas instalações e infra-estruturas de apoio aos atletas.

Por outro lado, o crescimento de Marvila - que em três anos vai passar de 60 para 80 mil habitantes -, coloca problemas de inserção/adaptação, como são os casos do Bairro do Chinês, que recusa o realojamento noutra local, e do Bairro do Armador, cujas habitações se vêm degradando.

Por isso, apesar das melhorias introduzidas pela administração da Freguesia e do Município, o PCP defende que se converta e dinamize o seu tecido económico, de forma a evitar a transformação de aglomerados deste tipo em ghettos e dar resposta às questões sociais e de exclusão que o desemprego e os baixos rendimentos causam.

MACEDA

Cena insólita na Junta

Os residentes da Rua Monte da Lavoura organizaram recentemente um abaixo-assinado dando voz a uma sua antiga aspiração - o arranjo e pavimentação da rua -, para a qual, há cerca de 20 anos, chegou a entregar uma verba à Junta de Freguesia de Maceda.

O «inacreditável» aconteceu, porém, quando, em 29 de Janeiro, Aníbal Godinho, representante dos moradores que procedeu à entrega da petição, foi insultado por um membro do executivo da Junta que, entre outros mimos, chamou-lhe «comunista de merda», ao mesmo tempo que afirmava que «os comunistas só sabem destruir».

Face a esta atitude, a Comissão Concelhia de Ovar do PCP solidariza-se com o seu camarada Aníbal Godinho e, exigindo uma tomada de posição pública por parte do Executivo da Junta, felicita os moradores, cuja luta levou a que as obras de restauro da rua tivessem arrancado em meados de Fevereiro.

MATOSINHOS

Insegurança em Leça

Os acidentes que se têm verificado na Petrogal e lançaram a insegurança nas populações, designadamente na de Leça de Palmeira, têm responsáveis, diz a Comissão Concelhia de Matosinhos do PCP, perguntando qual a compatibilização do projecto inicial da Refinaria com a actual realidade, particularmente em termos de protecção e plantações arbóreas. Em nota à comunicação social, os comunistas de Matosinhos dizem ainda não compreender o «cerco» de habitação à Refinaria que a Câmara tem permitido e querem saber que medidas tem ela tomado face ao Plano de Segurança Externa da Petrogal que o PCP requereu há vários meses na Assembleia Municipal. Responsabilidades cabem, porém, à própria Petrogal, pela dispensa de centenas de trabalhadores e a falta de investimentos em obras de manutenção e segurança.

A Concelhia do PCP valoriza, entretanto, a «indiscutível relevância» da Refinaria de Leça de Palmeira, em termos de economia nacional e de criação de postos de trabalho directos e em empresas subsidiárias, mas reclama do Governo uma auditoria à empresa - designadamente sobre as condições de segurança e ambientais - e uma averiguação de responsabilidades nos casos ocorridos. À Câmara, exige o fim do «cerco» à Petrogal e uma política urbanística que tenha em conta a sua existência.

Comemorações por todo o país

O 78.º aniversário do PCP continua a ser assinalado um pouco por todo o país, em iniciativas envolvendo colectivos de trabalhadores, emigrantes ou núcleos locais de comunistas. Iniciativas em que as comemorações do aniversário do PCP nalguns casos se cruzam também com as do Dia Internacional da Mulher.

A Célula da Lisnave/Gestnave comemorou os 78 anos do PCP no refeitório da empresa, à hora do almoço, envolvendo no acto os cerca de 1.500 trabalhadores presentes, num ambiente particularmente caloroso.

Seis mesas repletas de bolos e moscatel e com bandeiras do PCP estiveram no centro da festa.

À entrada do refeitório foi distribuído um comunicado em que é sublinhado o carácter de opressão e exploração inerente ao capitalismo, como o provam «a ofensiva contra os trabalhadores e suas conquistas, o aumento do desemprego, os baixos salários e os ataques à Segurança Social».

No comunicado destaca-se «a natureza de classe do PCP» que conduz a que «os seus militantes tenham uma identidade própria, solidária, e que mantenham o sentido da indignação, da incomodidade perante as injustiças» e, por isso mesmo, à resistência e à luta.

Nos Açores, na noite do passado dia 5 de Março, mais de uma centena de pessoas encheram a sala do Hotel Ponta Delgada para assistirem e participarem numa sessão promovida pelo PCP, que contou com a presença da deputada Odete Santos. Questões como a participação na vida política, o papel da mulher, os próximos actos eleitorais, o pacote laboral, estiveram entre os temas abordados.

Na tarde de 6 de Março, no Centro de Trabalho de Ponta Delgada, decorreu um convívio comemorativo do aniversário do PCP, durante o qual Odete Santos fez uma intervenção em que sublinhou o papel dos comunistas na sociedade actual.

Neste mesmo dia, no Centro de Trabalho de Angra, a Comissão da ilha Terceira organizou um animado convívio comemorativo, em que usou da palavra António Nunes, do secretariado da DORAA.

Centenas de pessoas participaram, no passado fim-de-semana, num restaurante da cidade de Ílhavo, num jantar comemorativo dos 78 anos do PCP.

Pimenta Dias, deputado na Assembleia da República, fez uma intervenção lembrando o papel dos comunistas na luta pelo derrube do fascismo e pelas profundas transformações na sociedade portuguesa operadas com o 25 de Abril, lembrando, a propósito, que hoje



Cerca de 150 pessoas participaram no jantar comemorativo do 78.º aniversário do PCP, na cidade de Vila Real

não faz sentido comemorar a Revolução de Abril sem falar nas transformações económicas e nos direitos sociais conquistados, muitos deles já destruídos e outros fortemente ameaçados pelo actual governo. Entre as ameaças às conquistas de Abril, Pimenta Dias salientou o pacote de medidas legislativas de alteração às leis laborais, lembrando que, pelo perigo que acarretam para os trabalhadores, requerem uma forte denúncia e oposição.

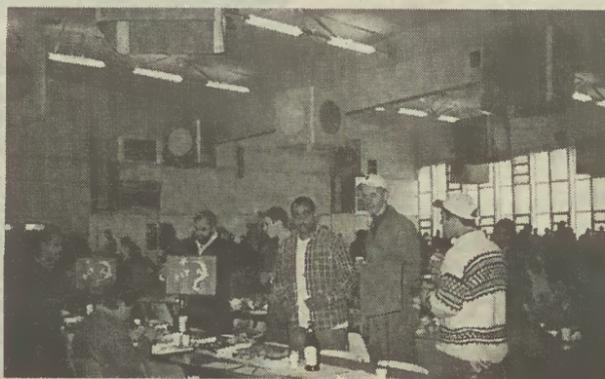
No final do jantar-convívio procedeu-se ao sorteio de uma serigrafia oferecida para angariação de fundos, no caso concreto para custear as obras e apetrechamento do novo Centro de Trabalho que em breve será inaugurado.

No quadro das comemorações do aniversário do PCP, a célula dos trabalhadores da Câmara Municipal da Moita realizou, dia 13, um convívio musical, na ex-Socorquex, em que estiveram presentes mais de uma centena de pessoas. Usaram da palavra João Almeida e Rui Garcia, respectivamente membro da Comissão Concelhia, presidente da C.M. da Moita e do Secretariado e Executivo da Comissão Concelhia.

Na Holanda, os emigrantes portugueses assinalaram o aniversário do PCP com uma iniciativa de debate e convívio que juntou uma centena de pessoas, incluindo um número significativo de mulheres e jovens.

A actividade desenvolvida pelos comunistas portugueses na Holanda, a preparação das eleições para o Parlamento Europeu e para a Assembleia da República, a defesa da identidade nacional, foram algumas das questões abordadas.

Fátima Garcia, do gabinete de apoio aos deputados do PCP no Parlamento Europeu, deu uma breve informação sobre questões europeias, tendo-se generalizado o diálogo em torno dos mais variados problemas que afectam a comunidade portuguesa na Holanda e na Europa comunitária.



Na Lisnave, as comemorações decorreram no refeitório, na presença de 1.500 trabalhadores

Álvaro Cunhal no Barreiro

No âmbito das comemorações do 78.º aniversário do PCP, realizou-se no sábado, na SIRB «Os Penicheiros», no Barreiro, um

José Morais, responsável político pelo concelho do Barreiro, que teceu algumas considerações sobre política local.

Ilda Figueiredo, que a seguir interveio, focou, por sua vez, aspectos da integração europeia, esclarecendo as razões da candidatura da CDU ao Parlamento Europeu.

Por fim, Álvaro Cunhal, cuja intervenção perspectivou historicamente a vida e o percurso do PCP, centrou-se particularmente nas questões ligadas à importância do movimento comunista internacional e do seu papel nas grandes conquistas sociais deste século.

Mas o dirigente comunista abordou também aspectos importantes da vida do Partido, designadamente a necessidade

de os militantes participarem mais na vida partidária com vista ao reforço da organização. A renovação e rejuvenescimento do Partido - que já vem dando frutos visíveis -, e os progressos que nos últimos tempos se têm verificado na organização foram outros aspectos sobre os quais Álvaro Cunhal se debruçou.

CM de Lisboa

Também com a participação de Álvaro Cunhal, teve lugar no dia 10, no Centro de Trabalho Vitória, um jantar-convívio de comemoração do aniversário do PCP, iniciativa da célula do Partido na Câmara Municipal de Lisboa, que reuniu mais de cem trabalhadores de diversos sectores municipais e vereadores comunistas.

Álvaro Cunhal falou sobre a história do PCP e a importância do reforço do Partido, para uma melhor intervenção nas lutas sociais e laborais e nas batalhas eleitorais deste ano.

Na ocasião, interveio também o camarada Libério Domingues, dirigente sindical e membro do secretariado da célula.



No Barreiro

jantar-convívio que contou com a participação de Álvaro Cunhal e Ilda Figueiredo, cabeça de lista da CDU ao Parlamento Europeu.

O convívio, que decorreu de forma bastante animada e num ambiente de grande fraternidade e camaradagem, teve a presença de 400 militantes e simpatizantes do PCP, revelando a «boa saúde» deste colectivo partidário.

Depois do jantar, houve lugar às intervenções políticas que se iniciaram com uma alocução de



Em Lisboa

Comício no Porto

Garantir um bom resultado eleitoral

Um comício de casa cheia, entusiástico, celebrou no Porto o 78.º aniversário do PCP, no passado domingo, no Teatro Rivoli.

No palco, além de uma numerosa delegação da JCP distrital e dos membros da Direcção da Organização Regional do Porto, encontravam-se Pimenta Dias, deputado na Assembleia da República, Emídio Ribeiro, da Comissão Política, Henrique de Sousa, do Secretariado, Ilda Figueiredo, cabeça de lista ao Parlamento Europeu e, naturalmente, o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas.

Marta Amaro, da Organização do Ensino Secundário da JCP, saudou os 78 anos de luta do PCP, lembrando essas «décadas de trabalho pela liberdade», de que este Partido se pode justamente orgulhar e centrou as suas críticas na política governamental para a juventude.

Um grande aplauso saudou Ilda Figueiredo que iniciou a sua intervenção saudando os presentes que, há muitos anos, com ela têm partilhado «trabalho, experiências, lutas, aspirações e sonhos».

O tema principal da intervenção de Ilda Figueiredo foi, contudo, a batalha eleitoral para o

Parlamento Europeu, cujas opções políticas, pelas repercussões que têm «na vida nacional e na vida de cada um de nós», exigem que o Governo acabe com as cedências a favor das grandes potências europeias, «que impedem o nosso país de produzir o que pretende ou de realizar os investimentos públicos que deseja».

Para Ilda Figueiredo, o reforço da CDU «é a forma mais consequente de condenar» esta política e dar mais força «à exigência de uma política de esquerda», de combater «o capitalismo neoliberal que agrava desigualdades e assimetrias regionais». A prová-lo - diz - está o trabalho «coerente e determinado» realizado pelos deputados do PCP no PE e o «vastíssimo património de propostas, de intervenção, de luta e de resultados» da sua acção.

Para influenciar as políticas europeias e nacionais é, contudo, necessário que a CDU tenha um bom resultado nas próximas eleições, o que só se consegue com o reforço e o empenho do



PCP e da CDU, naturalmente, mas também «de todas as suas componentes políticas, incluindo dos milhares de independentes que trabalham connosco».

Este é um apoio que ajudará a candidatura da CDU a afirmar-se na campanha eleitoral, a defender os interesses nacionais e uma nova dimensão social.

Finalmente, Carlos Carvalhas, na sua intervenção (ver págs. 21 e 22), lembrou «a Europa dos povos, do movimento popular e dos sindicados,

a Europa das luzes, a Europa da Revolução Francesa e da Revolução de Outubro, que recusa a concepção de Europa fortaleza. A Europa aberta ao mundo, a Europa aberta ao terceiro mundo, aberta aos homens e às culturas do Sul».

É «nesta concepção que nos situamos», disse, pois «recusamos as concepções eurocêntricas, assim como recusamos as concepções xenófobas e racistas ou as concepções federalistas».

Grândola

Com a participação do Secretário-geral do PCP e de Ilda Figueiredo, no sábado, também os comunistas de Grândola comemoram com um grande comício o aniversário do PCP.

Na ocasião, para além de Carlos Carvalhas e da candidata da CDU ao Parlamento Europeu, interveio José Soeiro, membro da Comissão Política e responsável pelo trabalho de direcção da Organização Regional do Alentejo.

Após a destruição da Reforma Agrária - que tinha aberto caminho a uma vida melhor e assegurado trabalho a dezenas de milhares desempregados -, o Alentejo continua a envelhecer e a desertificar-se e dezenas de milhares de trabalhadores são obrigados a sair da sua terra para encontrar trabalho, denunciou o dirigente comunista.

A situação que se vive no Alentejo não se resolve, porém, com «manifestações de simpatia», ou «discursos voluntaristas de sucesso» e «diálogos paralisantes». Ela exige «medidas imediatas e concretas», como a garantia de mais dinheiro para o Alentejo, a elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Integrado, a descentralização de poderes, a atribuição de competências às regiões de turismo e o reforço e valorização do papel das assembleias municipais e associações de municípios.

Contudo, para José Soeiro, o que a situação do Alentejo exige com mais premência é mesmo «uma viragem à esquerda na política nacional».

Acessibilidades na AMP
Atrasos inaceitáveis

No âmbito de contactos regulares com populações e diversas entidades, para conhecimento das realidades do distrito do Porto, uma delegação do PCP, que integrava o deputado Pimenta Dias, encontrou-se recentemente com o Director Geral da Empresa do Metro, o Presidente e vários vereadores da Câmara de Gaia, dois vereadores da Câmara de Gondomar e o Presidente da Câmara Municipal do Porto.

No decurso destes encontros - que visaram fundamentalmente a questão do Metro, o convénio com Espanha sobre a água e a questão das acessibilidades -, a delegação do PCP constatou atrasos na concretização de alguns projectos por força de «bloqueios e reticências» por parte do Governo.

É o que se passa em relação ao Metro - cuja concessão, na opinião do PCP, deve contemplar, desde já, a linha para a cidade de Gondomar, os adequados meios financeiros e a salvaguarda dos direitos e regalias dos trabalhadores da CP e da REFER que vão ser transferidos para a empresa Metro do Porto -, mas também nas acessibilidades, onde os atrasos são «inaceitáveis».

Assim, é necessário que o Governo concretize rapidamente algumas vias fundamentais já com projectos definitivos, designadamente a paralela à Av. da República, em Vila Nova de Gaia, a via Nordeste e o troço da Via Rápida Porto-Gondomar.

Quanto ao convénio com Espanha, de cujo processo as Câmaras da Área Metropolitana «foram muito afastadas», o PCP está preocupado com a forma como estão a ser constituídas as empresas, quer para os

aterros quer para a captação e gestão da água. Em sua opinião, o facto de as Câmaras, por imposição do Governo, terem nestas empresas capital minoritário pode indiciar a sua privatização e a perda da «lógica de serviço público».

Por fim, o PCP, que teve ainda a oportunidade de contactar a Direcção do TEP, considera incompreensível que o Ministério da Cultura, de forma «persecutória e arbitraria» negue a esta companhia de teatro - com um «projecto válido» e uma «tradição cultural insubstituível» - o apoio necessário.

Mais «chocante», porém, é, para os comunistas, a «indiferença» com que a Câmara do Porto está a conduzir um processo que pode levar à destruição do TEP.

abrir as portas, encontrando-se abandonado e à mercê de actos de vandalismo.

A Coordenadora da Sub-Região de Saúde do Porto diz que o edifício vai ser recuperado até ao fim do ano, estando para o efeito já orçamentados 70 mil contos. Falta, agora, que a Câmara de Gondomar construa acessos capazes e crie uma nova carreira de transportes públicos, diz o PCP em conferência de Imprensa, com a participação de Pimenta Dias, deputado à Assembleia da República, e José Alves, deputado na Assembleia Municipal de Gondomar.

Nesta área foram, ainda, constatadas outras carências, como a falta de Centros de Saúde em Baguim do Monte e em Jovim ou as más condi-

ções em que se processa o atendimento nos Centros da Foz do Sousa, de Rio Tinto ou Valbom.

Assim, e sendo conhecido que a Câmara Municipal de Gondomar está disposta a ceder terrenos destinados a centros de saúde, é urgente - dizem os comunistas - que o Primeiro-Ministro e a ministra da Saúde «ganhem vontade política» para desbloquear os investimentos necessários à sua construção e aumentem o número de profissionais de saúde (12% dos gondomarense não têm médico de família). Entretanto, é bom que rapidamente também se convençam sobre a necessidade de um hospital de primeira linha, num concelho onde já residem 170 mil pessoas.

Impasse
no Vale do Sousa

Um estudo realizado no âmbito do Pacto Territorial para o Emprego, confirmando os baixos índices de habilitações e qualificações da população activa do Vale do Sousa, coloca a necessidade da existência nesta área «de um maior investimento em todos os níveis educacionais e de uma linha de apoio e fomento a escolas de formação profissional».

Entretanto, denuncia o PCP, «jogos de bastidores» do PS e do PSD mantêm-se o impasse na implantação do Instituto Politécnico e entram o bom funcionamento da Associação de Municípios.

Outros problemas se colocam, porém, aos concelhos de Vale do Sousa, como, por exemplo, as promessas não cumpridas em relação à IC 25 e IP 9, a questão do acesso ao SNS e a falta de um CAT que responda ao alastramento dos problemas de toxicodependência.

Ainda em relação à implementação de várias grandes superfícies, ela veio criar problemas ao pequeno comércio, dizem os comunistas que, entretanto, realçam como aspectos positivos «os esforços e investimento dirigidos para o abastecimento público de água e saneamento».

PCP quer
compensar
insularidade
nos Açores

A Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP reclama do Governo Regional que, até ao dia 1 de Maio, apresente na Assembleia Legislativa as propostas que prevêm a compensação dos custos de insularidade aos trabalhadores açorianos, para que a sua votação se faça no máximo até Setembro.

Por seu turno, a Representação Parlamentar dos comunistas apresenta nos próximos dias um Projecto de Decreto Legislativo Regional para a criação de um valor regional de acréscimo ao salário mínimo nacional que compense os trabalhadores do sector privado e sirva de referencial para a actualização das tabelas salariais.

No que respeita à portaria n.º 27/98, de 9 de Julho, que na prática cria um novo regime de licenças de pesca, a sua aplicação causou «efeitos desastrosos» na pesca artesanal pelo que o PCP reclama que, apesar do recuo a que a pressão dos pescadores e das forças políticas obrigaram o Governo, ela seja de imediato suspensa e sejam passadas as licenças de pesca requeridas e recusadas.

Analisando ainda a informação disponível sobre a reconstrução das ilhas do Faial e do Pico, a DORAA concluiu que a sua estrutura de apoio não tem a dimensão adequada à tarefa, provocando «estrangulamentos e atrasos» motivadores de sofrimento e inquietação. Assim, espera que o Presidente do Governo Regional e a Câmara da Horta façam rapidamente um balanço da situação, tal como, por proposta do vereador da CDU, aquela autarquia solicitou.

Por outro lado, e tendo em conta a proximidade de dois actos eleitorais, o PCP/Açores propõe aos outros partidos uma urgente «avaliação política informal» sobre as possibilidades de «se proceder a uma rigorosa correcção do sistema eleitoral» que permite que um conjunto de partidos minoritários em votos (mas com mais deputados) governe contra a vontade de um outro conjunto que representa mais eleitores.

Entretanto, os comunistas, no âmbito da preparação das eleições europeias, avaliaram também os trabalhos em curso, que envolvem o Grupo da Esquerda Unitária Europeia do Parlamento Europeu, a Esquerda Unida Canária, o PCP/Madeira e o PCP/Açores, com vista à elaboração de um conjunto de compromissos e medidas a propor para o desenvolvimento das Regiões Ultraperiféricas.

AJUDA

Esquadra faz falta

O aumento do tráfico de droga que se está a verificar na freguesia da Ajuda tem levado à degradação da qualidade de vida da população que continua sem Esquadra da Polícia na Boa-Hora.

O alerta parte da Comissão de Freguesia da Ajuda do PCP que, lembrando a defesa que o PS, quando oposição, fazia da reabertura da Esquadra, e os quatro anos que entretanto se passaram sem que a mesma fosse reaberta, afirma que é o respeito pelas convicções e compromissos assumidos que marca a diferença do PCP.

O aumento de polícias para o patrulhamento apeado, a necessidade de operações conjuntas do Batalhão de Infantaria, do Regimento de Cavalaria da GNR e das autoridades locais e a disponibilização de dinheiro pelo Governo para equipamentos colectivos são algumas das soluções que o PCP defende para combater o fenómeno.

AMADORA

Fuga à responsabilidade

O Presidente da Câmara da Amadora adiou, pela terceira vez consecutiva, a Presidência Aberta que estava marcada para 26 de Fevereiro na Freguesia da Damaia. Uma atitude, diz a Comissão de Freguesia da Damaia do PCP, «sintomática do desdém a que vota esta freguesia». Segundo os comunistas, tal comportamento deve-se também ao facto de o Presidente da Câmara, sabendo as recriminações que a falta de cumprimento das promessas que fez em campanha eleitoral merecem à população, se recusar a enfrentá-las. Reconhecendo, embora, que as «Presidências Abertas» foram um logro nas outras freguesias, os comunistas consideram preocupantes as razões invocadas para a sua não concretização, uma vez que elas denotam apenas objectivos eleitoralistas e não permitem sequer à população exigir solução para os seus problemas.

PENACOVA

Gerente

agride trabalhador

Em reunião para analisar a situação socioeconómica do concelho, a Comissão Concelhia de Penacova debruçou-se sobre o «acto selvático» que os trabalhadores da Fábrica de Móveis de Paredes recentemente presenciaram: a agressão a um dos trabalhadores da C.N.M. (Palé-Taco) pelo sócio gerente sr. Domingos. Atitude que, não sendo a primeira vez que se verifica, é tanto mais grave quanto o trabalhador em causa é deficiente.

O PCP comenta ainda o facto de o Centro de Saúde de Penacova - um dos três centros do distrito a que o Grupo Parlamentar do PCP solicitou uma visita/entrevista - ter respondido não lhe ser possível acolher favoravelmente o pedido, por se encontrar «sem director».

Estranhando que, além do director, não houvesse qualquer outro responsável para receber o deputado comunista, a Concelhia do PCP pergunta quem assume, então, a responsabilidade se surgir algum problema no Centro de Saúde?

PONTE DA BARCA

À espera

que «amadureça»

No âmbito do trabalho da CDU, a Comissão Concelhia da Barca do PCP divulgou recentemente, em conferência de imprensa, as conclusões do Relatório da Inspecção Ordinária do Território - IGAT e o despacho do ministro João Cravinho. Entretanto, o presidente da Câmara Municipal - há muito de posse desse documento - não só não o fez como agora ataca por isso a CDU, acusando-a de fazer julgamentos públicos. Quando, afinal, a CDU apenas tomou uma atitude de respeito pelos cidadãos, de defesa do interesse público e de dignificação do poder local.

O que o Presidente da Câmara espera, dizem os comunistas, é provocar o adiamento da questão até ao fim do mandato, para que o Ministério Público decida «pela extinção da acção por inutilidade de lide».

A verdade é que, à revelia da lei, este autarca, apesar de acumular a sua profissão com as funções autárquicas, está a receber a totalidade da remuneração, quando, se quisesse tratar do assunto «de uma forma límpida e transparente», e não quisesse suspender o mandato, se deveria limitar a auferir os 50 por cento que a lei prevê, recebendo, posteriormente e com juros de mora, o crédito com que ficasse sobre a

Campanha Nacional de Fundos Vontade e imaginação não devem ter limites

A Campanha Nacional de Fundos, depois de uma primeira fase de discussão, planificação e organização, começa a traduzir-se em acções concretas e resultados estimulantes, ainda que o ritmo com que se desenvolve não seja o mesmo em todas as organizações.

A Organização Regional de Lisboa, por exemplo, pelo facto de, até 30 de Janeiro, ter estado envolvida na realização da sua 4.ª Assembleia, sofreu atrasos no arranque da campanha, ainda que esse atraso se tenha traduzido pela definição de medidas para uma maior ligação ao Partido e aos trabalhadores.

António Cordeiro, responsável de Fundos da ORL, César Roussado, da Cidade de Lisboa, e José Salsa, do Sector de Empresas de Vila Franca, com quem o «Avante!» falou sobre o andamento da campanha no distrito, consideram, aliás, que é aos trabalhadores, que tanto precisam do PCP, que o Partido deve preferencialmente pedir os meios financeiros necessários a uma sua maior e melhor intervenção.

Mas a ORL, a par de uma meta arrojada - 85.000 contos - tem um Orçamento elevado e receitas que não podem ser prejudicadas pela campanha em curso. Assim, «para além da estrutura tradicional de fundos, há que criar estruturas, comissões ou pequenos colectivos» para acompanhamento da campanha. E integrar a campanha em todas as iniciativas do Partido e acções de massas.

Os camaradas crêem, entretanto, que a meta pode ser atingida e ultrapassada. Falta apenas um pequeno «safanão».

Uma carta/apelo, recentemente endereçada a militantes e amigos do PCP, por exemplo, permitiu já a entrada directa de 700 contos, sabendo-se que há ainda contribuições a serem entregues. Estão previstas excursões a vários locais do País, almoços, convívios, «matanças de porco», um azulejo artístico, comemorativo dos 25 anos do 25 de Abril, rifas de obras artísticas, uma exposição/venda de obras de arte do Sector Intelectual ou... «cartões instantâneos» (tipo *raspadinha*).

Iniciativa original é a que em 5 de Junho se realizará no Salão do CT Vitória: uma sessão de corte de cabelo, com a participação de vários cabeleireiros de nomeada. Outra, a edição de um «cartão-prestígio».

Aliás, para estes camaradas, a criatividade é um factor determinante para a angariação de fundos. É importante, dizem, «não colocar limites à vontade e à imaginação».

A definição de quem, pelas próprias características, deverá proceder às «abordagens» - que não devem ser apenas dirigidas para

dentro do Partido - é um outro aspecto importante, assim como «o não se partir do pressuposto de que o não está garantido».

Um exemplo positivo foi o de um camarada cantoneiro de limpeza da CML que levou uma lista de fundos para o seu local de trabalho para a qual, com surpresa do próprio, todos os trabalhadores contribuíram.

O balanço mensal do que está feito e o estabelecimento de metas individuais podem também servir de estímulo aos camaradas com mais dificuldades na tarefa.

Das iniciativas da campanha, o momento alto vai ser, contudo, a jornada nacional que se vai realizar entre 26 e 29 de Março, levando o Partido para a rua de «cabeça erguida». Durante todo o dia 26, a Baixa de Lisboa vai ter bancas, animação com música, distribuição de materiais, bandeiras e caixas para recolha de dinheiro, o mesmo acontecendo em vários locais da cidade.

Por fim, é de sublinhar a importância da discussão colectiva - não «despejar» apenas os materiais - e da responsabilização individual. Ou seja, de todos os militantes, independentemente das tarefas ou funções que desempenhem, estarem envolvidos na campanha e assumir os seus próprios compromissos. Para além de trazerem sempre na algibeira os materiais da campanha para qualquer contacto ou encontro inesperado...



Porto

Também no Porto, a Campanha de Fundos é alvo de debate. Ainda recentemente, uma importante reunião de quadros ligados a tarefas de fundos na ORP, que teve a presença de Emídio Ribeiro, membro da Comissão Política, analisou o assunto, concluindo que a discussão da campanha já chegou às principais organizações que terão já decidido as suas próprias metas.

Durante a reunião, que decorreu de forma viva e animada, entre os vários exemplos concretos que surgiram, mereceu referência especial o caso da Organização de Cedofeita que, em meia dúzia de dias, recolheu 80 contos.

A necessidade de imprimir uma nova dinâmica à campanha - que não deverá ser feita de forma «envergonhada» -, a criação de grupos de trabalho para o efeito e o estudo da criação de um «troféu de campanha», foram outras questões analisadas.

1.ª Assembleia em Gouveia

Com a participação de Odete Santos, decorreu, no passado domingo, a 1.ª Assembleia da Organização Concelhia de Gouveia do PCP.

Mais de 40 participantes analisaram os documentos em debate - Caracterização, Balanço e Perspectivas e Resolução Política -, no fim aprovados por unanimidade, e elegeram a nova concelhia.

Nas últimas décadas, o concelho de Gouveia tem vivido um processo de regressão industrial, vindo aumentar o desemprego e a desertificação do concelho. Entretanto, as pequenas indústrias que apareceram não corresponderam à fixação de mão-de-obra e relançamento industrial necessários, enquanto o poder autárquico se limitou a dar respostas pontuais a problemas estruturais.

A organização do Partido, que assentava em quadros jovens obrigados a emigrar, sofreu esses efeitos e respondeu com dificuldade à situação, ainda

que, nos períodos eleitorais, a mobilização se mantinha grande e os resultados eleitorais tenham melhorado.

Do Balanço de Actividades, resultou ainda clara a importância decisiva do empenhamento do PCP ao lado dos trabalhadores da Têxtil Lopes da Costa (TLC) e da Estêvão Ubach, pela viabilização das empresas e manutenção dos postos de trabalho, e o bom trabalho dos eleitos do PCP nas freguesias de S. Julião e Nespereira e na Assembleia Municipal.

O aumento da participação e das tomadas de posição pública sobre os problemas da população, as perspectivas de alargamento da influência do Partido foram outros aspectos também discutidos.

À Assembleia seguiu-se um lanche-convívio que, simultaneamente, assinalou o 78.º aniversário do PCP.

CAMARADAS FALECIDOS

António Martins

Faleceu, em Lisboa, com 77 anos de idade, o camarada António Martins (Tonecas). Camarada muito activo, participava em todas as actividades do Partido em Alcântara. Foi membro da Comissão de Moradores de Alcântara, onde era muito estimado por quantos o conheciam.

António Martins Arcanjo

Faleceu no passado dia 9 de Março, com 58 anos de idade, o camarada António Martins Arcanjo, natural de Mértola. Trabalhador da SSPG/Grupo Covina, estava organizado na célula de empresa. Era muito estimado pelos seus companheiros de trabalho, a maioria dos quais se integrou no seu funeral.

António Xarez da Rosa

Faleceu, no dia 9 de Março, com 62 anos de idade, o camarada António Xarez da Rosa. Estava organizado na freguesia de Avis, onde militava. Durante vários anos e enquanto a sua saúde o permitiu foi o responsável pela parte da cozinha da Festa do «Avante!», no espaço de Portalegre, assim como em várias iniciativas que o Partido realizou no concelho de Avis. Foi eleito da CDU na Assembleia Municipal de Avis.

José Constantino Correia Rosa

Após doença prolongada, faleceu, no passado dia 8 de Março, com 81 anos de idade, o camarada José Constantino Correia Rosa. Residia na freguesia de N.ª Sr.ª de Fátima, Lisboa, onde estava organizado e onde prestou valiosa colaboração ao Partido.

Leónido Assunção Felizardo

Faleceu, no passado dia 11 de Março, o camarada Leónido Assunção Felizardo, de 89 anos de idade. Membro do Partido desde 1931, esteve preso

entre 1932 e 1945, passando pelas cadeias do Aljube, Peniche, Forte de S. João Baptista e Tarrafal. Estava organizado na freguesia do Laranjeiro, concelho de Almada.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Octávio Pato Agradecimento

Na impossibilidade de o fazer pessoalmente, o Secretariado do Comité Central do PCP vem por este meio agradecer a todos os membros e Organizações do PCP e a todos quantos, a título individual ou como entidades políticas, sociais ou culturais, expressaram sentimentos de respeito e pesar perante o falecimento de Octávio Pato.

Aos Órgãos de Soberania, Partidos Políticos, Instituições públicas e privadas, estruturas, dirigentes e activistas do movimento operário, associativo e popular, personalidades da vida cultural e artística - a todos os portugueses e portuguesas que estiveram com Octávio Pato na hora da despedida, exprimimos o sincero e público reconhecimento dos comunistas portugueses.

O Secretariado do Comité Central
do Partido Comunista Português

TRABALHADORES

Administração Local
exige suplemento de risco

Governo atrasa regulamentação

Cerca de meio milhar de activistas sindicais dos dois sindicatos mais representativos da administração local, STAL e STML, reuniram-se em plenário na passada sexta-feira na Casa do Alentejo, em Lisboa, para protestar contra o «vergonhoso atraso» do Governo na aplicação do suplemento de risco.

Depois do plenário, os activistas do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e o Sindicato do Município de Lisboa desfilarão pelas ruas da capital até ao Largo do Caldas onde se encontra o Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território. Na acção juntaram-se ainda trabalhadores do Município de Lisboa que naquele dia cumpriam uma greve decretada pelo seu sindicato a fim de exigirem da autarquia o pagamento dos retroactivos relativos à revisão do regime de carreiras.

O plenário aprovou uma moção, que foi entregue no Ministério, onde é se faz o historial do Suplemento de Risco, previsto na Lei desde 1989, quando foi aplicado o Novo Sistema Retributivo na Administração Pública.

Contudo, o governo PSD nunca o aplicou e é só em Janeiro de 1996 que o novo

Governo PS assume o compromisso de proceder à sua regulamentação no prazo de seis meses, no âmbito do Acordo de subscreveu com os sindicatos.

Tal como sucedeu a outros

pontos do Acordo/96, o prazo não foi respeitado, tendo o Governo entregue apenas no final desse ano um projecto de lei, que os sindicatos rejeitam por não resolver o problema.

O diploma acaba por ser publicado com data de 11 de Março 1998, curiosamente na véspera de uma Conferência promovida pelo STAL e STML sobre o Suplemento de Risco, estabelecendo um prazo de 150 dias para a sua regulamentação final, ou seja, até 29

de Agosto do mesmo ano. Desde essa data até hoje, o Governo ainda fez uma tentativa de remeter para as câmaras a definição dos critérios de aplicação do suplemento, limitadamente recusada pelos Sindicatos.

Com duas jornadas já marcadas, para 25 de Março e 9 de Abril, STAL e STML estão dispostos a avançar para formas de luta mais radicais para exigir uma proposta a resolução definitiva do problema.



STAL e STML protestaram em Lisboa contra as falsas promessas do Governo

Telecom

A administração da PT aprovou 49 medidas para aplicar durante este ano, cujo conteúdo se recusa a divulgar, uma das quais, segundo um comunicado da Comissão de Trabalhadores, terá graves consequências para os recursos humanos. Esta estrutura refere ainda a criação de um gabinete para «pressionar os trabalhadores com menor grau académico a rescindir o contrato de trabalho. A Comissão recorda que a Deutsche Telecom, num processo idêntico, despediu 60 mil trabalhadores e a Telefónica Espanhola, dez mil, e receia que a Telecom portuguesa esteja a preparar-se efectuar cortes de pessoal, «uma vez que já se fala em excesso de profissionais qualificados, altamente classificados, quadros médios e quadros superiores».

Citroën

No começo o horário passou para 10 horas, quatro dias por semana e o descanso passou a ser efectuado à sexta-feira, mas neste momento os operários da fábrica da Citroën, em Mangualde, já trabalham às sextas-feiras e a direcção diz que os vai compensar nas férias. Ao todo, são 50 horas de trabalho semanal que a empresa está a impor aos trabalhadores sem qualquer pagamento adicional. Em comunicado, a direcção explica que as previsões são favoráveis à evolução do mercado automóvel e, ao mesmo tempo, que pede resposta rápida aos pedidos suplementares de produção, acena com a abertura «assim que possível» de uma terceira equipa de fabricação. A empresa fala na criação de novos empregos, que «poderá vir a interessar as pessoas do vosso círculo familiar» e promete passar uma parte importante do pessoal com estatuto de contrato temporário a um estatuto definitivo. Até lá, pede a compreensão dos trabalhadores e mete ao bolso o dinheiro das horas extraordinárias.

Investigação

Quase ao abandono estão as instalações do Instituto de Investigação Científica Tropical, principal unidade de investigação do Ministério da Ciência e Tecnologia. O IICT é composto por seis departamentos e 24 organismos onde laboram cerca de 300 trabalhadores, um terço dos quais são investigadores. As suas queixas referem-se à falta de meios humanos e materiais; à degradação dos edifícios por falta de manutenção e à perda das instalações da Presidência do Instituto, devido a uma ocupação selvagem, que está a ter graves consequências para os serviços de informática e perda de ligação à Internet.

Repressão

O despedimento do delegado sindical foi a solução que a empresa MBO-BINDER encontrou para contrariar o crescente nível de organização entre os 400 trabalhadores da empresa. Fartos de ilegalidades, uniram-se, elegeram os seus representantes e começaram a reivindicar. A administração não gostou e sem mais despede o delegado sindical. Porém, esta prepotência não surtiu o efeito desejado. Os trabalhadores continuam a reivindicar aumentos salariais e a reclassificação profissional, bem como, agora, a reintegração do seu companheiro.

Ilegalidades

Métodos antigos são igualmente utilizados pela administração da Empresa de Limas União Tomé Feteira, que depois de querer despedir contratados a prazo que executam funções permanentes, decidiu agora proibir os trabalhadores de receber chamados telefónicas de familiares, excepto em casos de urgência. Como se não bastasse, na passada semana, a administração tentou impedir a entrada nas instalações dos dirigentes do Sindicato Metalúrgicos de Coimbra e Leiria que iam reunir com a comissão sindical. A porta só se abriu depois do Sindicato ter enviado, por fax, ao administrador o artigo do contrato colectivo de trabalho que consagra o direito à actividade sindical.

Siemens

Uma nova ofensiva contra o direito ao trabalho foi desencadeada pela Fábrica da Siemens, em Évora, que está a fazer despedimentos camuflados através de rescisões por mútuo acordo. A União de Sindicatos do distrito afirma que para aproveitar as benesses legislativas do Governo para subsidiar desempregados com origem em processos de reestruturação, a empresa prepara-se para despedir centenas de trabalhadores, alegando crise no sector. A União interroga-se sobre o silêncio do Governo neste processo, suspeitando de que existe «uma estratégia e um acordo concertado com a multinacional», que leva por exemplo o IDICT/Inspeção Geral do Trabalho a responder às dezenas de queixas dos Sindicatos.

Limpezas

A assinatura do CCT (Contrato Colectivo de Trabalho) pelo Sindicato dos Trabalhadores de Actividades Diversas (STAD) e a Associação Nacional de Empresários de Limpezas, foi considerado uma vitória da classe deste sector que envolve cerca de 30 mil trabalhadores em cerca de 400 empresas. O contrato prevê aumentos globais de 4,3 por cento e a criação dos subsídios de transporte e de risco. Entretanto, o Sindicato continua a negociar o CCT com a AEPASL, a outra associação patronal do sector.

Fornecimento afectado em Lisboa

Gás de Portugal em greve

Os cerca de 550 trabalhadores das empresas agrupadas na GDP-Gás de Portugal começaram ontem uma greve de dois dias exigindo a manutenção dos postos de trabalho e a manutenção dos vínculos laborais ao Grupo.

A Fequimetal (Federação Intersindical da Metalurgia Metalomecânica Minas Química Farmacêutica Petróleo e Gás) afirma que a administração já está a pôr em prática as políticas do Governo para o sector e que implicam o encerramento da produção de gás de cidade e anidrido carbónico, resultante da introdução do gás natural; a privatização da Drifital e da Carbolis, onde é posto termo à produção de anidrido ftálico e plastificantes; o desmantelamento dos sectores de manutenção das redes gasistas, serviços técnicos e administrativos, com a entrega da maior parte dessas funções a outras empresas, através de contratos de concessão ou cedência de trabalhadores.

Entretanto, os postos de trabalho criados com o desenvolvimento das redes de gás natural estão a ser preenchidos por pessoal contratado a empresas prestadoras de serviços, ficando na incerteza os 200 trabalhadores que hoje asseguram a pro-

dução de gás de cidade, dos plastificantes e do anidrido carbónico.

O desmantelamento das restantes áreas da GDP envolve mais de 300 trabalhadores, tendo a administração anunciado a intenção de efectuar para já 60 despedimentos.

A Fequimetal refere que a luta dos trabalhadores visa também a defesa da qualidade dos serviços prestados aos consumidores e refere o crescente número de reclamações de clientes que já utilizam gás natural e os

acidentes verificados recentemente em Aveiro e na Marinha Grande, aos quais «não é alheio o facto de estes serviços estarem a ser prestados por empresas sem experiência nesta actividade e onde prolifera o trabalho precário».

A Federação chama a atenção para o facto de a administração da GDP pretender entregar a subempreiteiros áreas tão importantes como a fiscalização e inspecção das redes exteriores, manutenção e piquetes de emergência, assistência a clien-

tes, etc., ao mesmo tempo que quer despedir trabalhadores com largos anos de experiência e devidamente certificados na actividade gasista.

A greve de dois dias será particularmente sensível para os 200 mil consumidores na região da Grande Lisboa, bem como para os clientes já utilizam o gás natural. Por questões de segurança, a Federação sindical aconselha os consumidores a abster-se de ligar quaisquer aparelhos e equipamentos durante o período da paralisação.

Congresso da FNAM
elege novo presidente

O 4.º Congresso da Federação Nacional dos Médicos, realizado no passado fim-de-semana, elegeu o clínico Cílio Correia para a presidência desta estrutura, ficando nas vice-presidências Mário Jorge e Merlinda Madureira.

O Congresso, que decorreu durante dois dias no Porto, aprovou a contratualização das horas extraordinárias nos serviços de urgência e propôs que os clínicos sejam remunerados por grupos de diagnóstico homogêneos, de forma que a este valor entre em linha de conta no programa de recuperação das listas de espera, determinando custos po patologia, explicou o novo presidente da Federação, em declarações à Agência Lusa.

Segundo Cílio Correia, a Federação defende uma reorganização dos serviços de urgência e das consultas externas hospitalares por forma a que os serviços hospitalares trabalhem a tempo inteiro e num quadro de opção estratégica pela dedicação e disponibilidade. Neste momento, disse, já está assente com o Ministério da Saúde que vai haver dois regimes de trabalho, um de tempo completo de 35 horas semanais e um outro de dedicação exclusiva de 42 horas por semana.

Para além de um conjunto de propostas a apresentar nas negociações que decorrem há quatro meses com o Ministério da Saúde, o Congresso aprovou um programa de acção para os próximos três anos que será posteriormente discutido com os médicos.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Campanha contra militares de Abril

Ao derrubarem a ditadura fascista, os «capitães de Abril» devolveram a liberdade ao povo português

Foi com indignação que a bancada comunista reagiu numa das sessões plenárias da passada semana a declarações do PSD em que este condena uma proposta de diploma da Associação 25 de Abril. Estava-se no período antes da ordem do dia quando as hostilidades foram abertas por uma intervenção do deputado Pedro Passo Coelho classificando a iniciativa dos militares de «bizarra». Depois de considerar que a mesma vem «manchar e perverter o sentido das comemorações» da Revolução dos Cravos, o parlamentar do PSD sugeriu que a proposta, a vingar, «abriria uma ferida séria» no País e concluiu, provocatoriamente, que o objectivo visado é «impor às Forças Armadas promoções e graduações que se julgava só o Conselho da Revolução poder ter feito no passado».

Esta posição da bancada do PSD, que não pode deixar de ser interpretada como uma peça da campanha em curso visando denegrir os militares de Abril, não foi de resto um acto isolado. Sobre a mesma matéria tomou pública posição o secretário-geral do PSD, Torres Pereira, em conferência de imprensa, onde afirmou que a promoção de alguns dos militares que participaram no 25 de Abril seria negativa pelos «efeitos que geraria na sociedade portuguesa», considerando simultaneamente que uma tal forma de reconhecimento seria inevitavelmente encarada como uma atribuição de privilégios e benesses.

Pena é que o PSD, concretamente a sua Comissão Permanente, e o seu Grupo Parlamentar, não tenham revelado o mesmo grau de insatisfação e revolta no que se refere a privilé-

gios, esses sim, concedidos nos governos de Cavaco Silva, quando foram atribuídas pensões a pides por relevantes serviços prestados ao País, ao mesmo tempo que idêntico tributo era recusado a Salgueiro Maia.

Apesar de não conhecer a proposta de diploma atribuída à Associação 25 de Abril, João Amaral não conteve a sua indignação pela posição assumida pela bancada laranja, recordando que «houve casos concretos de militares que foram afastados e outros cuja carreira foi gravemente afectada».

«Era só o que faltava que não fosse possível equacionar uma medida legislativa que repusesse a situação desses militares. Trata-se de repor uma situação a que têm direito. Não é nenhuma honraria. Nós achamos que pode ser feito, se for proposto», precisou João Amaral, antes de



fazer notar que «ainda ninguém retirou o direito de petição aos militares» de Abril. O deputado comunista lembrou ainda a este propósito o decreto-lei de 1994, aprovado pelo Governo PS/PSD, que «reconstituiu a carreira» aos militares saneados após o 25 de Abril.

Passos Coelho, na réplica, ainda tentou contrapor o argumento de que se o problema é repor a justiça, então, frisou, os militares deveriam «recorrer aos tribunais». Seja como for, do seu ponto de vista, a «proposta trata de promoções, não trata de reparar qualquer injustiça».

«Estou espantado. Então para que serve o direito de petição e o recurso ao Provedor de Justiça?», inquiriu João Amaral, sem esconder a sua perplexidade pelo facto de a Justiça poder ser reparada, para uns militares, através de decreto, e, para outros, não.

Postura da AD sobre Canas de Senhorim Puro terrorismo político

O presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Octávio Teixeira, acusou o CDS/PP de ser o responsável pelo «deplorável e inaceitável acto de desinformação» que atingiu os cidadãos de Canas de Senhorim concentrados no início da passada semana, em frente da Assembleia da República, em apoio da elevação da sua freguesia à categoria de Município.

O líder parlamentar comunista suscitou a questão logo no início da sessão plenária realizada fez ontem oito dias, pedindo a palavra para criticar o «comportamento politicamente reprovável e democraticamente perigoso» revelado pelo PSD e CDS/PP a propósito do eventual agendamento dos projectos de lei de criação do Município de Canas de Senhorim.

Reportando-se aos factos concretos que marcaram a evolução dos trabalhos da conferência de líderes realizada na véspera, onde o assunto foi objecto de apreciação, Octávio Teixeira acusou os parceiros da AD de não pretenderem resolver nenhum problema, e muito menos criar qualquer novo concelho, mas, tão-só, «continuem a manipular os sentimentos de populações», jogando com as «aspirações populares para fazerem puro terrorismo político».

Depois de ter esclarecido que o PSD, tal como o CDS/PP têm a possibilidade regimental de agendarem quando bem entendem qualquer projecto de criação de um novo município, Octávio Teixeira, repontando-se ao sucedido na referida reunião, recordou o facto de o PCP ter sido o «único partido» a con-

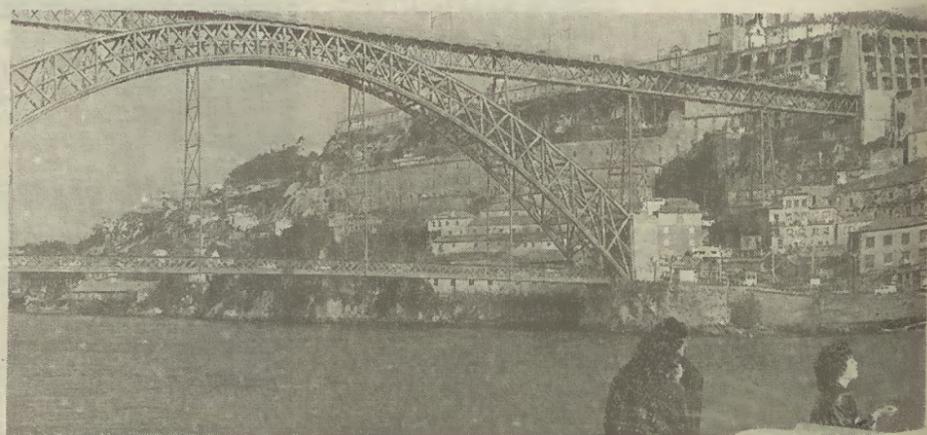
cordar de imediato com a sugestão do Presidente do Parlamento de agendar previamente o diploma dos populares de alteração da Lei-Quadro da Criação de Municípios, enquanto, sobre esta mesma matéria, o PSD «primou pelo silêncio» e o CDS-PP alegou a «necessidade de tempo para pensar».

Esta é a «verdade nua e crua», sublinhou o líder parlamentar do PCP, rejeitando assim a ideia passada por deputados do CDS-PP de que seria o PCP o partido responsável pelo não agendamento dos diplomas que visam a criação de novos municípios.

Para Octávio Teixeira resulta ainda claro que o PSD e o CDS não querem criar nenhum novo concelho, estando apenas inte-

ressados, denunciou, «em alentar a fogueira de descontentamentos populares» e em «manipular e instrumentalizar sentimentos e aspirações legítimas das populações».

E para que tais «manipulações, desinformações e deturpações» não se repitam, Octávio Teixeira pediu ainda a Almeida Santos para que na próxima conferência de líderes «esta questão seja definitivamente resolvida», optando-se, pelo agendamento do projecto de lei de alterações à Lei-Quadro ou, em alternativa, pela subida a plenário de todos os projectos de lei que, tendo o parecer favorável das assembleias de freguesia, não respeitam os limites mínimos de área e de número de eleitores.



O PCP considera inaceitáveis os atrasos registados na execução de infra-estruturas rodoviárias no distrito do Porto

Vencer atrasos nas acessibilidades do Porto

A rápida concretização das vias rodoviárias projectadas para o distrito do Porto, nomeadamente as constantes do Plano Rodoviário Nacional em vigor, foi exigida pelo Grupo Parlamentar do PCP, que considera ser essa a única

forma de vencer os actuais problemas de trânsito que afectam a região e que «condicionam o desenvolvimento local e a mobilidade das populações residentes».

A existência de atrasos no programa de investimentos de infra-

estruturas rodoviárias naquela região foi, aliás, a razão que justificou o pedido do Grupo comunista para a realização de uma audição parlamentar, a promover pela Comissão de Administração do Território, Poder Local, Equipamento Social e Ambiente, com vista a aprofundar a análise da presente situação, designadamente dos problemas decorrentes da não melhoria das acessibilidades no distrito do Porto.

Verberando os atrasos e bloqueios existentes, em sua opinião inaceitáveis, a bancada comunista alerta ainda para o facto de a manutenção desta situação poder inevitavelmente vir a afectar, em larga medida, outros projectos fundamentais, como é o caso do sistema de metro ligeiro da Área Metropolitana do Porto.

No decorrer da audição parlamentar, de acordo com a proposta apresentada pelos deputados comunistas João Amaral e Pimenta Dias, deverão ser ouvidos a Associação de Municípios do Vale do Sousa, as Câmaras Municipais de Gondomar, Valongo e Vila Nova de Gaia, a Junta Metropolitana do Porto, a CCR/Norte, a JAE e o Governo através do Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território.

Deslocalização das multinacionais Regular e disciplinar o investimento

A Assembleia da República aprovou com os votos contra do PS e os votos favoráveis de todas as restantes bancadas o projecto de resolução apresentado pelo PCP recomendando ao Governo um conjunto de medidas que evitem ou minimizem os efeitos negativos no plano económico e social do crescente movimento de deslocalização de transnacionais. O encerramento das suas portas e consequente partida para outras paragens, recorde-se, ocorre habitualmente em total desrespeito pelos compromissos assumidos, torpedeando direitos dos trabalhadores e os próprios interesses dos países onde se instalam.

Lino de Carvalho lembrou a este propósito a experiência ocorrida no nosso País com empresas que decidiram desinvestir e deslocalizar-se para outras áreas do planeta em busca da máxima rentabilidade do capital. Agindo como todas as outras transnacionais na mais completa impunidade, num quadro de total desregulamentação do investimento transnacional, a Texas-Instruments Samsung (TISEP) é um bom exemplo do «nível de arrogância com que as multinacionais tratam os interesses de cada Estado».

Depois de ter recebido 10,4 milhões de contos de incentivos e benefícios fiscais e de apoio à formação profissional para um contrato de investimento comprometido até 2004, a TISEP decide repentinamente encerrar a empresa. O seu director-geral, em entrevista, não se coibiu, entretanto, a propósito do montante que deveria ser objecto de indemnização ao Estado português, de afirmar que qualquer insistência no pagamento das indemnizações representaria um péssimo sinal «para a reputação de Portugal como País capaz de acarinhar o investimento estrangeiro».

Verberando a sua forma «arrogante e chantagista», Lino de Carvalho recordou ainda a citação daquele responsável da empresa em que chega ao ponto de afirmar que «a comunidade empresarial é muito pequena e granjear má reputação para um País é muito fácil».

«É isto que é preciso regular e disciplinar», exigiu Lino de Carvalho, preconizando, concretamente, uma maior intervenção do Governo nas instâncias internacionais no sentido da adopção de medidas reguladoras, bem como, entre outras, a alteração da legislação sobre indemnizações por despedimentos, reforçando as compensações a pagar aos trabalhadores que perdem o emprego.



A operação antilaboral do Governo no sentido de subverter o Direito do Trabalho tem merecido o mais vivo repúdio dos trabalhadores e suas organizações representativas

Legislação laboral no Parlamento Cenoura não ilude ofensiva antilaboral

O Governo tem em marcha a segunda fase da ofensiva em matéria de legislação laboral com a qual pretende subverter o Direito do Trabalho. Depois dos ataques dirigidos a direitos dos trabalhadores através da contestada operação em torno dos conceitos de flexibilidade e polivalência, a nova etapa da ofensiva foi iniciada faz hoje oito dias com um conjunto de diplomas que estiveram em debate no Parlamento.

É certo que três das quatro propostas de lei em discussão, em termos gerais, como adiante se verá, consubstanciam medidas positivas que vão no sentido do reforço dos direitos e garantias dos trabalhadores e suas organizações. Importa esclarecer, contudo, tratar-se, em dois casos, da transposição para o ordenamento jurídico interno (e mesmo assim tardia) de directivas comunitárias. Sem subestimar a sua importância, há que dizer, igualmente, que estes três diplomas agora em debate - «alteração do regime dos despedimentos colectivos», «mandato de Empresa Europeus» e «Conselhos de Empresa Europeus» -, para utilizarmos a expressão do deputado comunista Alexandrino Saldanha, «são "trocos"» se comparados com a legislação que aí se avizinha relativa ao trabalho a tempo parcial, ao regime de férias e ao conceito de retribuição. Ou, como disse Lino de Carvalho, são «uma espécie de cenoura que esconde o núcleo duro, gravoso, que o Governo já entregou na Assembleia da República».

Estes, sim, são os diplomas gravosos da operação antilaboral em curso, em que é clara a intenção do Executivo de fragilizar direitos dos trabalhadores em favor do patronato. Uma opção pelo enfraquecimento do Direito do Trabalho que está, aliás, inequivocamente reflectida no quarto diploma igualmente em debate na semana transacta.

Referimo-nos à proposta de lei que pretende atribuir às associações patronais o direito de participar na elaboração da legislação laboral. Para além de questionar a sua constitucionalidade, uma tal proposta, na perspectiva de Odete Santos, ao pôr em pé de igualdade patrões e trabalhadores (quando são estes a parte mais fraca da relação laboral) mostra bem para que lado pende o coração do PS.

«Pende para os compromissos que há muito estabeleceu com os

representantes do neoliberalismo», não teve dúvidas em afirmar a deputada comunista, antes de acusar o Governo de assumir uma «postura retrógrada» e de «demissionismo» perante a inaplicabilidade dentro da empresa de normas de direito público do Direito do Trabalho, assim servindo os «objectivos do poder económico».

«Ao pretender consagrar na legislação ordinária, para as organizações sindicais, um direito a participar na elaboração da legislação de trabalho, o Governo atinge direitos fundamentais dos trabalhadores, sanciona o desfiguramento do Direito laboral como instrumento de progresso, posiciona-se como lídimo representante do neoliberalismo que faz triunfar as desigualdades», concluiu Odete Santos.

Quanto aos três outros diplomas, não obstante as diferenças de ponderação, em termos gerais, foram encarados de forma positiva pela bancada comunista, o que se traduziu no

seu voto favorável. Foi o caso da alteração ao regime dos despedimentos colectivos (matéria sobre a qual o PCP apresentou um projecto próprio). Transpondo uma directiva comunitária de sentido mais favorável aos trabalhadores, este diploma só pecou pela sua apresentação tardia, uma vez que data de 1994 a sua aprovação pela Comunidade, o que significa que esteve cinco anos nas gavetas governamentais, como observou Alexandrino Saldanha.

A marcar passo esteve também o diploma que transpõe para o ordenamento jurídico interno a Directiva comunitária que assegura a informação e consulta dos trabalhadores e cria os Conselhos de Empresa Europeus em empresas transnacionais e de dimensão comunitária. Embora «tímida e recuada» relativamente às possibilidades, como assinalou o deputado Lino de Carvalho, a proposta «vai no bom caminho», não obstante carecer de alterações em sede de especialidade.

No sentido do reforço de direitos e garantias dos trabalhadores vai também a proposta de lei que aumenta de três para quatro anos a duração máxima do mandato dos titulares dos órgãos sociais dos sindicatos, o que, segundo Lino de Carvalho, «corresponde a uma necessidade e legítima reivindicação do movimento sindical».

Educação sexual nas escolas

Foi aprovado pela Assembleia da República o projecto de lei do PCP que estipula um conjunto de medidas visando reforçar as garantias do direito à saúde reprodutiva. Para além dos seus subscritores, o diploma acolheu os votos favoráveis do PS e do PEV. O PSD absteve-se e o CDS/PP votou contra.

Num contexto em que a Lei sobre educação sexual e planeamento familiar continua por cumprir, assim perpetuando o crónico défice de informação e de acesso ao planeamento e aos métodos contraceptivos, maior importância assume o diploma agora aprovado. Bernardino Soares, em nome da bancada comunista, chamou a atenção para esse facto, expressando simultaneamente a sua convicção de que o projecto de lei, pelo conjunto de medidas nele preconizadas,

respondendo às necessidades sentidas, poderá inverter «o atraso de longos anos em matéria de educação sexual e planeamento familiar».

Destaque, entre as principais propostas contidas no diploma, para a introdução de um programa de educação sexual em todos os estabelecimentos de ensino básico e secundário, a ministrar de um modo interdisciplinar, ou seja, integrando as mais diversas áreas de conhecimento a que o aluno tem acesso na escola.

Este programa visa sobretudo garantir que os jovens ao longo dos anos tenham, pelo menos acesso a informação sobre o aparelho reprodutor, o relacionamento sexual, o HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis, os métodos contraceptivos e as gravidezes indesejadas.

PCP propõe Licença especial para gravidez de risco

Garantir o direito a licença especial nas situações de gravidez de risco, independentemente da causa desse risco, constitui o principal objectivo visado pelo Grupo Parlamentar do PCP em projecto de lei da sua autoria entregue faz amanhã oito dias na Assembleia da República.

Esta iniciativa legislativa surge na sequência de uma recente tomada de posição do Sindicato dos Professores da Região Centro em que denuncia a discriminação de que são alvo as docentes que se encontram grávidas em consequência de uma interpretação restritiva do Ministério da Educação sobre o quadro legal vigente.

Trata-se, concretamente, de uma orientação da tutela transmitida aos serviços por circular, segundo a qual deveriam ser encaradas como situação de doença as ausências ao serviço dadas pelas docentes em resultado de uma gravidez de risco não motivada por factores relacionados com a actividade e condições de trabalho.

No entendimento absurdo do Ministério estariam, assim, nesta situação, por exemplo, como assinala a nota preambular do diploma do PCP, as trabalhadoras que, necessitando de longas deslocações para acesso ao estabelecimento de ensino, colocassem o nacturno em situação de risco com tais deslocações.

Ora, na prática, como alertou o Sindicato dos Professores da Zona Centro, isto significa que o Ministério reduz praticamente a «zero» o universo de professoras a abranger pela Lei que protege a maternidade e a paternidade, porquanto, lembra, a esmagadora maioria dos casos não surgem directamente associados ao exercício profissional da docência, mas sim às «deslocações a que diariamente as professoras são sujeitas, à própria necessidade de repouso absoluto ou ainda a uma eventual necessidade de intervenção médica de urgência que não está acessível na maior parte das localidades portuguesas».

Não é difícil imaginar, pois, as graves consequências que recaem sobre as docentes grávidas em resultado desta interpretação abusiva do Ministério da Educação. Estão neste caso, entre outras situações gravosas - que o PCP com o seu diploma quer impedir - a perda do vencimento de exercício e a perda de tempo de serviço para efeitos de progressão na carreira e para concursos.

Com o projecto de lei agora apresentado, trata-se, em suma, como consagra a legislação sobre a maternidade e a paternidade, de garantir o não desempenho durante a gravidez em período pós-parto de tarefas clinicamente desaconselhadas às grávidas, sem perda de retribuição global ou de qualquer outro direito.

As brincadeiras do CDS/PP

Uma «brincadeira», neste caso jurídica, a raia o ridículo, assim classificou o deputado comunista João Amaral o projecto de lei do CDS/PP que revoga as Leis-Quadro e de Criação das Regiões Administrativas. Em discussão na semana transacta, o diploma foi rejeitado pelos votos contra do PEV, PCP e PS, depois de ter sido alvo de fortes críticas por parte destas bancadas parlamentares. Para o socialista José Junqueiro, não faz qualquer sentido revogar as duas leis de regionalização, uma vez que, lembrou, esta reforma administrativa do Estado continua prevista na Constituição e a alteração à Lei Fundamental, como lembrou João Amaral, só pode ser feita em sede de revisão constitucional.

Bem se pode dizer, pois, que não era para levar a sério esta

proposta do CDS/PP, justificada, pelo seu líder parlamentar, Luís Queiró - mesmo que isso fosse contra comandos constitucionais -, com a necessidade de dar expressão e consequência à vontade popular manifestada no referendo.

Daí que João Amaral tenha sido implacável ao interpretar as verdadeiras motivações que estão por trás da iniciativa dos populares. «Ver o PP a propor a revogação da lei-quadro aprovada pelo CDS em 1991 é sempre um grande gozo para o Parlamento», ironizou, para

logo acrescentar: «Ando, aliás, a organizar uma lista das leis do CDS que o dr. Portas quer revogar. Mas também ando a fazer a lista das leis do dr. Monteiro que o mesmíssimo dr. Portas também quer revogar. E já comecei a fazer a lista das leis do Dr. Portas que o líder seguinte irá querer revogar.»

E concluiu: «Acho que este momento de humor, com que o PP brindou o País, já chega», «agora, e como diria um certo cavalheiro, por favor, "deixemos trabalhar"».

Dever de neutralidade

A Assembleia da República aprovou, faz hoje uma semana, por unanimidade, o texto final da Comissão dos Assuntos Constitucionais, baseado num projecto de lei do PCP, sobre a «obrigação da neutralidade das entidades públicas à data da marcação das eleições ou do referendo».

O diploma abrange «os órgãos de Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais, das demais pessoas colectivas de direito público, das sociedades de capitais públicos ou de economia mista e das sociedades concessionárias de serviços públicos, de bens do domínio público ou de obras públicas, bem como os respectivos titulares».

Tais órgãos e titulares, segundo o texto aprovado, «não podem intervir directa ou indirectamente em campanha eleitoral ou para referendo, nem praticar quaisquer actos que favoreçam ou prejudiquem uma posição em detrimento ou vantagem de outra ou outras, devendo assegurar a igualdade de tratamento e imparcialidade em qualquer intervenção nos procedimentos eleitorais ou referendários».

«Os funcionários e agentes das entidades referidas observam, no exercício das suas funções, rigorosa neutralidade perante diversas posições, bem como perante os diversos partidos e grupos de cidadãos eleitores», determina o documento.

Vedado aos titulares dos órgãos referidos, ainda de acordo com o articulado do diploma, é a exibição de «símbolos, siglas, autocolantes ou outros elementos de propaganda, durante o exercício das suas funções».



Concentração de pescadores na Quinta Vigia, acompanhados por Edgar Silva. A polícia aguardava-os...

Madeira Pescadores em luta

Com um decisivo apoio da CDU, prossegue a luta dos pescadores da Madeira que, desde Agosto passado, vivem uma situação de profunda crise, perante a indiferença das autoridades madeirenses.

Tal como prometido aos pescadores do Caniçal, a CDU apresentou, no dia 10 de Março, na Assembleia Regional, um projecto de resolução para criar um apoio para fazer face aos problemas das comunidades piscatórias do Caniçal e Machico.

O documento - de imediato rejeitado pela maioria PSD - propõe a criação de um «Fundo de Garantia Salarial dos Pescadores» (FUNGASP), destinado aos pescadores que contribuam para ele e aos armadores, no caso de fazerem parte da tripulação da respectiva embarcação.

Ao nível das receitas, a CDU propõe que o fundo deve receber 1% do valor bruto do pescado vendido em lota, 60% do produto das coimas aplicáveis como contra-ordenação em matéria de pescas e culturas marinhas e uma verba a atribuir pelo Governo Regional. Para a administração do fundo é proposta uma comissão de gestão constituída por representantes dos pescadores, dos armadores, da associação sindical dos pescadores, do Secretariado Regional dos Assuntos Sociais e do Secretariado Regional da Agricultura, Florestas e Pescas.

Esta proposta legislativa foi apresentada aos pescadores, em reunião no Caniçal.

Um mês de lutas

A apresentação, pela CDU, do projecto de um Fundo de Garantia, insere-se na luta que os pescadores têm vindo a desenvolver, face à situação de crise no sector.

Desde Agosto de 1998 que o atum, principal elemento da sobrevivência das comunidades piscatórias da zona, não passa pelas águas que normalmente costumam frequentar. Os barcos estão nos portos (muitos deles não podem ser adaptados para a faina noutras áreas de pesca) e os pescadores sem trabalho e com enormes dívidas no comércio local. Os comerciantes já não podem garantir o crédito no fornecimento de bens de primeira necessidade, essenciais para a sobrevivência de muitas famílias de pescadores.

Com o apoio da CDU, os pescadores começaram a exigir ao Governo Regional uma resposta que os ajudasse a suportar os efeitos da falta de pescado. Dia 1 de Março, mais de uma centena foram até ao Funchal, às instalações da Secretaria Regional da Agricultura,

Florestas e Pescas, exigindo ser recebidos pelo secretário Regional. Uma reunião que só se viria a concretizar no dia seguinte, tendo os pescadores sido remetidos para a Segurança Social.

Face à recusa da Segurança Social de pagamento de subsídio de desemprego, os pescadores decidiram manifestar-se junto da Quinta Vigia, residência oficial do presidente do Governo Regional, onde os esperava um aparato policial que já não se via na Região desde Abril de 1977, aquando de violentos confrontos entre a PSP e manifestantes do sector da Hotelaria.

As centenas de pescadores presentes realizaram entretanto aí um miniplenário em que foram repetidas as suas reivindicações e lembrado que «há dinheiro para tudo, para a banana, para a anona, para o futebol... menos para os pescadores».

Os pescadores continuam, entretanto, sem resposta para os seus problemas, apesar de o próprio secretário Regional reconhecer a crise no sector dos tundiões.

Uma realidade que confirma as palavras do dirigente comunista Edgar Correia, nas comemorações dos 78 anos do PCP no Funchal: «a esquerda transformadora reconhece que a solução para os problemas das populações, os direitos sociais, os direitos dos trabalhadores conquistam-se, lutando e nunca na política palaciana».

Jornalistas debatem direitos de autor

Nos dias 20 e 21 de Março, realiza-se na Sala dos Espelhos do Palácio da Foz uma conferência internacional intitulada «O Conteúdo dos Direitos de Autor dos Jornalistas na Era da Globalização». A iniciativa é promovida pelo Sindicato dos Jornalistas e conta com as intervenções de João Isidro, Presidente do Sindicato, e de Almeida Santos, Presidente Mesa da Assembleia da República, na sessão de abertura. Durante os dois dias, serão debatidas temáticas relacionadas com os direitos de autor em Portugal e noutros países da Europa. A sessão de encerramento é dia 21 e conta com a presença de Arons de Carvalho, Secretário de Estado da Comunicação Social.

José Saramago no Parlamento Europeu

José Saramago, prémio Nobel da Literatura 1998, estará em Bruxelas nos dias 23 e 24 de Março, a convite do Grupo de Esquerda Unitária Europeia, do qual fazem parte os deputados do PCP ao Parlamento Europeu. O escritor português será recebido pelo presidente do PE e terá uma agenda bastante preenchida, da qual se destaca a realização de um encontro/debate. Saramago vai ainda assistir a parte dos trabalhos da mini-sessão plenária e encontrar-se com o embaixador português. No dia 23, haverá uma sessão literária e de autógrafos na livraria Orfeu. E no dia 24, Saramago vai ainda encontrar-se com alunos de Português da Escola Europeia e com emigrantes portugueses.

Ensino recorrente em debate

O ensino recorrente esteve em debate, sexta-feira passada, em Lisboa. Uma iniciativa do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, com o objectivo de promover a troca de ideias em torno dos problemas que este subsistema de ensino atravessa e analisar as medidas que o Ministério da Educação anunciou para os resolver.

De lembrar aqui que, segundo os dados divulgados pelo próprio Ministério, o nível de reprovações registado é elevadíssimo, atingindo os 99% no ensino secundário.

Para os professores, o que está em causa é, antes do mais, o próprio sistema de ensino por unidades capitalizáveis, inadequado aos jovens e adultos que procuram uma segunda oportunidade de concluir ou continuar os seus estudos. Inadaptação de um modelo, a que se somam, entre outros problemas, o desajustamento dos guias de aprendizagem, inadequação dos programas, falta de equipamentos e materiais adequados, ausência de formação de professores.

Uma situação face à qual o ME decide - sem ouvir nem as escolas nem as estruturas sindicais dos professores - ora fechar cursos em algumas escolas da área, ora remendar um modelo de ensino que já provou não servir.

Neste quadro os professores, reunidos do auditório do Sindicato da Grande Lisboa, decidiram avançar com uma série de iniciativas e analisar, com os outros sindicatos da Fenprof, com a CGTP e estruturas representativas dos trabalhadores estudantes, formas de luta a adoptar, caso o ME insista em «medidas que contrariam o direito da população ao ensino e ponham em causa os direitos dos professores».

Em moção aprovada no plenário, os professores propõem-se:

- No âmbito da Fenprof, defender a realização de um encontro nacional para debater o ensino recorrente;

- Reunir com representantes dos trabalhadores estudantes e da CGTP, para estudar soluções para este subsistema de ensino e acções a desenvolver na defesa do direito dos trabalhadores à educação;

- Promover reuniões nas escolas, com professores, com alunos, onde se aprovem moções de repúdio pelas medidas tomadas pelo ME, sem os ouvir;

- Realizar uma vigília no dia 20 de Abril de 1999, junto ao ME, como forma de repúdio pela política seguida em relação ao ensino recorrente e pela concretização das exigências apresentadas;

- Proceder à distribuição de um volante que denuncie a diminuição dos direitos da população ao ensino.

Os professores exigem, nomeadamente, que o ME faça da escola pública uma oferta generalizada de segunda oportunidade aumentando a rede de escolas com ensino nocturno, que respeite os projectos educativos das escolas no âmbito da sua autonomia e lhes dê os apoios materiais e humanos adequados, que evite a instabilidade no corpo docente.

Exige-se, em particular, que o ME «não insista num único modelo de ensino, mesmo que remendado, antes possibilite a existência de vários modelos que correspondam aos diversos públicos-alvo», com destaque para «o ensino regular em regime nocturno, quer para o 3.º ciclo quer para o secundário».

Novos direitos aos pais para a educação dos filhos

A consagração de garantias aos pais e encarregados de educação susceptíveis de melhorar as condições de participação na vida escolar e de acompanhamento dos seus educandos, eis, em síntese, o objectivo do projecto de lei do PCP aprovado há oito dias pela Assembleia da República.

Viabilizado com os votos favoráveis de todas as bancadas, à excepção do PS, que se absteve, o diploma estipula que as faltas ao trabalho dadas por pais e encarregados de educação por motivos de comprovada necessidade de acompanhamento escolar dos seus filhos e educandos sejam consideradas justificadas, ainda que tenham de implicar a perda da retribuição correspondente.

Ao consagrar no seu diploma esta disposição, como esclareceu a deputada comunista Luísa Mesquita, trata-se de garantir aos pais e encarregados de educação o direito a um adequado acompanhamento dos seus filhos ou educandos, sem que isso se traduza em qualquer falta injustificada ao emprego ou ponha em causa o seu posto de trabalho.

Idêntico direito fica a partir de agora consagrado sempre que estejam em causa faltas ao trabalho motivadas por factores inadiáveis que se prendam com as actividades de associa-



ções de pais e respectivas estruturas associativas ou de coordenação nacional ou regional, bem como as relacionadas com a presença em reuniões de órgãos de direcção, administração ou gestão das escolas em que os pais e encarregados de educação devam legalmente estar representados.

Neste último caso, segundo o articulado do diploma, compete ainda ao Ministério da Educação assegurar uma forma de compensação de prejuízos eventualmente sofridos em resultado do cumprimento desses deveres de participação.

Não é difícil imaginar, pois, o alcance do presente diploma em termos da garantia mínima de direitos e deveres, os quais, do ponto de vista de Luísa Mesquita, devem ser «pertença

universal de todos os cidadãos», e não, como actualmente sucede, «privilegio de alguns», isto é, dos que detêm condições económicas e laborais para tal.

O que está em causa, em suma - e esta é a questão de fundo que motivou a reapresentação do diploma pela bancada comunista - é a necessidade imperiosa de um cada vez melhor acompanhamento escolar das crianças e jovens, tanto mais importante quanto é certo que persistem e, em muitos casos se agravam, como observou a parlamentar do PCP, os «problemas gravíssimos de exclusão social, de trabalho infantil, de taxas muito elevadas de abandono precoce, de taxas não quantificadas de insucesso e de alguma preocupante e generalizada violência».

Reforma da PAC Agricultura perde de novo

O compromisso sobre a reforma da PAC representa «um novo e perigoso golpe na agricultura portuguesa e uma profunda derrota da estratégia negocial do Governo PS de António Guterres», considerou o PCP em conferência de imprensa.

Esta conclusão global foi divulgada na passada sexta-feira por Agostinho Lopes, membro da Comissão Política, e Lino de Carvalho, deputado na Assembleia da República, um dia depois do Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia ter chegado a um entendimento sobre a Reforma da Política Agrícola Comum.

Os comunistas reservam-se «uma posterior e mais pormenorizada avaliação dos resultados do Conselho Agrícola, em particular no tocante aos *dossiers* setoriais e aos diversos valores e quantidades fixados, nas suas consequências para Portugal», mas afirmam que «foram completamente negados os objectivos que o próprio Governo tinha estabelecido como base de negociação».

A derrota da estratégia negocial do executivo PS dá-se quer na vertente produtiva, quer na vertente financeira, não tendo sido atingida a duplicação de verbas que pretendida pelo ministro da Agricultura.

Mas as conclusões do Conselho de Ministros significam também o rotundo fracasso de um conjunto de reclamações sectoriais específicas do Ministério da Agricultura, afirma o PCP, explicando que «não serão os 3.760 hectares de nova vinha que poderão compensar a manutenção de quota insuficiente para o trigo duro e a confirmada descida da quota do tomate; ou esconder que o aumento de 3% do número de prémios para vacas aleitantes e bovinos machos é insuficiente para responder às necessidades e pedidos dos agricultores portugueses. Não serão os 60 mil hectares de área de regadio para os cereais, que poderão esconder a manutenção de um rendimento histórico de referência que continuará a desfa-

vorecer os produtores portugueses – as ajudas são proporcionais a esse rendimento –, para lá da sua incompatibilidade com esse mesmo acrescento de área regada».

Saldo negativo

Por outro lado, prossegue a nota divulgada «é profundamente demagógico, para



As explorações familiares serão as mais atingidas pela nova PAC

Portugal deve vetar

Esta reforma põe também em causa o «modelo agrícola» europeu, a exploração agrícola familiar e uma agricultura harmonizada com o meio ambiente, assim como uma União Europeia virada para uma cooperação exemplar com os países com elevada carência de desenvolvimento.

Como foi sublinhado na conferência de imprensa, «a nova PAC acarretará o inevitável prosseguimento do desaparecimento das explorações agrícolas familiares, principalmente as de menor dimensão, e das zonas com mais fragilidades económicas, acentuará o «produtivismo» e a agricultura industrial agressores do meio ambiente. Em particular, acelerará as produções pecuárias sem terra (suiniculturas e aviculturas) e a intensificação produtiva para ocorrer à baixa dos preços, tal como sucedeu com a reforma de 1992».

Em resultado, «a nova PAC favorecerá o crescimento do desemprego e não vai beneficiar os consumidores», afirma o PCP, lembrando as enormes quebras de preços no produtor do bovino e suíno,

verificadas recentemente, que não tiveram reflexos ao nível dos talhos e hipermercados.

A arma alimentar

Para além disso, a nova PAC «é ainda um reforçado instrumento na guerra contra a segurança alimentar dos países do Terceiro Mundo. A baixa de preços e os mecanismos de liberalização dos mercados agrícolas visam a guerra económica e preparação das próximas negociações da Organização Mundial do Comércio, em que estão interessadas as transnacionais da agro-alimentação (que, aliás, já manifestaram o seu apoio a esta reforma) e as grandes potências agrícolas do planeta, com os Estados Unidos à cabeça. A produção agrícola é cada vez mais uma arma: a arma alimentar».

Entretanto, o PCP observa que «a opinião do ministro da Agricultura

português de que o resultado do Conselho Agrícola é «globalmente positivo» está em total contradição com o alegado voto contra» e salienta que «contrariamente ao que o ministro tem vindo a propagandar, nem no Conselho houve qualquer votação formal, nem Portugal foi o único que manifestou reservas. Pelo menos, a França também expressou as mesmas reservas».

Deste modo, os comunistas qualificam a atitude do ministro como «calculista, para mero uso político interno, o que é manifestamente intolerável». Neste contexto, o PCP entende que, «em consonância com esse «desacordo português», e com todas as opiniões conhecidas sobre a reforma, o primeiro-ministro António Guterres, na próxima Cimeira de Berlim, oponha um NÃO firme de Portugal à Reforma da PAC agora acordada. Exigimos que, no interesse da agricultura nacional e do País, o direito de veto, se necessário, não fique na gaveta».

não dizer outra coisa, afirmar e empolar um alegado aumento das verbas do FEOGA-Garantia (37 milhões de contos) para Portugal sem evidenciar que esse acréscimo de fundos não compensará sequer o que os agricultores vão perder com as descidas dos preços dos cereais, carne e leite. Isto é, o saldo vai ser negativo!».

Por outro lado, esta PAC, à semelhança da reforma de 1992 representa «a completa negação do objectivo de coesão económica e social da União Europeia, inscrito no Tratado de Maastricht e reafirmado em múltiplas cimeiras comunitárias».

Para o PCP, «a manutenção, no fundamental, dos mecanismos e regras de distribuição das ajudas, e recusa

da modulação e *plafonamento*, num quadro em que aumenta o custo global da PAC (contrariamente, até, ao que tinha sido estabelecido no Conselho de Bona: estabilização das despesas em 40,5 mil milhões de euros), vai significar a reprodução agravada da injusta distribuição dos fundos do FEOGA-Garantia e o correspondente agravamento das assimetrias regionais e sociais do mundo agrícola comunitário. Os agricultores portugueses vão continuar a ser os que menos recebem e as produções mediterrânicas (frutas, hortícolas, azeite, vinho), as menos ajudadas. Por outro lado, as importantes vitórias espanhola e italiana, quer no aumento específico e significativo das suas quotas leiteiras quer na subida dos rendimentos (históricos) de referência dos cereais, acrescentam à diferenciação entre países do Norte e países do Sul, o alargar do fosso entre Por-

tugal e os outros países mediterrânicos».

Coincidências?

O PCP alerta ainda para «as possíveis consequências do aumento da despesa agrícola que significa esta reforma, sobre os restantes *dossiers* da Agenda 2000 – Fundo de Coesão e Fundos Estruturais», interrogando-se se «será por acaso que o aumento do défice com a reforma da PAC – 7 mil milhões de euros – coincide *grosso modo*, com uma falada redução do Fundo de Coesão de 21 mil milhões de euros para 13/14 mil milhões de euros? Será um acaso que os grandes beneficiários desta reforma da PAC sejam a Itália e a Espanha, num processo dirigido pela presidência alemã? Alemanha que, como se sabe, precisa de aliados para cortar uma fatia do Orçamento Comunitário e assim reduzir a sua contribuição, para o que, aliás, conta com toda a compreensão do eng. António Guterres».

Timor-Leste

Por proposta do Grupo da Esquerda Unitária, subscrita pelos três deputados do PCP no Parlamento Europeu, Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro, e Honório Novo, o Parlamento Europeu aprovou uma resolução sobre os direitos do homem na Indonésia, em particular em Timor-Leste e no arquipélago da Molucas. Quanto a este último, o PE insta o Governo indonésio a pôr termo à violência e a promover a coabitação pacífica dos povos de diferentes origens étnicas e diferentes religiões. Por outro lado, solicita que seja conferida à população de Timor-Leste a oportunidade de exercer o seu direito à autodeterminação através de um referendo a realizar sob a égide das Nações Unidas.

Caminhos-de-Ferro

O Grupo Confederal da Esquerda Unitária/Esquerda Verde Nórdica rejeitou um relatório sobre os caminhos-de-ferro comunitários favorável à liberalização dos transportes internacionais de mercadorias. Segundo o deputado do PCP, Honório Novo, esta medida, à semelhança do sucedido com os caminhos-de-ferro britânicos, poderá provocar graves consequências sociais e económicas no sector, para além de colocar em causa a segurança deste tipo de transporte.

A liberalização abre a possibilidade de qualquer entidade, pessoa ou grupo poder aceder ao negócio, nas suas vertentes mais rentáveis, utilizando as infra-estruturas construídas com dinheiros públicos. Como a generalidade dos custos com a conservação e gestão não é rentável será mantida no sector público.

Capitais da Cultura

O novo sistema para a escolha das Capitais Europeias da Cultura, aprovado a semana passada no PE, admite que várias cidades do mesmo país possam apresentar uma candidatura comum. A decisão final continua a caber ao Conselho, sobre recomendação da Comissão Europeia, mas passará a ter em conta a opinião do Parlamento Europeu. O deputado do PCP, Honório Novo, congratulou-se com este facto, já que «permite que cidades como Tomar e Santarém, caso assim o entendam, reformulem candidaturas que, justificando-se em si mesmas, poderão por esta via impor-se de forma ainda mais evidente». O deputado comunista salienta ainda que foi aprovada uma recomendação para que as cidades designadas possam incluir nos seus projectos as regiões limítrofes, orientação que, afirma, o Porto poderia desde já implementar em 2001.

CNA aponta prejuízos

A Confederação Nacional da Agricultura considera que a reforma da PAC «começou mal e acabou pior». Segundo a sua análise, os resultados das negociações traduzem-se em grandes baixas nos preços à produção (-20% nos cereais e carne bovina; e -15% no leite), sem que as ajudas directas ao rendimento compensem tais perdas. Mantém-se ainda o limite orçamental anual de 40,5 mil milhões de euros e o desenvolvimento rural, anunciado como o segundo pilar da PAC, foi ainda mais secundarizado ficando sem verbas.

A CNA afirma que a maior parte das ajudas previstas vão ser recebidas pelos maiores e

mais intensivos produtores, em prejuízo dos rendimentos dos pequenos agricultores. Portugal sai assim destas negociações «globalmente penalizado»: «perdemos porque não aumentámos as quotas do tomate e do trigo duro e porque no contexto comunitário o nosso país vai continuar a receber menos ajudas e outros benefícios, quando comparados com certas vantagens obtidas por Espanha e Itália, que viram bastante aumentadas as suas quotas de leite e de novas vinhas e as suas produtividades históricas das culturas arvenses», afirma a Confederação.

Seis feridos em Dublin

Seis pessoas ficaram feridas na sequência de um ataque perpetrado por dois homens armados contra os jogadores e os espectadores de um jogo de futebol em Dublin, na República da Irlanda, no passado domingo. A polícia considera que o ataque provavelmente não se dirigia a ninguém em concreto, mas testemunhas têm uma opinião contrária. As autoridades associam o incidente ao crime organizado, uma das suas maiores preocupações.

Partido curdo nas eleições turcas

O Partido Democrático do Povo (Hadep), o único partido curdo legal na Turquia, poderá participar nas eleições gerais que se realizam a 18 de Abril. O Tribunal Constitucional recusou por unanimidade o pedido do Ministério Público em ilegalizar a formação curda, acusada de pertencer a um grupo armado. O tribunal considerou que uma proibição deste tipo seria contra a Constituição e iria contra a lei dos partidos políticos. Osman Ozcelik, um dos principais dirigentes do Hadep, considera que a decisão da Justiça é uma boa notícia, mas «não pode ser classificada de democrática ou independente, já que obedece a objectivos políticos». «Deve ser interpretada como uma consequência da perseguição a que nos vemos submetidos. Acusam-nos de pertencer ao PKK e de difundir propaganda separatista nas nossas actividades, acusações que nunca puderam ser provadas», acrescenta. Referindo-se à prisão de Abdala Ocalan, líder do PKK, Ozcelik afirma que «a Turquia nunca teve um julgamento democrático e neste caso não será diferente. Acredito que Ocalan é submetido às torturas mais atrozes».

Polónia, Hungria e República Checa na Nato

A Polónia, a Hungria e a República Checa ingressaram oficialmente na Nato na sexta-feira, numa cerimónia em Independence, no estado norte-americano do Misuri. A Rússia reiterou as suas críticas ao alargamento da organização para o Leste europeu. «A ampliação da Aliança Atlântica não contribuirá para fortalecer a confiança e a estabilidade nas relações internacionais. Pelo contrário, pode conduzir ao surgimento de novas linhas divisórias», considera o Ministério dos Negócios Estrangeiros russo. O Kremlin propõe

Guatemala EUA cúmplices de genocídio

Documentos norte-americanos até agora mantidos secretos revelam que os EUA foram cúmplices das acções de repressão dos sucessivos governos da Guatemala, nomeadamente no genocídio contra os índios maias.

Esta colaboração já havia sido denunciada pela Comissão para o Esclarecimento Histórico guatemalteco no fim de Fevereiro, num relatório que considera que a estratégia anticomunista dos Estados Unidos desempenhou um papel importante no processo da guerra e que refere «fortes pressões» do Governo e de empresas norte-americanas para manter «a arcaica e injusta estrutura socioeconómica do país».

Estes documentos, publicados pelo *El País* na semana passada, mostram que tanto Ronald Reagan como Bill Clinton tinham conhecimento da política guatemalteca contra a oposição. Execuções sumárias e destrui-

se aplicam aqui.»

Assassinatos em massa

Os EUA sempre acompanharam a situação na Guatemala. Em 1982, um relatório da CIA afirma que «em meados de Fevereiro, o exército da Guatemala reforçou a sua presença no departamento central de El Quiché e lançou uma operação de limpeza no triângulo Ixil. Os oficiais à frente das unidades receberam instruções para destruir todas as cidades e aldeias que cooperam com a guerrilha do Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP) e eliminar todas as fontes de resistência».

«Desde que a operação começou, várias aldeias foram com-



Apoio financeiro de Reagan

Em 1981, o embaixador norte-americano na Guatemala, Frederick L. Chapin, recomenda a Reagan a instituição de um programa de ajuda ao exército guatemalteco por «questões de segurança nacional».

Na mesma altura, um funcionário do Gabinete de Direitos Humanos do Departamento de Estado, Robert Jacobs, salienta que «o embaixador Chapin concluiu que o presidente (guatemalteco) Lucas não vai pôr em causa as nossas preocupações sobre direitos humanos, e temos que reconhecer esse facto e logo decidir se as considerações de segurança nacional requerem que sigamos com o nosso plano de assistência de segurança».

Jacobs refere que, durante uma reunião entre o general americano Walters e o presidente Romeo Lucas García, este «deixou muito claro que o seu Governo continuará a aplicar a mesma política de antes: a repressão vai continuar». A conclusão é clara: os «EUA não deveriam associar-se com o regime de Lucas dado os problemas com os direitos humanos».

No entanto, apesar do relatório, em 1983 Ronald Reagan decidiu iniciar um programa de assistência ao exército da Guatemala com 250 mil dólares, quantia que aumentou para 50 milhões de dólares no ano seguinte.

ção de provas faziam parte das práticas habituais do governo e dos militares.

A cumplicidade americana remete-nos para 1954, data do golpe de Estado organizado pela CIA que derrubou o governo democrático e reformista de Jacob Arbenz. Num relatório entregue ao presidente Eisenhower, o general James Doolittle escreve: «Não há regras nesta guerra. As normas do que é uma conduta humana aceitável não

pletamente queimadas e um grande número de guerrilheiros e colaboradores foi abatido. Comentário: quando uma patrulha do exército encontra resistência e é atacada, entende-se que toda a população é hostil e, conseqüentemente, é destruída. O exército encontrou muitas aldeias abandonadas antes da sua chegada e parte do princípio que são apoiantes do EGP, pelo que são destruídas. Há centenas, possivelmente milhares, de refugiados

nas colinas sem casas para onde voltar», continua o documento.

«O exército todavia não encontrou uma grande força guerrilheira na área. Até ao momento, os seus êxitos parecem limitar-se à destruição de localidades controladas pelo EGP e ao assassinato de colaboradores e simpatizantes índios. A bem documentada crença do exército de que toda a população índia ixil é favorável ao EGP criou uma situação em que

não se pode esperar que (o governo) dê a menor trégua aos combatentes e aos não combatentes», conclui a CIA.

Em 1994, já durante a presidência de Bill Clinton, um relatório secreto do Departamento de Defesa norte-americano informa que um «número indeterminado» de antigos guerrilheiros da União Revolucionária Nacional da Guatemala havia sido recrutado pelo exército. «Os que se negam a integrar são executados de modo sumário e enterrados em caixões sem identificação. Esta técnica foi utilizada pelo exército da Guatemala desde o começo do conflito e continua a ser utilizada hoje, ainda que o exército reconheça que esta é uma nova era», acrescenta.

Outro dos temas focados pelo documento é o facto de o exército não fazer prisioneiros de guerra. «Todos os guerrilheiros capturados, com excepção daqueles que são utilizados com propósitos propagandísticos, são interrogados e na maioria dos casos assassinados e queimados.» O relatório refere ainda

Guerrilha pede perdão

A Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) pediu perdão às vítimas das suas acções guerrilheiras cometidas durante a guerra civil.

«Com profunda dor e humildade pedimos perdão à memória das vítimas, aos seus familiares e às comunidades que sofreram danos irreparáveis, injustiças e ofensas devido a irresponsabilidade cometidas pelas forças da URNG», disse Jorge Soto, líder da antiga guerrilha, numa conferência de imprensa realizada na sexta-feira.

«Nunca foi o propósito nem a estratégia (da URNG) fazer mal à população civil», afirmou Soto, lamentando os casos em que se cometeram acções à margem dos princípios revolucionários.

De acordo com o relatório da Comissão para o Esclarecimento Histórico, 32 dos 669 massacres ocorridos na Guatemala durante o conflito foram cometidos pela guerrilha, bem como três por cento das violações dos direitos humanos. O restante é imputado ao exército e a grupos paramilitares de direita.

A URNG pretende assumir a responsabilidade «que nos corresponde que, por erro ou descontrolo dos acontecimentos, ultrapassaram a nossa vontade», mas não esquece «a vergonhosa intervenção estrangeira nas injustas estruturas sociais, na aberrante exclusão e no irracional racismo».

Equador Greve geral contra plano económico

imediate do presidente Jamil Mahuad e a formação de um Governo de concertação nacional, lembrando que o ex-presidente Abdalá Bucaram foi destituído «por muito menos».

A Frente Patriótica apelou à população para que não pague as contas da electricidade e retire dos bancos todo o dinheiro que possa. A resposta do Governo foi policiar as ruas de forma massiva e colocar em estado de alerta a polícia e o exército.

Numa intervenção polémica, o presidente Mahuad justificou o plano económico dizendo que «não há mais tempo para actuar». Mahuad reconhece ter cometido erros e admite que a acção

do seu Governo para enfrentar a crise foi lenta.

Quatro dos cinco membros da direcção do Banco Central do Equador renunciaram aos seus cargos na sexta-feira, devido à «impossibilidade de trabalhar coordenadamente com o Executivo na política monetária e fiscal do país».

No mesmo dia, registaram-se graves incidentes nos postos de gasolina de todo o país, depois de algumas distribuidoras tentarem vender gasolina com os novos preços antes destes entrarem em vigor. A polícia interveio com gás lacrimogéneo para dispersar a multidão.

O Governo afirma que vai negociar um acordo com o Fundo Monetário Inter-

nacional, de forma a permitir rever a dívida externa (15 mil milhões de dólares) e a obter um novo empréstimo. Contudo, altos funcionários do FMI declararam que um processo de negociação não poderá decorrer em breve. O porta-voz do Departamento de Estado dos EUA, James Rubin, referiu que «antes de concluir um acordo credível com o FMI, o Equador tem de resolver as suas severas dificuldades fiscais».

Isto quer dizer que, num país em que 60 por cento da população é considerada pobre e 35 por cento indigente, a liberalização da economia se vai acentuar ainda mais a bem, não do povo, mas das exigências e dos interesses do FMI.

Alemanha Grande capital força demissão de Lafontaine

A subida espectacular do DAX na bolsa de Francfort e o júbilo do grande capital após a demissão do incómodo ministro das Finanças do Governo de Bona, Lafontaine, de todos os cargos políticos e partidários assumiu aspectos tão descarados que o próprio ex-presidente do SPD, para salvar a face da social-democracia, se viu obrigado a emergir do silêncio e a declarar, pouco convencido, que o partido ainda não era «negociável na bolsa».

O grande capital não perdoou ao ex-ministro das Finanças ter apoiado os novos aumentos salariais de 3 a 4 por cento obtidos pela luta dos sindicatos dos metalúrgicos e da função pública após tantos anos de contenção salarial e de desmontagem dos direitos sociais e do trabalho com o pleno consentimento da social-democracia.

A vingança do capital, obtida após uma campanha chantagista sem precedentes, de cariz totalitário, com a ajuda dos meios de comunicação social públicos e privados, teve por objectivo reduzir a cinzas o sentido do voto expresso há seis meses nas eleições para a Bundestag pelo povo alemão e que exprimiu claramente a vontade dos eleitores de uma mudança de rumo em relação ao descalabro social do Governo de Helmut Kohl.

O publicista Friederich Schlemer - na ARD e em resposta ao presidente da federação patronal Hundt - desmascarava a «gritaria histórica do capital quando os lucros acabam de subir mais de 50 por cento», concluindo que «se já não são os políticos que governam mas é a economia que detém o poder, então o patronato que não se esconda atrás dos partidos políticos mas tome directamente conta do Governo». Entretanto, o secretário-geral do SPD, Franz Müntefering, lá ia timidamente constatando que «a economia existe para servir as pessoas e não ao contrário, as pessoas para servir a economia».

As ameaças do capital financeiro, dos bancos, das companhias de seguros e dos monopólios da indústria energética e atómica de não se sujeitarem às leis da República e de trans-

ferirem as suas sedes para o estrangeiro para fugirem ao pagamento de impostos, têm sido diariamente sustentadas na TV, na rádio e nos jornais por uma chusma de comentaristas e propagandistas pagos a peso de ouro pelo capital privado e pelos dinheiros públicos, os quais, com uma unanimidade agressiva, procuram aterrorizar o povo alemão e demonizar os sindicatos e a actual reforma fiscal proposta pelo ex-ministro das Finanças

superação do capitalismo. Como bom social-democrata mantém a ilusão da existência de um capitalismo caritativo e generoso.

O *Napoleão do rio Saar*, como costuma ser designado pela democracia-cristã, apoiou o euro, Maastricht e Amesterdão, convencido de que era a melhor maneira de criar o Estado social europeu e fazer frente ao capitalismo americano, mas acabou por sucumbir às mãos do capital germânico e

dos seus interesses neoliberais, mesmo quando legitimadas pelo veredicto popular.

Após três dias de absoluto silêncio, Lafontaine justificou a sua demissão com a falta de espírito de equipa existente no seio do Governo, numa referência às críticas do chanceler à política do Ministério das Finanças e do ministro ecologista Trittin, expressas em frases como «é preciso pôr fim à política de picadelas contra o patronato», ou de que era necessário no Governo «mais Fischer e menos Trittin».

Com a substituição de Lafontaine no cargo de presidente do SPD por Gerard Schröder, o Tony Blair alemão que sempre desejou uma aliança com a democracia-cristã ou o FDP, o chanceler ficou com as mãos livres para executar o que os eleitores lhe haviam negado nas urnas em Outubro último ao elegerem pela primeira vez na história da Alemanha Federal uma maioria parlamentar e governamental sem a CDU nem os Liberais.

A demissão-afastamento de Lafontaine mostra claramente que o tempo não é de colaboração com o grande capital, mas de resistência. O candidato do PS às eleições para o Parlamento Europeu, Mário Soares, tem razão quando, parafraseando Sofia de Mello Breyner e a «Cantata da Paz», afirma «vemos ouvimos e lemos não podemos ignorar»; só que devia acrescentar «não podemos ignorar» que no momento em que vivemos quem de facto manda nesta «democracia» não é o povo, não são os eleitores, mas o poder económico.

■ Rui Paz



e já aprovada pelo Bundestag. Há poucos anos, o capital fugia em pânico sempre que vingava uma revolução, mas hoje basta-lhe ouvir falar de aumentos de salários para fazer as malas e abalar.

Mas Oskar Lafontaine, que em 1995, no congresso do SPD em Mannheim, com a célebre frase de que «ainda existiam ideais pelos quais a social-democracia se podia entusiasmar» provocou a revolta dos delegados contra o então presidente do partido, o militarista Scharping (hoje um ministro da Defesa orgulhoso por as tropas alemãs poderem actuar no Kosovo), nem sequer é um revolucionário que lute pela

do Banco Central Europeu que não suportavam a sua exigência de abaixamento da taxa de juro.

Quem manda

A reacção entusiástica de Duisenberg, o presidente do Banco Central imposto por Helmut Kohl, à nomeação do novo ministro das Finanças, o social-democrata Hans Eichel que ele «tão bem conhece e admira», mostra claramente que é todo o capital europeu que não aceita discordâncias nem opiniões diferentes quando se trata de orientações políticas que não vão no sentido

Sony liquida 17 000 empregos

O «plano de reestruturação» anunciado a semana passada pela Sony, o gigante japonês da electrónica, implica a redução de 10 por cento dos seus efectivos em todo o mundo, ou seja, a liquidação de 17 000 postos de trabalho.

A opção tomada pela Sony é a de diminuir os custos do trabalho em benefício da rentabilidade financeira. Para o efeito, a empresa vai reduzir de 70 para 55 o número das representações do grupo - o que terá repercussões tanto na Ásia (incluindo o Japão) como nos Estados Unidos e na Europa -, e apostar no seu novo produto, a Playstation II, a lançar no mercado no final do ano.

O grupo decidiu, por outro lado, assumir o controlo total de três filiais cotadas na Bolsa - Sony Music Entertainment, Sony Chemical e Sony Precision Technology -, de que detém actualmente cerca de 70 por cento do capital, bem como passar a integrar totalmente a Sony Computer, onde detém cerca de 49,8 por cento do capital.

Em fase de reestruturação estão igualmente outras empresas, como a NEC, Toshiba e Hitachi, no quadro de um plano do Governo japonês que tem como objectivo encorajar as fusões dos grandes grupos. O plano governamental prevê um aumento de 10,5 por cento das despesas públicas destinado, segundo as autoridades, à criação de 770 mil novos postos de trabalho, mais de metade dos quais previstos para o sector da construção. Um objectivo pouco realista, segundo os especialistas, já que o sector absorve actualmente mais de 13 por cento dos assalariados, taxa muito superior à existente nos outros países desenvolvidos.

Entretanto, na esteira dos prometidos futuros empregos, tem avançado a desregulamentação do trabalho e crescido o trabalho precário, até há pouco limitado a sectores específicos ou a casos de efectiva necessidade limitada no tempo, e agora em plena expansão para os mais diversos domínios, incluindo os que exigem mão-de-obra especializada e tradicionalmente ocupados por trabalhadores a tempo inteiro.

Ao contrário dos trabalhadores, que reagem com preocupação a este plano e vêem com apreensão o exemplo da Sony, a Bolsa nipónica reagiu favoravelmente ao anúncio da supressão de 17 000 postos de trabalho. Pontos de vista

Violência na Argélia

Cerca de meio milhar de mortos e mais de quatrocentos feridos é o trágico balanço da violência registada na Argélia desde Setembro, data em que o presidente da República, Liamine Zéroual, decidiu antecipar as eleições presidenciais para 15 de Abril.

Segundo a imprensa argelina, o maior número de mortes foi registado durante o último mês do Ramadão, em Dezembro passado, com um balanço de 188 mortos e 76 feridos.

Apesar de os sete candidatos à Presidência afirmarem como objectivo comum «a paz e a segurança», e as autoridades se terem comprometido a usar todos os meios necessários para garantir a segurança durante a campanha eleitoral, cujo início está previsto para o próximo dia 25, esta ameaça ser particularmente sangrenta. A imprensa argelina, citada pela Lusa, deu conta este fim-de-semana de um encontro dos chefes dos grupos fundamentalistas armados visando instaurar um clima de instabilidade em todo o país.

Os sete candidatos concorrentes às presidenciais são Hocine Ait-Ahmed (Frente das Forças Socialistas, FFS), os ex-ministros Abdelaziz Bouteflika e Ahmed Taleb Ibrahim, os antigos chefes de governo Mouloufd Hamrouche e Mokdad Sifi, o

dirigente islâmico Abdallah Djaballah e o dirigente histórico da guerra da independência Youcef Khatib.

O Conselho Constitucional excluiu da corrida eleitoral quatro partidos, o que também contribuiu para fazer subir a tensão na Argélia. O Movimento da Sociedade para a Paz (MSP, ex-Hamas) está a mobilizar os seus militantes para protestar contra o afastamento do seu líder, Mahfoud Nannah, da corrida eleitoral. Em comunicado divulgado no domingo, o MSP qualificou a decisão do Conselho Constitucional como «ilegal», considerando tratar-se de «uma fraude antecipada».

O Partido da Renovação Argelina (PRA), outro dos excluídos, pretende conhecer as razões que levaram à recusa da candidatura do seu presidente, Noureddine Boukrouh, alegadamente afastado por não ter reunido as 75 000 assinaturas exigidas por lei, o que o PRA desmente.

Outra candidata rejeitada, Louisa Hanoune, porta-voz do Partido dos Trabalhadores (PT, extrema-esquerda), já apelou ao voto em branco.

Apenas o antigo chefe de governo, Sid Ahmed Ghazali, não contestou a decisão do Conselho Constitucional e anunciou que poderá apoiar Youcef Khatib.

como alternativa a criação de um sistema de segurança europeia com base na OSCE que garanta os interesses de todos os países.

Farmacêuticos em Cabo Verde

Cabo Verde assumiu domingo, por um período de dois anos, a presidência do conselho directivo e da assembleia geral da Associação dos Farmacêuticos dos Países de Língua Portuguesa (AFPLP), sucedendo a Moçambique.

A eleição decorreu na Cidade da Praia durante os trabalhos da assembleia geral da AFPLP. Reunida na véspera do início do IV Congresso Mundial dos Farmacêuticos dos Países de Língua Portuguesa, a assembleia geral aprovou ainda o Código Deontológico da Profissão Farmacêutica.

Em Cabo Verde os principais problemas que se põem ao sector são a falta de técnicos, de acesso das populações ao medicamento e de informação.

Actualmente trabalham no país dezasseis farmacêuticos, em serviços públicos e privados, a maioria dos quais nas ilhas de Santiago e S. Vicente.

Novo governo no Congo

O presidente da República Democrática do Congo, Laurent Kabila, nomeou domingo um novo governo, que passa a ter Bemba Salaona à frente da pasta da Economia. Ligado no passado ao falecido ditador Mobutu Sese Seko, Bemba Salaona é pai de Jean-Pierre Bemba, um dos chefes da rebelião contra Kabila. Kabila dissolveu o anterior executivo a 20 de Fevereiro, a pretexto de promover a unidade e democracia nacionais face à rebelião de alguns sectores do país.

Protestos na Bielorrússia

O aniversário da Constituição adoptada na Bielorrússia em 1994, e posteriormente revogada por um controverso referendo, foi assinalado domingo, em Minsk, numa manifestação pacífica que juntou cerca de 3000 activistas da oposição.

Entre os manifestantes encontravam-se membros do Parlamento dissolvido por Aleksander Lukachenko, que apelaram aos bielorrussos para que votem na eleição presidencial de 20 de Maio, convocada pela oposição mas que o Governo não reconhece. «A ditadura antipopular de Lukachenko cairá, como todas as ditaduras», declarou Semyon Sharetzky, porta-voz do antigo Parlamento, sublinhando que «os bielorrussos têm agora a oportunidade de reduzir o tempo da legalidade tirânica».

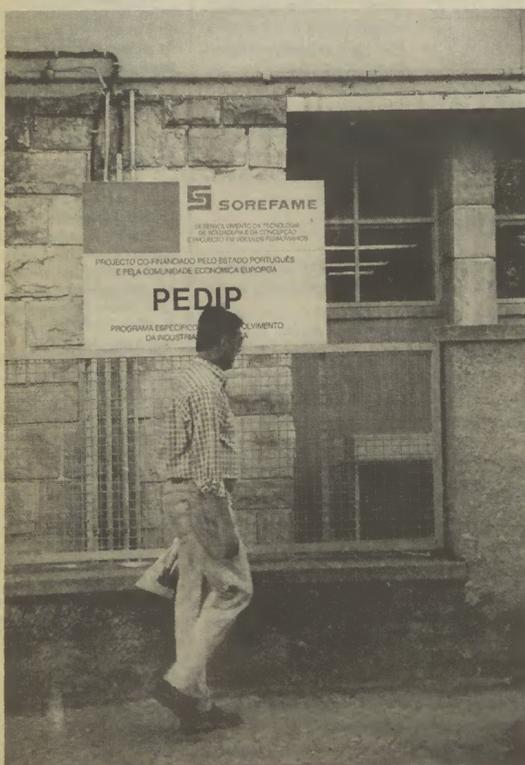
■ Texto
Domingos
Mealha
■ Fotos
Jorge Caria

Trabalhadores da ADtranz/Sorefame recusam os dois por cento

De migalhas e sacrifícios se fazem lucros de milhões



O Governo deve intervir



Os trabalhadores da Sorefame não aceitam que o Governo se distancie dos problemas que vivem na empresa, e por isso se deslocaram ao Centro de Emprego da Amadora e ao Ministério da Economia. Na moção que aprovaram, por unanimidade, decidindo entrar em greve dia 4 de Março para irem à Rua da Horta Seca, lembram que na ADtranz/Sorefame foram feitos «investimentos de milhões de contos, pagos com fundos estruturais, ou seja, do erário público», os quais «tinham como base a modernização da empresa e a criação de mais postos de trabalho».

Ora, sucede que a multinacional, «mesmo tendo uma grande carteira de encomendas, não aumentou os postos de trabalho e, pelo contrário, a sua política é de redução do actual efectivo». Entretanto, a empresa, «apesar de uma gestão de esbanjamento de milhares de contos em gastos supérfluos, continua a ter uma situação económica excelente», pelo que «não podem ser os trabalhadores, que produzem a riqueza da empresa e que têm ordenados de miséria, a mais uma vez não verem aumentados os seus vencimentos em conformidade com a riqueza produzida».

Em vez de criar postos de trabalho e aproximar os salários portugueses dos que são praticados noutras unidades do grupo em países comunitários, a ADtranz

preferiu a proliferação de mão-de-obra alugada. Quando há mais operários contratados através de empresas intermediárias do que os que constituem o efectivo da empresa, a Inspeção do Trabalho não pode ficar indiferente. Se o recurso ao trabalho temporário em larga escala, ainda por cima, coincide com a manutenção de trabalhadores da empresa numa prolongada situação de desocupação, o Governo deve agir - antes que os interesses da ADtranz acabem por, definitivamente, pôr em risco o futuro da Sorefame. Não seria a primeira multinacional a deixar em Portugal instalações vazias, umas centenas de desempregados e um rombo na economia nacional, para ir procurar poiso num país que facilite ainda mais a exploração.

Já hoje, ao justificar os miseráveis aumentos salariais que propõe, a administração da ADtranz Portugal diz que há mão-de-obra mais barata na Polónia. Mas a unidade da Venda Nova, como salientaram os membros da comissão intersindical à nossa reportagem, é suficientemente competitiva noutros factores, como a especialização dos trabalhadores e os equipamentos mais avançados. E estes são factores que pesam muito mais do que os baixos salários na qualidade da produção e na competitividade dos preços, como o próprio Governo não deixou ainda de afirmar...

A maior companhia mundial de construção e reparação de locomotivas, carruagens, vagões, instalações fixas e meios de sinalização de ferrovias demorou mais de um mês para responder ao caderno reivindicativo apresentado pelos trabalhadores da filial portuguesa. No início de Janeiro, reagindo ao protesto e à luta, a administração da ADtranz/Sorefame admitiu dois por cento, valor que ainda mantém. Indignados por uma «proposta vinda de Berlim» e que é encarada como uma ofensa, os trabalhadores persistem na luta. Já fizeram várias paralisações em Fevereiro, já se manifestaram nas ruas da Amadora, já foram bater à porta do ministro da Economia, na terça-feira estiveram em greve.

«A todos é pedido o seu esforço, para que a empresa seja competitiva, temos que aumentar a produtividade para que o grupo ADtranz continue a ter na Sorefame a sua imagem de prestígio internacional a nível de material circulante», relata a Comissão Intersindical, na informação que emitiu após a primeira reunião com a administração, para negociação do caderno reivindicativo aprovado e entregue no início de Novembro.

A estas exigências da administração, reclamavam os representantes dos trabalhadores, deveria corresponder outro incentivo. «Querem que trabalhem mais, que prescindamos de todas as regalias a que temos direito, menos dias de férias, as diuturnidades se possível devem ser retiradas, etc., etc., em troca querem baixar-nos o salário», protestava a Comissão Intersindical, que prontamente apontou o caminho da luta, em unidade. «Todos os trabalhadores, mesmo aqueles que não fazem parte do efectivo».

E este é outro facto que aumenta o mal-estar entre o pessoal. É que, depois de anos seguidos de redução de efectivos, a administração ainda não se dá por satisfeita e mantém as pressões para as reformas e rescisões. Dos actuais 700 trabalhadores, prevê que fiquem cerca de 640 no final do ano. Nas oficinas, os trabalhadores efectivos são menos de 300, número que já é inferior à quantidade de operários ali colocados através de empresas de aluguer de mão-de-obra. Entretanto, há quase duas dezenas de pessoas na famigerada secção «019», sem qualquer trabalho distribuído e com insistentes propostas para abdicarem do vínculo à empresa.

Foi o que, ao longo de mais de uma década, fizeram muitos dos que agora regressam à Sorefame através dos chamados empreiteiros - os alugados de mão-de-obra. Foram excluídos, mas a final são necessários. Voltam como carpinteiros de estrutura, como

soldadores, como serralheiros. Fazem o que os trabalhadores da Sorefame sempre, reconhecidamente, souberam fazer bem. Mas já não têm o vínculo à empresa, são «cedidos» por empresas de trabalho temporário... Alguns já levam 6 ou 7 anos de «temporários», com intervalos mais ou menos prolongados.

Auferem salários-base muito baixos, completados por subsídios e outras formas de remuneração variável, muitas vezes de valor igual ao salário ou até superior. Descontam assim menos dinheiro para a Segurança Social, mas a empresa poupa a dobrar. Vão ser prejudicados mais tarde, na reforma ou no subsídio de desemprego. Ganham agora a ilusão de ter um ordenado mais compensador, mas perdem também os complementos de reforma que eram pagos pela Sorefame.

Não há crise...

Com o esforço de efectivos e contratados, a ADtranz Portugal tem apresentado bons resultados, como reconhece publicamente o próprio presidente. Para um volume de vendas de 19 milhões de contos, em 1998, Manuel Norton garante que os resultados «vão ser bons, à semelhança do que aconteceu em 1997». Na entrevista que deu ao «Semanário Económico» de 22 de Janeiro, fez um breve rol das encomendas entregues e dos projectos que estão em curso: o Metropolitano de Lisboa, as UQEs para a Linha de Sintra, os comboios pendulares para o percurso Lisboa-Porto, os comboios para a travessia do Tejo, as locomotivas para a Alemanha, a reabilitação do ar condicionado das carruagens da Linha de Sintra. Tem expectativas quanto a concursos lançados para trabalhos a efectuar em 1999, como os comboios suburbanos do Porto e da Linha de Cascais (uma obra que vale «30 a 40 milhões de contos») e «seguramente vai prolongar-se durante a próxima década», segundo o presidente da ADtranz Portugal, a reabilitação de 57 unidades da CP. Em 2000 e 2001, dizia Manuel Norton, «entra em pleno o Metro do Porto, o que leva a que haja um reforço da facturação», que poderá chegar aos 25 milhões de contos.

Na altura em que deu a entrevista, o presidente já tinha recebido a comissão negociadora (é verdade que, primeiro, passaram algumas semanas sem qualquer resposta ao caderno reivindicativo e, para que os representantes dos trabalhadores fossem recebidos por Manuel Norton, tiveram que dirigir-se em grupo à administração, exigindo o início de negociações). Quando falou ao «Semanário Económico», o presidente já tinha ouvido a comissão negociadora dizer, mais uma vez, que os trabalhadores ganham salários baixos e têm perdido poder de compra ao longo de vários anos. «Fizemos sentir a insatisfação reinante entre os trabalhadores, que sentem que o esforço desenvolvido não tem a devida compensação ao nível salarial e de valorização de carreiras e esperam que a administração, para 1999, tenha tal situação em devida conta».

Quando saiu a entrevista, já a administração presidida por Manuel Norton tinha apresentado uma proposta de actualização salarial de dois por cento. A contestação e o protesto foram a seqüência lógica da indignação que causou «esta proposta ridícula, destituída de qualquer fundamento» e que nem sequer cobre a inflação prevista pelo Governo. Os trabalhadores corresponderam ao apelo da comissão intersindical e estão a dar a devida resposta à administração portuguesa e aos super-patrões sediados em Berlim. E a verdade é que não se concretizou a ameaça de processar nos salários de Fevereiro os maldadados dois por cento. Essa poderia ser uma provocação demasiado grave.



Quanto custa aos trabalhadores e às economias dos países menos desenvolvidos o crescimento de uma multinacional (mapa da presença da ADtranz no Mundo, reproduzido de um folheto da empresa)

Números de um gigante e história de uma luta

A ADtranz surgiu em Janeiro de 1996, como resultado da joint venture entre dois dos maiores grupos da indústria mundial: a ABB e a Daimler-Benz. Esta última, já sob o nome de Daimler-Chrysler, adquiriu a participação da ABB, passando a dominar, a cem por cento, a maior companhia mundial da indústria ferroviária. Segundo os dados mais

recentes, disponibilizados pela ADtranz, o grupo tem fábricas em 60 países e possui representações noutros 40. Emprega 24 mil pessoas em todo o mundo e teve, em 1997, receitas de aproximadamente 3,3 mil milhões de euros (mais de 670 milhões de contos).

Foi por via da aliança com a ABB que a ADtranz adquiriu a Sorefame. Esta, criada

em 1943, começou por produzir equipamentos para barragens e centrais, bem como para a indústria química e petrolífera. A partir da década de 50 iniciou a construção e reparação de material circulante ferroviário. Foi durante anos a maior metalomecânica nacional.

Já na década de 90, na seqüência da reestruturação decidida pela holding estatal para o sector (a Senete, onde a ABB ficou com 40 por cento do capital), foi criada a HidroSorefame, ficando a Sorefame apenas com o material circulante. A Hidro passou a ABB e abandonou quase por completo a produção de equipamentos para barragens e centrais. A Sorefame passou a ser uma divisão da ADtranz Portugal.

Só os trabalhadores, com empenho e apoio dos comunistas e do PCP, se opuseram e se opõem a que seja a lógica do lucro fácil e rápido a ditar o futuro da empresa. É mais ou menos assim a luta de classes de que alguns modernistas não gostam de falar.

Outros casos no distrito

Em várias empresas metalúrgicas do distrito de Lisboa os trabalhadores estão em luta por aumentos salariais e em defesa de direitos e dos postos de trabalho. Para além da ADtranz/Sorefame, o Sindicato dos Metalúrgicos destaca, de cerca de 50 empresas onde decorrem processos de reivindicação, a Casa Hipólito, a Renault Chelas, o Entrepósito de Lisboa e a Opel.

O pessoal da Casa Hipólito decidiu deslocar-se ontem a Lisboa, para exigir, junto da residência oficial do primeiro-ministro, que cumpra a promessa de viabilização daquela importante unidade industrial de Torres Vedras. Exigem também o pagamento dos salários em atraso.

Para a Renault Chelas, está convocada greve durante a tarde de amanhã, com concentração à porta da empresa. Os trabalhadores realizam, também amanhã, um plenário, para analisar formas de prosseguir a luta pelo aumento dos salários e a redução do horário de trabalho.

Com um plenário, de manhã, e uma paralisação, durante a tarde, os trabalhadores do Entrepósito de Lisboa completam uma semana de luta por aumentos salariais e demais pontos do seu caderno reivindicativo.

Na Opel as possibilidades de desencadear formas de luta foram analisadas no início desta semana, em plenários de trabalhadores.

O sindicato, num comunicado em distribuição no sector, refere que há empresas onde já foram conquistados aumentos de 6, 7, 8, 9 e 10 contos».



Os trabalhadores têm resistido com firmeza (foto de uma greve em Janeiro de 1995)

■ **Luísa Araújo**
Membro da Comissão Política

Lutando no presente pelo futuro

UM CONGRESSO de comunistas constitui um momento de grande importância na reflexão e na análise sobre a situação concreta em que se vive, sobre a organização e acção e na definição da intervenção futura, entendida como procura de respostas para a resolução de problemas e concretização de aspirações no quadro da luta pela sociedade que defendemos e pensamos ser a que melhor corresponde ao ideal de felicidade, de bem-estar e de realização pessoal e humana.

É desta concepção que advém a importância do VI Congresso da JCP, que se realiza em 27 e 28 de Março, onde os jovens comunistas procurarão contribuir para a análise sobre a realidade da juventude portuguesa, para as respostas e soluções para os seus problemas, para o fortalecimento do movimento e da luta juvenis, para o reforço da iniciativa, acção e organização da JCP, organização revolucionária para a juventude, para a afirmação do projecto de sociedade defendido pelo PCP, uma sociedade que dê resposta às aspirações do povo português e mais particularmente da juventude.

O Congresso da JCP definirá as linhas de projecção do trabalho para o futuro, quer no plano social e político, quer no plano orgânico com vistas ao envolvimento dos militantes para uma melhor intervenção nas reivindicações, nas batalhas imediatas e no reforço da organização. A capacidade de encontrar a resposta política e ideologicamente adequada para os problemas e a intervenção deste momento é determinante para os objectivos mais gerais de esclarecer, unir, organizar e mobilizar os jovens na luta pelos seus direitos e aspirações, pelos interesses dos trabalhadores, do povo e do país, pela liberdade, a democracia, a independência nacional, a paz, o socialismo e o comunismo.

Conhecimento, debate e respostas

A participação na fase de preparação do Congresso contribui para reflectir sobre o trabalho da JCP e a sua ligação ao meio juvenil e sobre a relação dos membros da JCP com outros jovens. A diversidade dos participantes nas várias reuniões reflecte a diversidade verificada entre a juventude. Diferença de idades, de origem social, de ocupação essencial na vida, de nível escolar, de nível cultural, de experiências, de preocupações. Estas diferenças contribuem, também, para o enriquecimento das análises, das respostas e das propostas que a JCP apresentará no Congresso e que dele sairão.

O debate entre jovens comunistas não é com certeza de *show-off*, nem de caixas de ressonância de novas versões de análises e de teorias burguesas sobre a vida, o mundo, a forma de organização. É um debate ligado à realidade e a problemas concretos com a perspectiva de encontrar respostas necessárias para a melhoria da qualidade de vida dos jovens portugueses, para a informação e a consciencialização da juventude, interessando-a pela transformação da sociedade.

O jovem comunista não está imune a influências de concepções limitadas e deformadas das causas da realidade em que vive e dos caminhos para a alterar. Na escola, na empresa, na comunicação social confrontado com a ideologia dominante, com situações e problemas complexos e exigentes que carecem de análise e reflexão, é natural a existência de interrogações e inquietações que se manifestam de formas diferentes. Será o debate e o aprofundamento das questões, contribuindo para uma visão mais abrangente e conhecimentos mais rigorosos que levará à análise acertada, na base dos princípios e dos valores assumidos pelos comunistas.

O Congresso é assim nas várias fases da sua realização uma grande oportunidade de contribuição individual e colectiva em que o aprofundamento da análise e as convicções de cada um se têm que cruzar com o valor acrescido que constitui a capacidade de ouvir e de fazer reflexão

contando com a opinião dos outros e de integrar o contributo pessoal na opinião colectiva.

Reforçar e projectar o ideal comunista

Mas, além da análise da situação e da definição de orientações, o Congresso da JCP, é um momento particularmente importante de



atração, envolvimento e mobilização juvenil, de dinamização e reforço orgânico, de formação de quadros, de reforço ideológico, de prestígio junto das camadas juvenis, de projecção das propostas e do ideal dos comunistas junto da juventude.

Na preparação do Congresso dinamiza-se a organização, revelam-se novos quadros e a sua capacidade de organizar, de intervir, de transmitir conhecimentos, de corresponder à responsabilidade que lhe é atribuída. Alarga-se a participação na elaboração e desenvolvimento da orientação adequada aos objectivos da JCP. Aprofunda-se a amizade entre os jovens comunistas.

O Congresso constitui um importante contributo para o desenvolvimento e fortalecimento da JCP.

Nos debates, na campanha pela educação sexual, nas iniciativas culturais e de convívio, na campanha de murais afirmando nas paredes as propostas políticas, a ideologia e a arte, na intervenção simultânea nas associações e na luta juvenil que continua, em múltiplas iniciativas que marcam a fase preparatória do Congresso, confirmam-se e afirmam-se características, estilos, conteúdos e formas de intervenção que constituem elementos da acção quotidiana da JCP a projectar para o futuro e afirmam a capacidade de atracção e a actualidade do ideal dos comunistas na época em que vivemos.

O Congresso da JCP é o congresso de uma organização que intervém junto de uma camada — a juventude — que não sendo homogénea, conforme foi afirmado no XV Congresso do Partido, tem no entanto problemas e interesses específicos, gostos, hábitos, motivações e perspectivas próprias. Uma camada que vive uma fase importante de formação da sua mentalidade, com a conseqüente consciencialização e formação de posições perante o mundo, no que se refere aos valores sociais, ideológicos e culturais.

Intervenção e luta da juventude

O PCP considera que a JCP tem um papel fundamental e privilegiado para a intervenção do Partido junto das e com as massas juvenis. Os membros da JCP estão no meio da juventude, estão nas escolas e nos locais de trabalho, conhecem e sentem os problemas e têm as mesmas aspirações.

A ligação estreita com os jovens, a sensibilidade para sentir e responder a problemas e aspirações juvenis — uns, problemas conhecidos, com as expressões, preocupações e motivações que assumem em cada momento, outros, problemas novos — são aspectos essenciais.

É de facto essencial o aprofundamento do conhecimento das grandes causas dos jovens portugueses e das diferentes formas como se expressam.

A JCP tem um papel importante em contribuir para a consciencialização dos jovens de que para alcançar a concretização dos seus anseios é necessária a sua própria intervenção e luta. A importância da sua mobilização e do envolvimento do movimento juvenil em torno da resolução de problemas concretos ou em torno de causas mais gerais constituem contributos importantes para a alteração de políticas e para impor a realização duma política de esquerda.

O momento da realização do Congresso em Portugal e no mundo é de resistência e afirmação. Resistência e afirmação entendidas como forma de intervir, de enfrentar os problemas, defender o exercício de direitos e de reivindicar o que é justo. Entendidas como afirmação da vontade de alterar o que está mal, o que impede o percurso do desenvolvimento social e humano. Entendidas como luta por transformações democráticas e progressistas.

O Congresso realiza-se no quadro de importantes lutas e reivindicações, em que a luta juvenil, em particular as acções dos estudantes, têm estado presentes e representam uma componente importante das movimentações sociais convergindo com a luta dos trabalhadores e das populações.

O reforço do movimento juvenil, da intervenção dos jovens e do desenvolvimento da sua luta, libertando o potencial que tem como grande força social, o fortalecimento da organização, iniciativa e intervenção da JCP, da sua influência e ligação à juventude, a afirmação junto da juventude do ideal e projecto dos comunistas, das propostas e valores do PCP, são objectivos importantes e exigentes mas que, com o empenhamento dos militantes da JCP e o contributo do PCP, estaremos em condições de atingir.

O Congresso da JCP estará à altura da organização da Juventude Comunista, que no âmbito da sua autonomia, dará continuidade aos objectivos da intervenção e da luta dos comunistas.

O debate entre jovens comunistas não é com certeza de *show-off*, nem de caixas de ressonância de novas versões de análises e de teorias burguesas sobre a vida, o mundo, a forma de organização. É um debate ligado à realidade e a problemas concretos.

Solidariedade com os povos curdo e turco

Mais de 35 000 mortos, cerca de 2,5 a 3 milhões expulsos das suas casas e deslocados só no sudeste da Turquia, milhares de refugiados, dez mil aldeias curdas destruídas, instituição de um sistema de aldeias vigiadas, interdição do uso da língua, proibição de escolas próprias, não reconhecimento da sua existência como nação, eis um balanço sumário da guerra de extermínio que o regime turco lançou e tem em curso contra o povo curdo. É assim na Turquia. Mas também é assim no norte do Iraque.



■ Lino de Carvalho

Com uma história que remonta ao Séc. VII a.C., ao tempo dos medos, com os primeiros principados curdos a formarem-se no Séc. X, são hoje mais de 30 milhões os curdos vivendo no Curdistão ou em diáspora pelo mundo, dos quais 15 milhões na Turquia.

Pelo tratado de Sèvres, em 10 de Agosto de 1920, que culminou a conferência dos países vencedores da I Guerra Mundial, o império otomano foi dissolvido e foi reconhecido o direito do povo curdo à autodeterminação e à formação de um Estado curdo independente. Foi sol de pouca dura. Menos de três anos depois, em 24 de Julho de 1923, em Lausanne, as grandes potências anulam o

necessidade da cooperação da Turquia, membro da NATO, nomeadamente para a utilização da base de Inçerlik". E recorda ainda que "para os Estados Unidos o PKK constitui também um obstáculo maior à aplicação do acordo concluído em Setembro de 1998 entre os dois principais partidos curdos iraquianos sob a égide de Madeleine Albright", acordo que constitui mais um instrumento da guerra que os EUA movem ao Iraque. Aqui os EUA utilizam o povo curdo contra o regime de Saddam Hussein. Na Turquia apoiam activamente o regime de Ankara na guerra de aniquilação da nação curda. A carta curda tem sido, assim, desde há muito utilizada como trunfo na estratégia imperialista de alargamento da influência e domínio naquela zona do globo. Dividir o povo curdo para reinar tem sido a preocupação, enquanto a Turquia faz de guarda avançada estratégica dos interesses dos EUA, de Israel e da NATO para o Médio Oriente. Em nome desses interesses tudo lhe é permitido. Ser membro do Conselho da Europa e manter a pena de morte, tribunais especiais de segurança do Estado e desrespeitar múltiplas resoluções de con-

sérvios em nome da defesa da autonomia do povo do Kosovo. Na Turquia apoia-se uma ditadura travestida de democracia e a guerra do regime de Ankara contra o povo curdo. E não se argumente com o perigo do fundamentalismo islâmico. Este não se combate com ditaduras. Combate-se apoiado numa sociedade aberta, democrática e tolerante.

É neste quadro altamente complexo e perigoso que Oçalan apareceu em Novembro, à luz do dia, em Itália, porventura confiando demasiada e ilusoriamente nalguns governos que alegadamente apoiariam a causa curda, como a Grécia e a Itália e nas pressões que a partir da União Europeia poderiam ser exercidas sobre a Turquia em defesa dos direitos do povo curdo. Divulgou um plano de paz em sete pontos: o fim das operações militares turcas contra as aldeias curdas; o regresso dos refugiados; a abolição do sistema de aldeias vigiadas; autonomia para o Curdistão dentro das actuais fronteiras turcas; reconhecimento para o povo curdo de todos os direitos que gozam os cidadãos turcos; reconhecimento oficial da identidade curda, da sua língua e cultura; liberdade e pluralismo de religião. A resposta da Turquia foi a intensificação da repressão contra o povo curdo e, em conjunto com os EUA, a perseguição de Abdullah Oçalan até ao seu rapto, da embaixada grega no Quênia, numa operação de terrorismo de Estado envolvendo o mundo subterrâneo dos serviços secretos e a cumplicidade activa do governo grego, o tal que se afirmava amigo da causa curda. Consta que em troca da entrega do leader curdo, a prazo, a Grécia terá dos EUA e da Turquia maior "compreensão" pelas suas reivindicações sobre Chipre. Mais uma vez a causa do povo curdo foi peão de outros interesses e, mais uma vez, foi a vontade dos EUA que ditou a sentença e o comportamento de governos como o de Itália e o da Grécia.

A verdade é que o dirigente curdo está preso e isolado nas masmorras da ilha de Imrali, para onde o regime de Ankara decretou uma "situação de crise" (uma espécie de estado marcial) comandada por um todo poderoso "Gabinete de Crise", dirigido por militares. Torturado, não teve, desde o dia do rapto, em 15 de Fevereiro, direito a qualquer visita de familiares ou a um contacto formal com os advogados (eles próprios ameaçados na sua integridade física). Contou-me um dos dois advogados, Ahmed Zeki Okcuoglu, que conseguiu autorização para o ver em condições muito especiais, na reunião que com ele mantivemos em Istambul durante a visita da delegação do Grupo Unitário da Esquerda Europeia do Conselho da Europa, que não só eles próprios foram provocados por grupos organizados na deslocação para a ilha como, durante a visita que durou vinte minutos, Oçalan esteve sempre rodeado de dois guardas mascarados e de um juiz militar, não se podendo manter de pé, com os olhos vidrados, sem expressões faciais, queixando-se de dores nos ouvidos. Quando tentou dizer alguma coisa de substancial foi impedido pelos torturado-

res de serviço. Entretanto, os tribunais que o vão julgar são tribunais especiais de segurança do Estado, dirigidos por militares e cumprindo as ordens destes e cuja criação remonta ao golpe de Estado militar na Turquia.

Mas o regime de Ankara, em vésperas de eleições legislativas e comunais, aproveita a prisão do dirigente kurdo não só para intensificar a guerra contra o povo curdo mas para incrementar as acções de repressão e de intimidação sobre todas as forças políticas e movimentos que na Turquia se opõem ao regime. Que não vêm de agora. Contou-nos a Presidente da Associação dos Direitos Humanos de Istambul, uma corajosa mulher, Efren Keskin, que desde a data da formação da Associação, em 1986, 13 membros foram assassinados e ela própria foi alvo de um atentado com tiros de metralhadora. Os partidos com quem reunimos - HADEP; EMEP - Partido do Trabalho e PLS - Partido da Liberdade e da Solidariedade/ODP - vivem debaixo de constantes receios. Estão proibidos de expressar qualquer opinião favorável a uma solução da questão curda, porque tal é considerado "separatismo" e pretexto para novas ofensivas repressivas e ilegalizações, como o que o regime turco está, por estes dias, a intentar contra o Partido HADEP. Durante a nossa visita fomos abordados pelo Centro de Cultura da Mesopotâmia, fundada por intelectuais turcos e curdos, e que tinha sido alvo, dias antes da nossa chegada, de um assalto das forças de segurança que, sem darem qualquer justificação, mantiveram 86 pessoas presas durante três dias.

É por isso que ao falarmos e ao solidarizarmo-nos com a causa curda não podemos esquecer as forças e movimentos progressistas turcos, os trabalhadores, os jovens, os intelectuais, vítimas do regime de Ankara. A solução da questão curda e o reconhecimento dos direitos do povo curdo da Turquia passa também pela democratização do regime turco.

Exigir a libertação de Abdullah Oçalan e, no mínimo, a sua transferência para uma prisão "normal" onde possa ser visitado regularmente por advogados e familiares e um julgamento imparcial fora do quadro dos tribunais especiais de segurança do Estado e aberto a observadores internacionais independentes; reclamar uma solução pacífica e política para a questão curda e o respeito pela identidade do povo curdo com o reconhecimento do direito ao uso da sua própria língua, cultura e educação; defender a democratização do regime turco e o seu respeito pela Convenção Europeia dos Direitos do Homem; denunciar a hipocrisia da chamada comunidade internacional e exercer pressão sobre a Turquia nas instituições internacionais; desenvolver um largo movimento de opinião pública a favor de Abdullah Oçalan, dos direitos do povo curdo e da liberdade de expressão na Turquia, são um conjunto de reivindicações que podem e devem dar lugar a iniciativas de solidariedade. 25 anos depois de Abril, usemos a nossa liberdade para ajudar à liberdade dos que por ela ainda lutam.



Tratado de Sèvres e substituem-no por outro que fixa as novas fronteiras do Estado turco e ignora a existência do povo curdo. Consagrada a nova divisão imperialista do Médio Oriente a Turquia começa a emergir como instrumento estratégico do "ocidente". O Curdistão ficou assim repartido entre a Turquia, o Iraque e a Síria. A partir de 1924 o regime turco proíbe a língua, a cultura e as instituições curdas bem como o uso das palavras curdo e Curdistão. Até hoje.

É neste contexto que se desenvolve a luta do povo curdo e das suas organizações representativas, como o parlamento curdo no exílio e o PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) fundado em 1978 e que passou à luta armada em 1984. Abdullah Oçalan é o presidente do PKK e há muito objecto de perseguição pelo regime turco e pelos EUA. As razões são sobretudo de ordem estratégica sem esquecer que o território do Curdistão é extremamente rico em petróleo, fosfatos e outros recursos do subsolo. Como escreve no Le Monde Diplomatique deste mês o Presidente do Instituto curdo de Paris, os Estados Unidos "têm mais do que nunca

denaço; afrontar doze acórdãos sucessivos do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem por violação dos Direitos do Homem entre os quais acórdãos onde as forças de segurança turcas foram responsabilizadas por terem incendiado e destruído aldeias curdas no sudeste da Turquia; manter 8700 presos políticos nas cadeias, vítimas de torturas, incluindo seis deputados curdos condenados em 1994 a quinze anos de prisão por no exercício das suas funções parlamentares terem cometido o delito de opinião de defenderem os direitos do povo curdo; invadir e ocupar Chipre; perseguir não só o povo curdo mas todas as forças de esquerda que na Turquia se opõem ao regime ditatorial turco. Só o Partido HADEP - Partido Democrático do Povo viu, desde Outubro, 100 dos seus dirigentes presos e as suas sedes, em Novembro, assaltadas pelas forças de segurança e por grupos fascistas, naquilo que eles próprios intitulam a "noite de cristal". Sobre tudo isto reina, na chamada comunidade internacional, um silêncio atordoador. É a política de dois pesos e duas medidas. Na ex-Jugoslávia ameaça-se bombardear os

«**P**ela sua natureza e ideologia, o PCP soube estar na primeira linha da defesa dos interesses e direitos da classe operária e dos trabalhadores, das justas reivindicações das camadas médias», disse Carlos Carvalhas, no comício comemorativo do 78.º aniversário do PCP, no sábado passado, realizado no Porto, numa intervenção cujos extractos mais significativos a seguir se transcrevem.

(...) À beira de duas importantes eleições, quando olhamos as encenações que estão em marcha e quando vemos o neoveiro político que o PS e AD estão a soprar, dá vontade de exigir ao menos um pouco de verdade e um pouco de respeito pelos cidadãos.

De facto, quando vemos o PS e a AD a quererem apresentar-se como grandes adversários ou inimigos e quando ouvimos todos os dias a gritaria e o espalhado do seu ping-pong verbal, só nos apetece dizer que é pena, é muita pena que toda esta pretensa animosidade, todo este aparente antagonismo e todas estas supostas divergências não tenham vindo ao de cima uns segundos antes de o PS e a direita, umas vezes com o PSD, outras com o PP e outras com os dois, terem votado juntos todos os Orçamentos de Estado, terem aprovado a revisão constitucional, terem aprovado os mais importantes instrumentos que facilitaram a vida às grandes opções da política de direita.

De facto, quando vemos Marcelo Rebelo de Sousa a chorar, dia sim dia não, lágrimas de crocodilo pelos problemas sociais e pelos dramas dos mais pobres, dos humilhados e ofendidos, quando vemos Marcelo Rebelo de Sousa a falar como se fosse um autêntico justiceiro antimonopolista e um irreconciliável inimigo do poder do grande capital, só nos apetece perguntar onde é que ele estava quando, com o PS, o PSD chumbou a proposta do PCP para que a idade da reforma das mulheres voltasse para os 62 anos; quando, com o PS, o PSD chumbou a primeira proposta do PCP para consagrar as 40 horas de trabalho semanal; quando o PSD deu todo o apoio e bateu palmas à furiosa e brutal política de privatizações do Governo do PS que vai ficar para a história como um dos mais implacáveis assaltos ao património público.

De facto, quando vemos António Guterres, o PS e os outros partidos socialistas europeus a congeminar em Milão, um 37.º Plano de combate ao desemprego, a dizerem que é preciso «uma nova via» para a construção europeia e a prometerem que agora é que isto vai porque os socialistas governam a maioria dos países da União Europeia, só nos apetece lembrar que há cinco anos, nas anteriores eleições para o Parlamento Europeu, os socialistas europeu até afixaram aqui em Portugal uma cartaz onde uma jovem dizia que «a minha Europa é a que combate o desemprego», lembrar que já antes os socialistas estavam em 9 governos da UE e, por isso, só nos apetece perguntar o que é que andaram a fazer nestes últimos cinco anos.

De facto, quando vemos o Dr. Mário Soares, a par do seu impenitente federalismo, a marcar distâncias em relação ao neoliberalismo, e quando vemos a Dr.ª Leonor Beleza a clamar que a Europa tem de prestar mais atenção aos desprotegidos, só nos apetece perguntar onde é que eles estavam em todos estes longos anos em que PS e PSD andaram a ser sócios e cúmplices de todos os passos e linhas orientadoras desta «construção europeia» que estão precisamente na origem dos problemas e consequências de que os cabeças de lista do PS e do PSD se queixam agora, para eleitor ver.

Um novo rumo para a construção europeia

Afirmam os historiadores que foi em 732 que os termos «Europa» e «europeu» surgiram pela primeira vez pela pena de um Espanhol: «saindo das suas casas», escreveu ele, «os europeus viam as tendas bem arrumadas dos Árabes».

Era uma Europa com exclusão dos outros, uma Europa contra os outros.

De facto a história mostra-nos que a Europa se pode definir «contra o outro». E esta concepção que é a concepção da Europa agressiva, de espírito de cruzada, do anticolonialismo e do neocolonialismo, é a Europa xenófoba, a Europa do anti-semitismo e do holocausto, que continua a ter os seus seguidores.

Mas há também a Europa dos povos, do movimento popular e dos sindicatos, a Europa das luzes, a Europa da Revolução Francesa e da Revolução de Outubro, que recusa a concepção de Europa fortaleza. A Europa aberta ao mundo, a Europa aberta ao terceiro mundo, aberta aos homens e às culturas do Sul. É nesta concepção que nos situamos.

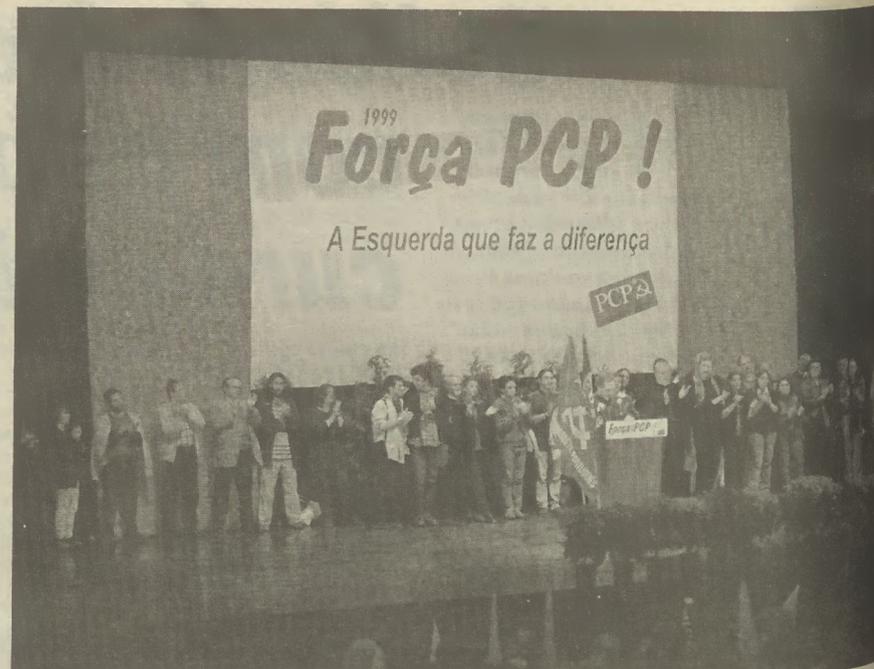
Recusamos as concepções eurocéntricas, assim como recusamos as concepções xenófobas e racistas ou as concepções federalistas.

Aqueles que defendem uma União Europeia federalista estão no fundo a defender a dissolução do nosso país numa região sem rosto, comandada por um directório de grandes potências.

Quando se diz, por exemplo, que a Europa deve falar a uma só voz, tem que se perguntar qual voz? Só ingenuamente é que se poderá pensar que essa voz não seria no essencial a voz das grandes potências.

Como aliás já se viu por exemplo em 1991 quando a Alemanha reconheceu unilateralmente a Croácia e a Eslovénia!

Dizem-nos que o federalismo se impõe para permitir à Europa no



Somos o Partido das grandes causas sociais

plano económico fazer face aos EUA e ao Japão.

Mas a verdade é que todos os dias vemos acordos, fusões e absorções entre grandes grupos económicos dos três espaços económicos.

Como já alguém disse quando por exemplo, na indústria electrónica – e sabemos da sua importância no presente e no futuro – a Toshiba, a IBM e a Siemens se associam e estão perante o fim das ilusões de uma política electrónica europeia.

Ou quando a British Airways ficou com o controlo da U.S. AIR e passa ao top mundial das companhias aéreas, deu-se o toque de finados sobre uma política concertada do transporte aéreo mundial...

Também as concepções de uma Europa bloco político-militar, e as concepções que absolutizam o mercado e a concorrência numa lógica de guerra não auguram nada de positivo.

Nós continuamos a lutar com outras forças comunistas e progressistas por:

- Uma União Europeia, que realize o princípio da «coesão económica e social» e o pleno emprego e não a «União Europeia» dos milhões de pobres e desempregados.

- Uma União Europeia, com uma grande dimensão social e ambiental, respeitadora dos interesses tanto dos pequenos como dos grandes países.

- Uma União Europeia mais democrática com as decisões mais próximas dos cidadãos.

Não deixa de ser curioso que muitos dos que ontem nos criticavam e afirmavam que éramos alarmistas, são hoje os primeiros a dizer que a Agenda 2000 tal como foi proposta prejudica enormemente o nosso país, que o Pacto de Estabilidade tem que ser flexibilizado, que a reforma da PAC não tem em conta a especificidade da agricultura portuguesa e que mais importante que a convergência nominal é a convergência real das economias.

Ora a verdade é que a «política agrícola comum» e a última reforma da PAC aceite pelo PSD prejudicam gravemente a agricultura portuguesa.

Ao contrário das agriculturas dos países do Norte, nós não temos excesso de produção. O compromisso da presidência alemã não dá resposta a problemas essenciais da nossa agricultura.

Num país com uma produção tão insuficiente é uma afronta ver pagar-se para abater barcos de pesca; pagar-se para se ter



campos abandonados; enterrar fruta que falta em casa de tantas famílias.

Por isso, nós exigimos firmeza nas negociações em curso. Pela nossa parte tudo faremos para potenciar o «poder negocial de Portugal».

Ao longo destes três anos aumentou o domínio do capital estrangeiro sobre a economia nacional. Há uma crescente subcontratação da economia portuguesa e uma crescente substituição da produção nacional pela produção estrangeira. O défice da balança comercial é inquietante.

Importantes unidades produtivas são encerradas e transferidas para Espanha e as empresas nacionais transformadas em entrepostos ou armazéns.

A par do crescimento das actividades especulativas e parasitárias e da concentração da riqueza, cresce o trabalho precário e o número de excluídos.

Precisamos de uma outra política e de um outro rumo na construção europeia.

A defesa dos interesses nacionais e de um novo rumo para a construção europeia exige empenho, luta e também convergência da acção com outras forças comunistas, progressistas e ecologistas. Também por isso, valorizamos o «Apelo Comum», assinado por vários partidos progressistas e comunistas europeus, dirigido aos povos da Europa para que nestas eleições europeias reforcem aqueles que lhes dão voz.

A nossa lista para o Parlamento Europeu é composta por homens e mulheres com provas dadas, tem como cabeça de lista a camarada Lida Figueiredo e terá uma significativa percentagem de mulheres.

Damos assim um forte sinal do que nos tínhamos comprometido. Também contamos na lista, como sabem, com o camarada José Saranago e com destacados cidadãos da cultura, do movimento sindical e do mundo do trabalho.

Com a forte presença feminina queremos também expressar o valor que damos à participação da mulher em igualdade.



Carlos Carvalhas no comício do Porto

Pelo aprofundamento da democracia, pela justiça social

Este Partido com uma história de 78 anos, Partido de resistência e de luta, Partido de construção e proposta, pode afirmar hoje, no limiar de um novo século, em novas condições e perante novas realidades, que continua e queremos que continue a ser o Partido das grandes causas sociais, com um ideal e um projecto de transformação e emancipação humana.

Mas também um Partido sempre empenhado com a defesa do regime democrático, sempre empenhado no aprofundamento da democracia.

É por exemplo o caso da JAE onde continuam a ralhar as comadres mas onde as verdades pouco aparecem. Ora as acusações de corrupção e do favorecimento dos partidos que têm estado no poder bem como as fugas aos inquéritos feitos pelo governo não podem deixar de escandalizar a opinião pública.

No mesmo sentido estão as questões da insegurança na sociedade, que não está desligada da acentuação das desigualdades ou também as questões da morosidade da justiça, nomeadamente em relação aos chamados crimes de colarinho branco.

Também em relação ao Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e Militares, as recentes notícias não podem deixar de suscitar grandes interrogações na opinião pública. A imprensa afirma que o ex-director desse serviço, em carta dirigida ao Eng. Guterres, acusa o ministro da Defesa de o «ter instruído para espionar as chefias militares», e o Primeiro-Ministro perante a gravidade destas notícias remete-se para e simplesmente ao silêncio...

A democracia exige transparência e verdade. O povo português, a Assembleia da República e a Instituição militar têm o direito de conhecer toda a verdade.

E se os factos são como a imprensa relata, o Primeiro-Ministro não pode deixar de tirar as conclusões que se impõem, isto é, sobre o perfil que o Portugal de Abril exige para um ministro da Defesa.

Não há silêncios, nem passes de mágica que consigam disfarçar o indistigável.

O que é certo é que o ex-Director Geral escreveu uma carta ao Primeiro-Ministro, onde, tudo indica, se refere a estas e outras situações, que o puseam em choque com o ministro da Defesa. Essa carta não é nenhum segredo que o Governo possa esconder ao País. O PCP já fez um requerimento ao Governo e na Assembleia estão a ser feitas audições sobre o assunto.

Daquei fazemos o desafio ao Primeiro-Ministro, para que dê uma explicação completa ao país sobre este caso de desvio de funções dos Serviços de Informações, que mostre as denúncias que contenha a carta do ex-Director Geral e que, como Primeiro-Ministro do Governo PS, tire as ilações práticas que se impõem em relação ao ministro da Defesa.



Pela sua natureza e ideologia, o PCP soube estar na primeira linha da defesa dos interesses e direitos da classe operária e dos trabalhadores, das justas reivindicações das camadas médias. Nunca regateou esforços e energias na luta e nas causas dos agricultores, dos estudantes, das mulheres, dos reformados e mais desfavorecidos, dos pequenos e médios empresários, dos criadores culturais, da intelectualidade, intervindo a todos os níveis da sociedade.

É a vida que faz prova da afirmação. Quisemos e soubemos afirmar o nosso Partido, dando ânimo, solidariedade e confiança aos trabalhadores e ao movimento sindical em momentos decisivos, para travar e adiar o pacote laboral do Governo.

Protagonizado por homens e mulheres concretos que incorporam o nosso grande colectivo partidário, estivemos à frente da luta contra os despedimentos, na luta contra as privatizações e a retirada de direitos, fosse na EDP, nas comunicações, nas cimenteiras ou no sector dos transportes ferroviários, aéreos, nos portuários, na luta por melhores salários e melhores direitos, fosse na Petrolgal, em que houve uma greve com elevadíssima expressão e vitoriosa, ou na Auto-Europa, na Administração Central ou Local, na metalurgia e química, em empresas de limpeza, na construção civil, na têxtil, nas indústrias eléctricas ou nos estabelecimentos fabris das Forças Armadas. Mas também marcamos presença e proposta nas lutas mais justas dos agricultores, dos pescadores, nas reivindicações do comércio tradicional e do movimento das micro, pequenas e médias empresas, no protesto público e na reivindicação estudantil, na manifestação dos reformados, na denúncia e na iniciativa das mulheres pela igualdade e contra as discriminações, na divulgação das inquietações e das propostas de pequenos e médios comerciantes e industriais.

Há uma semana desafiamos o Governo a cumprir com a 2.ª fase do aumento extraordinário dos reformados e de uma forma mais generalizada já no mês de Abril.

Até agora o Governo, e nomeadamente o Primeiro-Ministro manteve-se em silêncio à espera que o tema e o desafio entrem no esquecimento.

Não terá de nós esse contributo. Insistimos no desafio ao Governo e ao Primeiro-Ministro.

O Governo sabe que há meios suficientes para aumentar já no próximo mês de Abril os reformados pensionistas e idosos. Não precisa de esperar para Junho ou Julho para o fazer.

Certamente que estais de acordo com esta nossa exigência. O 25 de Abril e os reformados merecem-no.

O Governo não pode fechar os olhos ao facto de 1,8 milhões de reformados terem pensões inferiores a 32 mil escudos e de 32% das

famílias portuguesas viverem abaixo do nível de subsistência sendo os reformados, pensionistas e idosos os mais atingidos.

Alíás, o alargamento do nosso mercado interno pelo aumento de poder de compra das camadas populares é um factor de justiça social e de eficácia económica. Foi também nesse sentido que exigimos a diminuição das tarifas eléctricas e das tarifas dos telefones, nomeadamente com a eliminação da taxa de activação.

Também não se compreende as razões por que o Governo continua a manter os preços dos combustíveis que são 20% mais caros do que em Espanha, quando o preço do petróleo tem baixado acentuadamente.

Ora é sabido que, por cada litro de gasolina o Estado arrecada quase 80% em impostos.

O Governo pode estar também aqui a pensar em deixar passar mais uns meses angariando mais umas receitas e deixar a baixa para mais perto dos actos eleitorais. Seria um cálculo oportunista e eleitoralista que colocaria os interesses partidários acima dos interesses dos cidadãos.

E se o Governo quer fazer algumas poupanças deve começar por dar o exemplo e não dar tristes espectáculos exibicionistas, como o de vários membros do Governo se terem deslocado em vários helicópteros à Feira do Fumeiro, em Vinhais, como as derapagens orçamentais na EXPO, na Saúde, na rede do gás, etc., etc.

(...)

A necessidade e importância do reforço da CDU

Desenganam-se os que ontem diziam as coisas mais cruéis e radicais sobre as semelhanças entre PS e PSD e agora meteram a viola no saco e só sabem pôr a tocar a cassete do pretensão «declínio» do PCP.

Desenganam-se os que nos querem afundar no pessimismo das suas sondagens, das suas profecias arrogantes e do seu preconceito empedernido.

E sabem todos que o PCP e a CDU vão para estas eleições com determinação, audácia e confiança, vão para estas eleições para nelas investir a sua capacidade de indignação com o que está mal e nelas investir as suas propostas para a uma política de esquerda, vão para estas eleições para falar dos problemas vivos do povo e do país, vão para estas eleições para crescer e avançar.

Por isso é da máxima importância que mais portugueses compreendam que se estão a prejudicar a si próprios de cada vez que separam as eleições do que acontece e do que pensavam no intervalo entre eleições e de cada vez que voltam a votar naqueles mesmos de cuja política tão amargamente se queixavam em anos anteriores.

É da máxima importância que desta vez haja mais portugueses que compreendam que o dito «voto útil» no PS por medo do regresso da direita não passa de um grande logro que sem dúvida é muito útil para o PS que recebe os votos mas que não é nada útil para quem

lhos dá; que haja mais portugueses que sejam capazes de compreender que, se nas eleições de 95, em que o PS teve 43% dos votos, o PSD 34% e a CDU 8,5%, se, por exemplo, o PS tivesse tido 38% e a CDU 13%, a direita teria sido na mesma afastada do poder mas, nesta legislatura, o PCP teria passado muito mais e influenciado muito mais para uma política melhor para Portugal e para os portugueses; que haja mais portugueses que desta vez compreendam melhor que falamos inteiramente verdade quando afirmamos que, para quem não quer a direita no Governo e para quem quer uma política realmente de esquerda, não há voto mais útil, mais eficaz e mais seguro que o voto na CDU.

É da máxima importância que desta vez haja mais portugueses que compreendam que toda essa conversa sobre «os partidos serem todos iguais» e «todos quererem um tacho» pode ser uma boa desculpa para quem não quer mudar nada e sobretudo não está ainda disponível a mudar de voto, mas é sobretudo uma generalização sem fundamento que acaba por beneficiar e absolver os que têm culpa. Temos esperança de que haja mais portugueses que, dispondo-se a fazer a comparação verdadeira entre o que nós somos, o que nós fazemos, o que nós servimos, o que nós propomos, as causas que nós defendemos e o que a direita e o PS são, fazem, propõem e a quem servem, concluem acertadamente que, de facto, somos a esquerda que faz a diferença e também somos a diferença que faz a esquerda.

Temos a esperança – e sobretudo trabalharemos para isso – que desta vez haja mais portugueses que compreendam que, num quadro em que a «AD» por mais que, hipocritamente, se diga convertida aos grandes problemas sociais e aos dramas dos pobres, humilhados e ofendidos, não tem hipótese de vitória e num quadro em que o PS claramente anuncia que quer continuar com a mesma política, então só o reforço do PCP e da CDU é que poderá ser o grande sinal e o maior forte impulso saído dos resultados eleitorais, para ajudar a uma viragem à esquerda na política e no Governo do país.

(...)

Novo CT em Vila Real

O PCP tem um novo Centro de Trabalho e a Direcção da Organização Regional de Vila Real tem uma nova sede. As instalações foram inauguradas no passado dia 6, com a presença de várias personalidades regionais e de dirigentes do Partido, entre os quais se contavam os camaradas Agostinho Lopes, do Secretariado e da Comissão Política, António Lopes, da Comissão Política, e Mário Costa, coordenador da DORVIR e membro do Comité Central. Mário Costa proferiu na altura algumas palavras agradecendo a presença das personalidades e dos militantes

Intervenção de Agostinho Lopes Esta nossa e nova casa

Do velho Centro de Trabalho na Rua da Misericórdia passámos às instalações na Rua António Azevedo, e como à terceira é de vez, eis-nos agora em casa nova e nossa. Um Centro de Trabalho nos Quinchos, de estranho ressoar medieval. E se é certa a alegria pelas novas instalações, também é verdade que às casas velhas fica sempre agarrada alguma saudade de histórias e momentos partilhados, a saudade do que nós próprios éramos, com menos uns anos em cima, das crianças que alguns dos que aqui estão eram, da lembrança de outros companheiros que bem gostaríamos de ter junto de nós nesta inauguração.

Porque penso que não envelheceram, deixai-me — já que tenho de fazer o sermão — repetir-vos algumas palavras proferidas aquando do almoço em que a DORVIR anunciou a sua intenção de comprar uma casa para os comunistas em Vila Real.

Disse então que queria uma casa nossa, dos comunistas, para ser cada vez mais dos outros. Dos trabalhadores, dos jovens, dos agricultores, dos reformados, de todos os que trabalham e lutam. Dos transmontanos e durienses.

Uma casa nossa, para nos dar mais força. Para dar mais força à razão da nossa luta.

Uma casa para alargar a combativa organização dos comunistas transmontanos e durienses. Uma casa nossa, para dizer que a sementeira comunista feita nesta terra está para durar.

Que essa força comunista não foi febre ou desvario que lhes deu. Mas a vontade serena, forte e firme de querermos um futuro melhor para Trás-os-Montes e Alto Douro. Para o seu povo. Mas a vontade de afirmar de copo inteiro e voz clara nas levantadas serranias ou estendidas veigas, do reino maravilhoso de Torga, do Barroso ao Douro, do Marão a Monteseinho, um Portugal dos trabalhadores e do povo, um País de liberdade e democracia, o País de Abril,

sempre presente nas nossas acções e emoções.

E se os comunistas não podem estar satisfeitos com os votos que o seu Partido aqui tem obtido, se quase todas as vezes esse julgamento eleitoral tem o sabor amargo da injustiça, os comunistas também sabem que não é essa a razão funda da sua luta. Luta que se confunde com a luta que animam nestas fragas, nestes campos, nestas aldeias e cidades.

Uma luta tenaz, resistente, árdua, muitas vezes fios de água, outras impetuosas torrentes de grandes invernações. Sempre com a esperança de que todos os córregos algum dia se engrossem, no rio Douro dos nossos anseios, das nossas emoções, das nossas ideias.

A luta resistente dos povos dos

e amigos do Partido, assinalando que se inaugura, no ano em que se comemoram os 25 anos do 25 de Abril, e no dia do 78.º aniversário do PCP, uma nova casa do Partido, «que estará sempre aberta para todos os que, ao nosso lado, queiram efectivamente e com verdade, libertos dos mais comezinhos interesses pessoais, lutar pelo progresso e desenvolvimento da região, pelo bem-estar dos transmontanos e dos durienses». Discursou depois Agostinho Lopes, cuja intervenção reproduzimos nesta página.

que lutam os comunistas que aqui vivem.

Uma luta de jovens, porque somos a novidade nestas serras. Porque somos a juventude neste tempo, fim do tempo da desumanidade, da indignidade e da humilhação, da injustiça, da fome e da ignorância, do medo e da guerra!

Porque somos a possibilidade de uma sociedade mais justa e fraterna. A possibilidade do socialismo.

Dois nomes de lutadores

Deixai-me associar ao novo Centro de Trabalho dois nomes de comunistas transmontanos. De um camara-

começou pela sua adesão juvenil aos militares de Vila Real que marcharam até Amarante no primeiro levantamento militar contra o fascismo (3 de Fevereiro de 1927). Um amor que prosseguiu pela sua presença em todas as batalhas que os democratas portugueses travaram contra a ditadura. Um amor feito pela sua presença internacionalista, ao lado do povo espanhol, na defesa da República ameaçada.

Um amor feito pela sua presença interventiva e exigente em todos os casos portugueses, isto é de tal forma relevante, que o PCP se tornou um caso único, com um património de luta que importa defender e divulgar, sobretudo às jovens gerações de comunistas que terão a responsabilidade de assegurar a continuidade do Partido.

Nós, os comunistas portugueses, temos razões fundadas para nos sentirmos profundamente orgulhosos com a história do nosso Partido. Não significa isso que vejamos a história do Partido, toda a sua história, cor-de-rosa. Na história do Partido há erros, desvios e derrotas, o que, se atendermos às condições extremamente difíceis em que o Partido nasceu, viveu e continua a viver, era difícil que fosse de outro modo, mas o que marca decididamente a longa história do Partido Comunista Português é um património de luta heróica de milhares e milhares de comunistas que dedicaram o melhor das suas vidas, desinteressada e abnegadamente à luta dos trabalhadores, à defesa dos interesses do povo e do progresso do País.

Pela sua natureza, pela sua actividade, pelos seus objectivos, o **património de luta do PCP** quer dizer resistência ao fascismo e luta pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo, quer dizer luta contra todas as formas de exploração, quer dizer luta pela emancipação da mulher, numa palavra, **PCP quer dizer uma luta persistente e abnegada pelas causas mais nobres, pela dignificação e emancipação dos trabalhadores.**

É possível que aqueles que no longínquo ano de 1921 tiveram a ousadia e o mérito de fundar o PCP, dotando a classe operária do seu Partido não pudessem imaginar toda a importância dessa decisão, nem as dificuldades que o PCP teria de enfrentar para se tornar um grande Partido nacional, mas uma coisa sabemos todos nós hoje: se não se tivesse forjado um Partido Comunista

Reconhecer convosco quem, modestamente, quase sem se dar por ele, esteve ao nosso lado em tantos e tantos combates cívicos, sociais e políticos. Pela sua Bila, pela sua terra transmontana, pelo seu País.

(O camarada Leão assinou o contrato de arrendamento do primeiro Centro de Trabalho após o 25 de Abril, na Rua da Misericórdia.)

Recordá-los é a forma de ligar os seus percursos, a sua memória, a esta nossa e esta casa.

E acabou. Convidou-vos a beber um copo deste vinho que eles tanto estimavam. Estou certo que gostaríamos de fizéssemos: **por Trás-os-Montes! Pelo Partido Comunista Português!**

da sem cartão, Francisco Araújo. De um comunista com cartão, Manuel Leão. Dois homens que sempre estiveram connosco, nas nossas preocupações, nas nossas dificuldades, na procura de casa para o trabalho dos comunistas em Vila Real.

Lembrar Francisco Araújo, a quem continuamos a dever, não a homenagem, que o Chico não gostava de homenagens, mas o dever de continuarmos a sua luta por esta terra, que tanto amou como amou a liberdade, a democracia e o socialismo.

Um amor feito de forma exemplar, por um percurso humano irrepreensível, de coragem, de dádiva, de verticalidade, de uma modestia que afligia. Um amor feito na luta por Portugal liberto do fascismo. Um amor que

O 78.º aniversário do Partido e o Dia Internacional da Mulher

Como é de tradição, também na sede central do PCP, os camaradas que aí trabalham e os que, nesse dia, lá participavam em reuniões, juntaram-se em convívio para comemorar o aniversário do Partido. Foi no dia 8 de Março. Comemorava-se também o Dia Internacional da Mulher. Por isso, a intervenção de Domingos Abrantes, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central, abrangeu o significado dessas duas datas. Publicamos hoje na íntegra o discurso do camarada.

Comemorar o aniversário do Partido deve servir para lembrar e homenagear os homens, as mulheres e os jovens que tornaram possível a existência do PCP, para recordarmos e reflectirmos sobre o que somos e o que se exige de nós para que o Partido continue a desempenhar um papel determinante e insubstituível na sociedade portuguesa.

78 anos de existência em termos partidários são uma muito longa vida e, no caso português, isto é de tal forma relevante, que o PCP se tornou um caso único, com um património de luta que importa defender e divulgar, sobretudo às jovens gerações de comunistas que terão a responsabilidade de assegurar a continuidade do Partido.

Nós, os comunistas portugueses, temos razões fundadas para nos sentirmos profundamente orgulhosos com a história do nosso Partido. Não significa isso que vejamos a história do Partido, toda a sua história, cor-de-rosa. Na história do Partido há erros, desvios e derrotas, o que, se atendermos às condições extremamente difíceis em que o Partido nasceu, viveu e continua a viver, era difícil que fosse de outro modo, mas o que marca decididamente a longa história do Partido Comunista Português é um património de luta heróica de milhares e milhares de comunistas que dedicaram o melhor das suas vidas, desinteressada e abnegadamente à luta dos trabalhadores, à defesa dos interesses do povo e do progresso do País.

Pela sua natureza, pela sua actividade, pelos seus objectivos, o **património de luta do PCP** quer dizer resistência ao fascismo e luta pela liberdade, pela democracia e pelo socialismo, quer dizer luta contra todas as formas de exploração, quer dizer luta pela emancipação da mulher, numa palavra, **PCP quer dizer uma luta persistente e abnegada pelas causas mais nobres, pela dignificação e emancipação dos trabalhadores.**

É possível que aqueles que no longínquo ano de 1921 tiveram a ousadia e o mérito de fundar o PCP, dotando a classe operária do seu Partido não pudessem imaginar toda a importância dessa decisão, nem as dificuldades que o PCP teria de enfrentar para se tornar um grande Partido nacional, mas uma coisa sabemos todos nós hoje: se não se tivesse forjado um Partido Comunista

revolucionário como o é o PCP, profundamente dedicado à causa dos trabalhadores, empenhado na luta pela liberdade, a resistência ao fascismo não teria sido o que foi, as condições de vida dos trabalhadores seriam incomparavelmente piores, a Revolução de Abril não teria tomado o rumo que tomou, nem as suas conquistas teriam sido defendidas.

A história do nosso Partido confirma que um verdadeiro Partido Comunista, um Partido revolucionário, não vive só de ideias, de projectos, de programas, vive igualmente de homens, mulheres e jovens que lutam e vivem em consonância com os objectivos, militantes de moral e conduta revolucionárias, firmes nas convicções, dispostos a arrotar com as dificuldades e os sacrifícios que impõem uma luta prolongada e travada sempre debaixo de fogo dos inimigos de classe.

Embora esse mistério há muito tenha sido esclarecido, é sempre oportuno recordá-lo. Essa força tem assentado na natureza de classe do partido, na sua base ideológica, na construção de uma sólida organização.

A natureza de classe de um partido, de qualquer partido, define-se pela política que realiza e pelos interesses

para resistir, para lutar, para se renovar.

A sua base ideológica, o marxismo-leninismo, não foi só um guia para a acção, foi ela que lhe deu a solidez, a coerência e a perspectiva de luta, sem o que o Partido da classe operária não teria conseguido desenvolver uma acção política e ideologicamente independente. A base ideológica do Partido ao determinar o carácter histórico, não conjuntural da nossa luta, foi determinante para resistir a todas as tempestades, aos recuos e às derrotas, sem perder a perspectiva de futuro.

Para a natureza internacionalista do nosso Partido não é menos impor-

mas como a expressão de acções bem concretas.

Quando se desenvolve uma acção global do capital contra o mundo do trabalho, atacando e liquidando conquistas democráticas e sociais de alcance histórico, quando o imperialismo se arroga no direito e no dever de se ingerir abertamente nos destinos dos povos, quando se sabe que a NATO e a União Europeia, sob a batuta dos E. Unidos, criam e ampliam novos mecanismos destinados a desencadear acções de agressão em qualquer parte do mundo, as questões do internacionalismo e da solidariedade tornam-se ainda mais problemas candentes para um partido revolucionário.

As razões que levaram gerações de comunistas a abraçar os ideais libertadores e emancipadores do comunismo são tão válidos hoje como ontem, mas a realização deste ideal precisa de partidos comunistas, de partidos revolucionários. É isso que somos. É isso que queremos continuar a ser.

Sabemos quanto são difíceis as tarefas que temos pela frente, mas sabemos igualmente existir uma grande determinação e uma grande confiança no Partido e nos resultados da nossa luta.

Não temos outro objectivo nem outra razão de ser que não seja servir o nosso povo. Não temos outra ambição que não seja pôr fim à exploração e bem estar, livre e soberano. É nossa profunda convicção que só um Partido como o nosso poderá alcançar esse resultado.

Hoje como ontem, a luta das mulheres, o desenvolvimento e reforço das suas organizações assumem uma extraordinária importância. Sobre o Partido recaem enormes responsabilidades para que assim seja. Se a afirmação de Lénine, de que o movimento feminino, parte integrante do movimento de massas, se podia tornar decisivo em determinadas condições, era verdadeira para a época, é-o muito mais na actualidade, com a larga incorporação da mulher no mercado do trabalho, com a sua integração em grandes organizações de massas, com a participação massiva na luta. É impossível que nestas condições o movimento operário se possa desenvolver e triunfar sem a crescente participação organizada das mulheres.

Infelizmente, apesar do muito que o Partido tem feito, do elevado número de mulheres no Partido, é justo reconhecer que a importância do movimento das mulheres não está inteiramente assimilada no Partido e que preconceitos em relação às mulheres também nos atinge, embora saibamos que esta questão não se resolve por decreto, mas também é verdade que precisamos de prestar maior atenção a todas as questões da emancipação da mulher, e de dar combate os preconceitos em relação ao papel da mulher na sociedade e dar maior atenção às orientações do Partido sobre esta matéria.

Entretanto, as nossas insuficiências e atrasos nesta matéria não anulam uma outra realidade que é oportuno recordar neste dia, que é o facto da luta das mulheres se confundir com a luta do PCP ao longo da sua existência. Somos um partido cuja história está cheia de exemplos magníficos de dedicação, de coragem e de heroísmo dados por muitas mulheres comunistas. O PCP é, por isso mesmo e muito justamente, também o Partido da emancipação da mulher.

Este século pode ser considerado como um século que é marcado por grandes avanços nos direitos das mulheres. Elas participam hoje de forma crescente no desenvolvimento

material e social, intervêm em todas as esferas da vida e são quase metade da população activa, mas é igualmente verdadeiro que as mulheres continuam a ser fortemente discriminadas e sujeitas a um estatuto menorizante na sociedade e na família, apesar da proclamação formal da igualdade entre homens e mulheres.

As mulheres foram, talvez, quem mais beneficiou com a Revolução de Abril, ao serem consagrados importantes direitos específicos, e com as alterações nas mentalidades, mas de igual modo têm sido elas as mais afectadas em consequência dos avanços do processo contra-revolucionário, ao serem liquidadas importantes conquistas sociais e económicas, com a adopção de medidas contra a dignificação da função social da maternidade, com o desenvolvimento de preconceitos retrógrados e obscurantistas quanto à mulher e à família, problema que atingiu grande dimensão aquando da discussão do problema do aborto.

A Revolução de Abril demonstrou que a luta pelos direitos da mulher é inseparável da luta por profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais.

Hoje como ontem, a luta das mulheres, o desenvolvimento e reforço das suas organizações assumem uma extraordinária importância. Sobre o Partido recaem enormes responsabilidades para que assim seja. Se a afirmação de Lénine, de que o movimento feminino, parte integrante do movimento de massas, se podia tornar decisivo em determinadas condições, era verdadeira para a época, é-o muito mais na actualidade, com a larga incorporação da mulher no mercado do trabalho, com a sua integração em grandes organizações de massas, com a participação massiva na luta. É impossível que nestas condições o movimento operário se possa desenvolver e triunfar sem a crescente participação organizada das mulheres.

Infelizmente, apesar do muito que o Partido tem feito, do elevado número de mulheres no Partido, é justo reconhecer que a importância do movimento das mulheres não está inteiramente assimilada no Partido e que preconceitos em relação às mulheres também nos atinge, embora saibamos que esta questão não se resolve por decreto, mas também é verdade que precisamos de prestar maior atenção a todas as questões da emancipação da mulher, e de dar combate os preconceitos em relação ao papel da mulher na sociedade e dar maior atenção às orientações do Partido sobre esta matéria.

Entretanto, as nossas insuficiências e atrasos nesta matéria não anulam uma outra realidade que é oportuno recordar neste dia, que é o facto da luta das mulheres se confundir com a luta do PCP ao longo da sua existência. Somos um partido cuja história está cheia de exemplos magníficos de dedicação, de coragem e de heroísmo dados por muitas mulheres comunistas. O PCP é, por isso mesmo e muito justamente, também o Partido da emancipação da mulher.

Este século pode ser considerado como um século que é marcado por grandes avanços nos direitos das mulheres. Elas participam hoje de forma crescente no desenvolvimento

que defende. O que distingue o PCP dos outros partidos é que ele é o resultado lógico do processo histórico de crescimento, consciencialização e actuação da classe operária, e consequentemente defende os interesses da classe operária e de todos os trabalhadores. Isto é de tal modo verdadeiro que a acção do Partido ao longo dos 78 anos de existência é indissociável da luta dos trabalhadores e das massas populares.

Foi nesta profunda ligação aos trabalhadores e às massas populares que o PCP encontrou os quadros, a determinação e as condições

tante na formação e na acção do Partido.

Somos um Partido nacional, mas somos igualmente um Partido que considerou sempre a defesa dos interesses de Portugal, da independência e da soberania nacionais, como inseparáveis das posições de solidariedade e amizade com a luta dos trabalhadores e das forças progressistas e revolucionárias de qualquer parte do mundo. Isto é de tal modo marcante, na acção do Partido ao longo da sua existência, que esses princípios se inscrevem no nosso património, não apenas como uma afirmação de princípios gerais,

Partido internacionalista

A natureza internacionalista do nosso Partido não é menos impor-

mas como a expressão de acções bem concretas.

Quando se desenvolve uma acção global do capital contra o mundo do trabalho, atacando e liquidando conquistas democráticas e sociais de alcance histórico, quando o imperialismo se arroga no direito e no dever de se ingerir abertamente nos destinos dos povos, quando se sabe que a NATO e a União Europeia, sob a batuta dos E. Unidos, criam e ampliam novos mecanismos destinados a desencadear acções de agressão em qualquer parte do mundo, as questões do internacionalismo e da solidariedade tornam-se ainda mais problemas candentes para um partido revolucionário.

As razões que levaram gerações de comunistas a abraçar os ideais libertadores e emancipadores do comunismo são tão válidos hoje como ontem, mas a realização deste ideal precisa de partidos comunistas, de partidos revolucionários. É isso que somos. É isso que queremos continuar a ser.

Sabemos quanto são difíceis as tarefas que temos pela frente, mas sabemos igualmente existir uma grande determinação e uma grande confiança no Partido e nos resultados da nossa luta.

Não temos outro objectivo nem outra razão de ser que não seja servir o nosso povo. Não temos outra ambição que não seja pôr fim à exploração e bem estar, livre e soberano. É nossa profunda convicção que só um Partido como o nosso poderá alcançar esse resultado.

Hoje como ontem, a luta das mulheres, o desenvolvimento e reforço das suas organizações assumem uma extraordinária importância. Sobre o Partido recaem enormes responsabilidades para que assim seja. Se a afirmação de Lénine, de que o movimento feminino, parte integrante do movimento de massas, se podia tornar decisivo em determinadas condições, era verdadeira para a época, é-o muito mais na actualidade, com a larga incorporação da mulher no mercado do trabalho, com a sua integração em grandes organizações de massas, com a participação massiva na luta. É impossível que nestas condições o movimento operário se possa desenvolver e triunfar sem a crescente participação organizada das mulheres.

Infelizmente, apesar do muito que o Partido tem feito, do elevado número de mulheres no Partido, é justo reconhecer que a importância do movimento das mulheres não está inteiramente assimilada no Partido e que preconceitos em relação às mulheres também nos atinge, embora saibamos que esta questão não se resolve por decreto, mas também é verdade que precisamos de prestar maior atenção a todas as questões da emancipação da mulher, e de dar combate os preconceitos em relação ao papel da mulher na sociedade e dar maior atenção às orientações do Partido sobre esta matéria.

Entretanto, as nossas insuficiências e atrasos nesta matéria não anulam uma outra realidade que é oportuno recordar neste dia, que é o facto da luta das mulheres se confundir com a luta do PCP ao longo da sua existência. Somos um partido cuja história está cheia de exemplos magníficos de dedicação, de coragem e de heroísmo dados por muitas mulheres comunistas. O PCP é, por isso mesmo e muito justamente, também o Partido da emancipação da mulher.

Este século pode ser considerado como um século que é marcado por grandes avanços nos direitos das mulheres. Elas participam hoje de forma crescente no desenvolvimento

que defende. O que distingue o PCP dos outros partidos é que ele é o resultado lógico do processo histórico de crescimento, consciencialização e actuação da classe operária, e consequentemente defende os interesses da classe operária e de todos os trabalhadores. Isto é de tal modo verdadeiro que a acção do Partido ao longo dos 78 anos de existência é indissociável da luta dos trabalhadores e das massas populares.

Foi nesta profunda ligação aos trabalhadores e às massas populares que o PCP encontrou os quadros, a determinação e as condições

tante na formação e na acção do Partido.

Somos um Partido nacional, mas somos igualmente um Partido que considerou sempre a defesa dos interesses de Portugal, da independência e da soberania nacionais, como inseparáveis das posições de solidariedade e amizade com a luta dos trabalhadores e das forças progressistas e revolucionárias de qualquer parte do mundo. Isto é de tal modo marcante, na acção do Partido ao longo da sua existência, que esses princípios se inscrevem no nosso património, não apenas como uma afirmação de princípios gerais,

Partido internacionalista

A natureza internacionalista do nosso Partido não é menos impor-

mas como a expressão de acções bem concretas.

Quando se desenvolve uma acção global do capital contra o mundo do trabalho, atacando e liquidando conquistas democráticas e sociais de alcance histórico, quando o imperialismo se arroga no direito e no dever de se ingerir abertamente nos destinos dos povos, quando se sabe que a NATO e a União Europeia, sob a batuta dos E. Unidos, criam e ampliam novos mecanismos destinados a desencadear acções de agressão em qualquer parte do mundo, as questões do internacionalismo e da solidariedade tornam-se ainda mais problemas candentes para um partido revolucionário.



■ José Pascoal

Escândalos no Comité Olímpico Internacional

Argolas da corrupção

O futuro do espanhol Juan António Samaranch à frente do Comité Olímpico Internacional (COI) pode ter sido decidido na reunião, a decorrer desde ontem em Lausana, da distinta sociedade das... argolas, em crise desde o dia em que um respeitável cidadão suíço de 80 anos, jurista, presidente da Federação Internacional de Esqui e membro vitalício do COI, Marc Hodler, pôs em causa a honorabilidade da família olímpica.

Foi ele quem, em Dezembro do ano passado, denunciou manobras e arranjos que outro fim não visavam que não fosse de influenciar o sentido de voto dos membros do COI encarregados de investigar todo o tipo de condições exigíveis às cidades candidatas à realização dos Jogos Olímpicos. Surpreendido com a multiplicação de viaturas postas ao serviço de tais senhoras pela Fiat, com o intuito de favorecer a candidatura da famosa estância de turismo alpina de Sestrières, Marc Hodler acabaria por acusar membros da própria família olímpica de estarem a receber prendas de valor superior ao limite regulamentado pelo COI fixado em 150 dólares (pouco mais de 25 contos) e por envolver na prática de corrupção os nomes de cidades como Salt Lake City, Nagano e Sydney. «Não gosto de ser membro de um clube que tem má reputação», comentou o suíço, justificando a denúncia. Juan António Samaranch ainda tentou colocar-lhe um açaimo, anunciando perante numerosos jornalistas, câmaras de televisão e microfones de rádio que «será limpo o que tiver de ser», mas, pelos vistos, a limpeza vai exigir tempo e pode até custar a sua própria cabeça.

Sabe-se hoje que o número de membros do COI beneficiados das mais diversas maneiras pelas mais diversas candidaturas ultrapassa a dezena, estando entre eles o próprio Samaranch. As nuvens negras que pairam hoje sobre a «Villa Olympic», sede do COI, em Lausana, podem provocar dilúvio arrastando na enxurrada gente até há bem pouco tempo tido por séria, respeitável e respeitada. E que o são até prova em contrário, mas cujos nomes andam já nas bocas do mundo. Um deles, Fernando Lima Bello, português, engenheiro, representante do COI em Portugal.

Denúncias tardias

A Associação dos Comitês Nacionais Olímpicos (ACNO) vem agora renovar e reforçar publicamente o seu apoio ao presidente do Comité Olímpico Internacional, Juan António Samaranch, mas a verdade é que nada nem ninguém pode garantir que

tudo vai ficar como estava antes das denúncias de Marc Hodler e que, pelos vistos, só pecam por tardio.

«Há muito que havia elementos suficientes para que elas fossem feitas antes», comentou o presidente do Comité Olímpico do Uruguai, Cesar Maglione, indignado por saber que elas afectam todos os membros do COI. «Uma instituição que pretende ser um bom exemplo, tem de ser dirigida por pessoas idóneas e apegadas a altos valores éticos», considera o dirigente uruguaio, certo, seguramente, como tantas outras pessoas, de que, se há uma novidade neste escândalo, ela parece ser a de, pela primeira vez, a corrupção no COI estar oficialmente documentada.

O inquérito mandado instaurar à candidatura de Salt Lake City, tanto pelas autoridades norte-americanas como pelo próprio COI, já revelou provas mais do que suficientes e outras, pelo que se tem lido depois disso, poderão ser encontradas em quase todos os outros pontos do Globo onde o desejo de receber os Jogos Olímpicos foi também oficializado.

As benesses são de todo o tipo, desde o sexo às bolsas de estudo, de tratamento médicos a toda a espécie de prendas. Coisa



de algumas dezenas de milhares de contos, mesmo assim, uns trocos no gigantesco negócio que é hoje a realização dos Jogos Olímpicos, sejam eles de Verão ou de Inverno.

Os homens do presidente

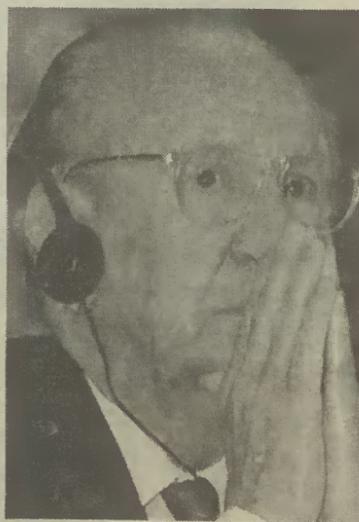
Personalidade controversa

Juan António Samaranch, catalão a caminho dos 80 anos e presidente do Comité Olímpico Internacional desde 1980, é, no mínimo, uma personalidade controversa.

Protegido de Franco, foi presidente regional da Catalunha, entre 1973 e 1977, mas indesejado pela população daquela região autónoma de Espanha, que teve de esperar pela morte do ditador para o ver partir. Mesmo assim, só em 1997.

Como é do conhecimento público, pesa sobre Samaranch a acusação de ter colaborado com os falangistas. Mesmo assim, foi embaixador da Espanha democrática em Moscovo e em Ulan Bator.

Quando chegou ao poder no COI, ou certamente para lá poder chegar, Samaranch nunca se opôs à política dos antigos estados socialistas, cuja orientação visava o combate à comercialização do desporto. Mesmo assim, foi ele quem abriu as portas dos Jogos Olímpicos ao desporto profissional a aos grandes negócios com as multinacionais da informação e não só. Estava-se em 1992, anos dos Jogos Olímpicos de Barcelona, onde se apresentou o *dream-team* — a selecção norte-americana de basquetebol. Fosse por isso, ou não, os catalães receberam-no triunfalmente, como se já se tivesse esquecido do passado deste homem que também sonhou com o Prémio Nobel da Paz.



Um ano antes dos Jogos de Barcelona, Samaranch encomendou para o efeito os serviços de uma agência de imagem. Quem o diz é Bob Helmick, um norte-americano expulso do COI, por suspeita de corrupção. O catalão diz que o prémio seria para o Comité Olímpico Internacional, mas a verdade é que, a ser atribuído, seria ele quem o receberia. Se o seu nome fosse perpetuado. Por isso se empenhou, não receando críticas nem condenações, como as que se seguiram à atribuição da Ordem Olímpica ao multimilionário japonês Yosihiki Tsutsumi, a mesma por que teve de esperar 40 anos o herói dos Jogos Olímpicos de 1936, Jesse Owens. Tsutsumi é um dos nomes implicados nos escândalos de corrupção da candidatura de Nagano.

Juan António Samaranch não recebeu o tão desejado prémio, mas continua a ser alvo das mais altas honrarias, ou não fosse ele o homem forte de uma das mais poderosas e menos democráticas organizações mundiais, gerindo um orçamento de muitos milhões, apoiado por uma corte de servidores, entre os quais se encontram correligionários como UN Yn Young Kim, antigo agente dos serviços secretos dos ditadores sul-coreanos Toh Tae Wood e Chun Doo Hwan, também eles distinguidos com a Ordem Olímpica, como se não tivesse qualquer tipo de responsabilidade no massacre de Kwangju, em 1980. Mas da Coreia do Sul veio também Kun Hee Lee, homem forte da Samsung, condenado como os dois ditadores. Mas da lista fazem ainda parte outros representantes de regimes totalitários como o ugandês Francis Nyangweso, antigo ministro da Defesa do ditador sanguinário Idi Amin, ou Mohamad Bob Hassan, antigo ministro do ditador Suharto, da Indonésia.

A seu lado estão também, felizmente, homens sérios, democratas e gente incorruptível, mas a verdade é que a lista de representantes que atentam permanentemente contra os direitos humanos não se resume àqueles nomes. Poderão representar regimes mais *soft*, mas não deixam de ser opressores. E Juan António Samaranch sabe-o muito bem.



■ Manoel
de Lencastre

Escócia e Portugal

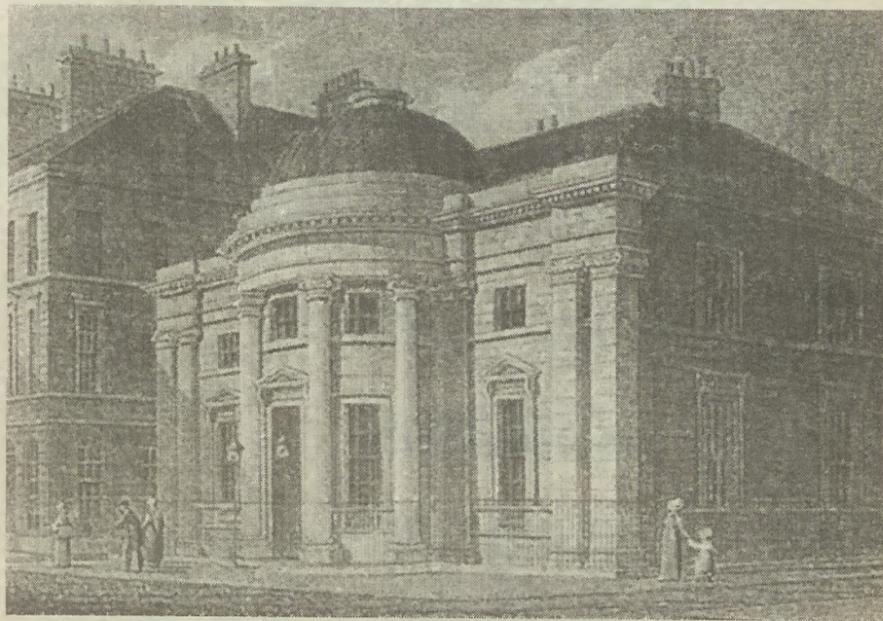
Estivemos na histórica cidade de Edimburgo, capital da Escócia, de 26 de Novembro a 3 de Dezembro do ano passado. Isso deu-nos uma nova oportunidade para voltar a observar de perto a vida escocesa e o ambiente geral do país quando se aproximam acontecimentos políticos de extraordinária relevância. Nota-se um enorme reacender da velha chama de orgulho nacional que não esconde a secreta esperança, tantas vezes claramente visível, de que a hora da reconquista da independência pode estar perto.

Para esmagar os conservadores na Escócia e apresentarem-se ao povo como portadores do estandarte da democracia e dos interesses do país, os políticos do «New Labour», com Blair à frente, prometeram aos escoceses a reabertura do Parlamento de Edimburgo que fora encerrado após a assinatura do Tratado de União em 1701. E a verdade é que, vencidas as eleições, o novo governo trabalhista cumpriu a promessa feita. Assim, o referendo que deu o *sim* da nação escocesa para que se procedesse à mencionada reabertura, constituiu um movimento de mobilização nacional sem precedentes nos tempos modernos. As eleições para os deputados que ocuparão lugares no Parlamento, realizar-se-ão no próximo mês de Maio e constituirão o momento capital no evoluir da situação política.

Espera-se uma votação em massa para dar a maioria absoluta ao Scottish National Party (SNP) liderado por Alex Salmond. O SNP já garantiu que, se efectivamente conseguir a referida maioria, consultará o povo escocês, de pronto, propondo-lhe a saída do Reino Unido e da Grã-Bretanha e a requisição da independência nacional que o Tratado de 1707 fez suspender.

Como seria de esperar, o «New Labour», pressentiu a perigo e começou a desenvolver esforços para chamar a seu favor o sentimento da Escócia, e reconhecendo que a maioria absoluta no novo Parlamento lhes poderá fugir, os políticos trabalhistas estão a pre-

parar-se para uma situação de minoria mas que lhes permita governar em Edimburgo numa coligação a realizar com os liberais-democratas. Todavia, as sondagens à opinião pública iludem esse desígnio e demonstram que a Escócia se desviará das manobras de Blair e do poder inglês de Westminster para avançar, resolutamente, no caminho da independência.



Edifício de estilo georgiano onde está instalado o Consulado Português em Edimburgo

No consulado português em Edimburgo

A nossa visita a Edimburgo realizou-se no âmbito de uma tarefa jornalística de acompanhamento da selecção nacional de «rugby» que defrontou a Escócia, a 28 de Novembro, e a Espanha, a 2 de Dezembro, no célebre estádio Murrayfield. tratava-se de jogos de qualificação para o Mundial – a Escócia e a Espanha foram bem sucedidas e Portugal, apesar do brilho de alguns momentos, ficou pelo caminho.

Nesses dias, a bandeira da República Portuguesa esteve hasteada, para toda a Edimburgo ver, no «Carlton Highland Hotel» bem no centro da cidade. E jogar em Murrayfield, a catedral do rugby escocês, constitui para a selecção portuguesa e para os seus técnicos e dirigentes federativos o momento mais elevado desde que esta modalidade desportiva se pratica no nosso país. Mas na data marcante de 1 de Dezembro, véspera do jogo com a Espanha, surgiu um convite do cônsul de Portugal em Edimburgo para um *cocktail* no consulado, presumimos que em atenção à presença do rugby português na capital e em celebração da histórica data de reconquista da independência de Portugal.

O consulado está em Leith (25, Bernard Street) na famosa zona portuária que os enviados de Cromwell consideraram ser a única parte da Escócia onde seria possível o lançamento de impostos, após as derrotas escocesas em Preston (1648), em Dunbar (1650) e em Worcester (1651) e a execução de Montrose em 1650. E podemos dizer que este consulado, dirigido pelo cônsul honorário, James Hall, não mostra em nada o ambiente arrogante, totalitário, quase repressivo que são timbre daquele que funciona em Londres. Mr. Hall recebeu os dirigentes da Federação Portuguesa de Rugby e os jornalistas que se lhe juntavam com grande afecto. Acompanhavam-no, além da esposa, o pessoal do serviço consular.

A acção do nosso consulado em Edimburgo estende-se, também, segundo nos disseram, à zona de Newcastle (nordeste de Inglaterra). Aí,

Portugal considerou que já não se justificava a presença do histórico consulado da Eldon Square onde Eça de Queiroz trabalhou, e encerrou-o. Hoje, no edifício, trabalham pequenos negócios de cabeleiros e venda de artigos desportivos. O número um da Eldon Square, entretanto, foi considerado de interesse público e mantém-se, orgulhosamente só, fazendo face à era de novas construções que nasceu à sua volta. Mas voltemos a Edimburgo. Quais são as principais tarefas do cônsul, James Hall, e do seu pessoal?

A simpática funcionária Anne Amor esclareceu-nos: «Além da emissão de passaportes e da requisição de bilhetes e registos diversos às autoridades portuguesas, fazemos o registo de nascimentos de crianças filhas de nacionais. Ocupamo-nos da navegação portuguesa que chega a estas paragens,

especialmente barcos de pesca, e acompanhamos a ocasional passagem de navios de guerra portugueses dado o envolvimento do país com a NATO. Tratamos dos vivos e, também, dos mortos. Reconhecemos a identidade dos falecidos. Organizamos trasladações. Mas o número de portugueses residentes na Escócia é reduzido. Além de alguns imigrantes que trabalham na hotelaria, temos cá uns tantos médicos e estudantes que frequentam as universidades de Glasgow, Edimburgo e St. Andrews. Quando sucede ser algum português preso pela polícia escocesa, o consulado pode ser chamado a fornecer um intérprete. Também os tribunais, se algum português é julgado por qualquer crime cometido, nos dão informações quanto ao destino do réu. De uma maneira geral, os portugueses preferem ignorar a existência deste consulado e não nos consultam.»

A «Caledonian Portuguese Association»

James Hall, o cônsul, podia ter aproveitado a atmosfera agradável e nacional que se estabeleceu durante o *cocktail* para dizer alguma coisa sobre o 1.º de Dezembro. Em vez disso, porém, saiu do salão principal do consulado e dirigiu-se ao seu gabinete de trabalho de onde emergiria exibindo uma enorme fotografia do político português Mário Soares. Colocou-a sobre um cadeirão para que todos a vissem ou para que se compreendesse o seu afecto por aquele político. Julgamos que o cônsul deveria mostrar-se neutral quanto a questões ou a personalidades políticas portuguesas. Mas ele, apesar de não ser português, entendeu que deveria revelar as suas preferências. E ficou a saber-se que Mário Soares é também um dos amigos da «Caledonian Portuguese Association».

É o próprio cônsul quem, num opúsculo que distribuiu, descreve as actividades daquela associação – diferente, logo descobrimos, de outras que existem em Londres com o objectivo de unir os portugueses e defender as causas que interessam ao nosso país. A «Caledonian Portuguese Association», filial da «Anglo-Portuguese Society» cuja sede se situa na capital britânica, é uma organização elitista, aberta a uns poucos, apenas. Com escritórios no próprio consulado, dedica-se à promoção e ao estreitamento das relações entre certos meios de negócios escoceses e com alguns congéneres em Portugal continental e na Ilha da Madeira. O cônsul, que no referido opúsculo se apresenta como comendador, escreve: «Sob a presidência de Mário Soares, iniciou-se um vasto programa de privatizações e atrevo-me a prever que Portugal reemergirá como um dos mais importantes estados no mundo financeiro de amanhã.»

Além de estúpida, achámos estranha esta declaração e não a contestámos, aberta e pessoalmente, tal como a deslocada exibição da fotografia de Mário Soares, devido ao facto de que estávamos ali integrados na delegação da Federação Portuguesa de Rugby. De outra maneira, tê-lo-íamos feito porque o cônsul e o consulado não podem estar ao serviço da propaganda pessoal de certos políticos filhos de todas as escolas do ilusionismo.

Relações entre portugueses e escoceses são Temas de História

É altura, talvez, de alguém em Portugal escrever uma «História das relações luso-escocesas». Travámos conhecimento, há anos, com um português, Aníbal Figueiras, que conseguiu escrever um trabalho dessa natureza mas, infelizmente, levou o manuscrito consigo quando se atirou às frias águas do Loch Oich – achava-se devastado na impossibilidade do amor que nutria pela princesa das Highlands, Hazel Macdonald. Sabemos, por exemplo, que historiadores escoceses qualificam a língua portuguesa com «um idioma de rosas» enquanto descreviam o aparecimento de piratas ao largo dos portos de Leith, Dundee, Kirkcaldy e Aberdeen. Outros descreveram as relações comerciais entre os dois povos.

Sabe-se, igualmente, que entre os cruzados que ajudaram na conquista de Lisboa se contavam aventureiros escoceses. E o grande educador e mestre da filosofia e da História, George Buchanan, que leccionou na Universidade de Bordéus e se deixou persuadir a fazer o mesmo em Portugal, viveu durante cinco anos sob prisão domiciliária e apertada vigilância da Inquisição; tudo sob consequência das suas ideias abertas e modernizadoras.

Uma das mais salientes figuras no conjunto das relações entre a Escócia e Portugal foi, sem dúvida, Sir Charles Napier (1786-1860). Nascido em Merahiston Hall, perto de Falkirk, foi na qualidade de almirante da esquadra britânica que desembarcou na costa portuguesa para juntar-se ao exército de Wellington. Assistiu à batalha do Buçaco e, tendo acompanhado o exército luso-britânico na sua consequente retirada, esteve nas Linhas de Torres Vedras.

Foi, porém, a sua participação nas operações militares conducentes ao fim do miguelismo que lhe colocou o nome, merecidamente, na História de Portugal. A sua vitória sobre a esquadra naval miguelista após uma batalha que durou mais de duas horas ao largo da baía de Lagos (05.7.1833) foi decisiva para a causa dos liberais. Pode dizer-se que essa vitória permitiu a arrancada das forças comandadas por Terceira em direcção a Lisboa onde acabariam por entrar a 24 de Julho.

Entretanto, devido a ter comandado uma força estrangeira, o Almirantado britânico riscou-o da lista de oficiais da Royal Navy, mas voltaria a reintegrá-lo, com todas as honras, em 1838. Napier comandara, dois anos antes, as tropas constitucionistas que defenderam a capital de Portugal quando os miguelistas voltaram a tentar a conquista do poder. Entrou para o parricídio português com o título de Primeiro Conde de Napier de São Vicente.

Scotland
 versus
Portugal
 Murrayfield,
 Saturday,
 28 November
 1998
 Kick-off
 2.30pm

À gasolina

Um dos recentes «actos políticos» de Paulo Portas foi deslocar-se a um posto de abastecimento de combustíveis para interpelar os automobilistas com perguntas tão extraordinárias como: «*Sabia que o Estado arrecada 60 por cento do dinheiro da gasolina que o senhor consome?*» ou «*O senhor sabia que o preço do petróleo baixou para metade e o consumidor português continua a pagar o mesmo?*». Estupefactos, os automobilistas ficavam reduzidos ao papel de figura de corpo presente na campanha do Portas, que de imediato desatava a vender o seu peixe para as câmaras de televisão cujas, ainda mais extraordinariamente, se prestaram a registar e difundir mais este imenso ridículo.

Já agora assinala-se que, apesar de tão preocupado com o preço da gasolina, isso não impede Paulo Portas de se pavonear com um potente Jaguar - um daqueles brinquedos que «comem» mais de 20 litros aos 100 em circuito urbano... Como a Universidade Moderna lhe «empresta» este bólido (pelo menos foi a

PONTOS CARDEAIS

justificação que deu quando se «espetou» com ele numa avenida de Lisboa), estará aqui a explicação para esta campanha pessoal do Portas: além de carros de luxo emprestados, o líder do PP agora também quer gasolina baratinha...

Escândalos antigos na Moderna

O escândalo que rebentou nas primeiras páginas dos jornais envolvendo a Universidade Moderna desembocaram, esta semana, num mandato de busca e na investigação de fio a pavio da gestão desta «empresa de ensino» por várias equipas da Polícia Judiciária. O escândalo apresenta suspeitas várias e cada uma mais grave que a anterior: centenas de milhares de contos só em automóveis topo de gama para os gestores e afins, dinheiros malparados, ligações a lojas maçónicas e a lavagem de capitais, etc., etc. Pelo volume das suspeitas e as

ramificações indiciadas, dá ideia que a procissão ainda vai no adro. Esperemos que não dê a volta e regresse, por uma porta secundária, ao sossego do esquecimento, como aconteceu a tantos escândalos mais antigos e igualmente estranhos...

A demissão da Comissão

Na sequência da investigação levada a cabo por um chamado «comité de sábios» integrando figuras independentes, a Comissão Europeia não resistiu 24 horas ao libelo condenatório que, esta semana e na ponta final do relatório do comité, a acusava, no seu conjunto, de «irresponsabilidade, má gestão e falta de sentido político» e, individualmente, pôs em causa a actuação de diversos comissários, acusando-os de tudo um pouco: nepotismo, abuso de poder, negligência, actuação imprópria, etc. Perante isto, a Comissão Europeia, com o seu presidente, Jacques Santer, à cabeça, apresentou a sua demissão colectiva.

Ora a Comissão Europeia é o poder executivo da Comunidade, por assim dizer o seu órgão governativo, constituído por elementos propostos pelos governos de todos os países membros. Para além da gravidade das acusações que caíram sobre tão importante órgão comunitário, ressalta aqui uma outra coisa: a impressionante facilidade com que o poder executivo da Comunidade baqueou e se descartou de responsabilidades demitindo-se, deixando um vazio abrupto de poder. Afinal, que «construção europeia» é esta?

O adeus de Deus

Curiosa foi, entretanto, a «saída por cima» ensaiada pelo comissário português João de Deus Pinheiro nesta crise que desembocou na demissão colectiva da Comissão Europeia. Com a prestimosa ajuda de um correspondente da RTP, que lhe colocava as perguntas certas para as respostas convenientes, o comissário jogador de golfe gabou-se, enfaticamente, de que os familiares por si contratados (a mulher e um cunhado) foram considerados «competentes para a missão» pelo comité de sábios que apreciou o comportamento de todos os comissários, não vendo, por isso, razões para a admoestação de que não deveria contratá-los pela proximidade familiar que tinham. Há coisas, de facto, para que João de Deus Pinheiro tem uma notável capacidade de não enxergar. Ainda recentemente se escusou a ver qualquer inconveniente

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Actualidade

O crime deles

Vinte e cinco anos depois de fazer o que foi feito os Capitães querem pois lugar a que têm direito.

– *Querem justiça? É pra já!* (diz um traste de bons modos) *Ai querem? Está bem. Eu cá mandava-os prender a todos.*

Coisas lá deles

Aquele caso da JAE está cheio de confusões. Quem vai saber, sim, quem vai quem ficou com os milhões?

Um dos dois partidos, baixo diz para o outro, nhã, nhã: – *Pá, não fales mais do tacho!* *Fui eu? És tu amanhã...*

Quem a TV vê

De Marcelo sempre à espreita mais da Beleza e do Portas a TV escreve direita com as linhas mais que tortas.

Mais Guterres toma lá com o Soares na lista. – *Vejam (diz ela) se eu cá não sou mesmo pluralista.*

Coitado

– *O negócio em decadência (diz à TV o patrão) foi a causa da falência que tantos deixou sem pão.*

Quem trabalha desespera? Pois eu nem é bom falar! *Estou arruinado! – e acelera ao volante do Jaguar.*

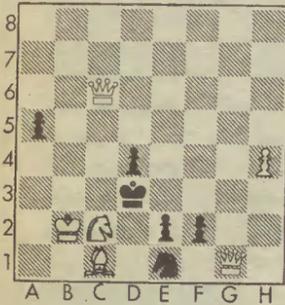
XADREZ

DCXCIX – 18 DE MARÇO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999X10

Por: Theodor Siers

«Deutsche Schachzeitung» – 1956

Pr.: [7]: Ps. a5, d4, e2, f2 - C61 - Dg1 - Rd3
Br.: [5]: Ph4 - Cç2 - Bç1 - Dç6 - Rb2



Mate em 4 [quatro] lances

SOLUÇÃO DO N.º 1999X10 [G. K.]

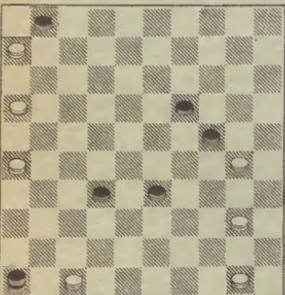
1. C62! f1=D; 2. Cç2!, -; 3. Cç1+, Dç1!; 4. Dç2#
A. de M. M.

DAMAS

DCXCIX – 18 DE MARÇO DE 1999
PROPOSIÇÃO N.º 1999D10

Por: J.-J. van Tol & Th. van Prooyen – [NL]
1.º Prémio «De Prins», 1950

Pr.: [6]: 1-19-24-32-33-46
Br.: [7]: 6-16-26-30-40-47-50



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1999D10

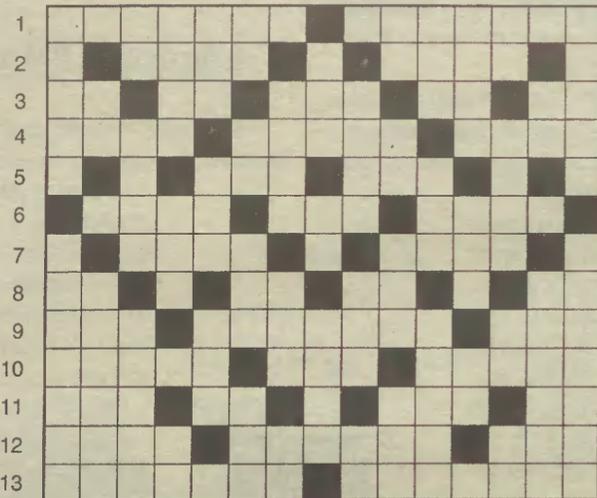
[J.-J. van Tol & Th. van P.]

1. 47-41!, (24x44); 2. 50x37! (19-23); 3. 16-11 (23-28); 4. 11-7 (1x12); 5. 6-1=D; (12-17*); 6. 1-6, (17-22*); 7. 37-32, (28x37*); 8. 9-4, (32-37); 9. 28-37, (42x31); 10. 26x37 +

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 – Texto que acompanha uma imagem, conferindo-lhe um significado ou esclarecimento; tecido preto, de lã. 2 – Medida de uma superfície; vulgar. 3 – Bário (s. q.); pedra de moinho; cruel; divindade solar dos antigos egípcios; Actínio (s. q.). 4 – Cada um dos sistemas de uma organização maçónica; coluna que sustenta uma construção; mercadoria que não tem venda. 5 – Maior; irmã da mãe. 6 – Trabalho; margem; calcário caracterizado por ser compacto, subcristalino e que, pela sua cor branca, se emprega em estatuária e arquitectura. 7 – Destino; remas para trás. 8 – Caminhais; acusada; interj. de dor; rádio (s. q.). 9 – Parceiro; nome geral de todos os mamíferos da ordem dos primatas, com excepção do homem (pl.); criatura. 10 – O m. q. ipecacuanha; pote de barro (ant.); que não se deixa atravessar pela luz. 11 – nove mais um; samário (s. q.); abalado; irídio (s. q.). 12 – Escavar; esquadra naval; parte inferior ou pendente de certas peças de vestuário. 13 – Vestuário rústico feito de peles de ovelha ou carneiro, ainda com lã; invólucro filamentosos, tecido por várias larvas, em especial pela do bicho-da-seda (pl.).

VERTICAIS: 1 – Peça de madeira por onde passam os cabos bastardos de um navio; nome genérico de um grupo de substâncias que contêm um ácido gordo ou um derivado de um ácido gordo e que, juntamente com as proteínas e os hidratos de carbono, constituem os principais elementos estruturais da célula viva. 2 – Nesse lugar; moeda de cobre com orifício no centro. 3 – Gálio (s. q.); voz imitativa do ruído de coisas que se parte, como vidro, etc.; oram. 4 – Solitário; fala; rádio (s. q.). 5 – Elemento de formação que traduz a ideia de novo; ilha inglesa no mar da Irlanda; prejudiciais. 6 – Oferece; principal rio da Itália; altar cristão; grande extensão de água salgada. 7 – Dança popular portuguesa; repetição de um som; rádio (s. q.). 8 – Rim (ant.); nome de letra; a outra vida. 9 – Descaramento (pop.); mau cheiro (bras.); antes de Cristo (abrev.). 10 – Também (arc.); mofa; apetite sexual, nos animais, nas épocas próprias da reprodução; partida. 11 – O abismo (fig.); acolá; nome de uma bebida refrigerante em que entra água, azeite; poeira. 12 – Apellido; germes (fig.); sociedade anónima (abrev.); o mais (ant.). 13 – Prefixo que exprime a ideia de privação, separação; quitação. 14 – Conjunto de pessoas mais cultas; cessaras o movimento.

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Legenda; lenhistas; 2 - Área; rna; 3 - Bar; mó; vil; Rã; Ac; 4 - Rito; pilar; 5 - Mota; ta; 6 - Lida; aba; hioz; 7 - Sin; clas; 8 - Is; r; 9 - Par; macacos; ser; 10 - Ipec; oia; opaca; 11 - Dez; Sm; Dez; 12 - Oca; arm; ab; 13 - Samarra; casulos; 14 - Verticais: 1 - Lebr; lípidos; 2 - Af; espec; 3 - Ga; itez; zam; 4 - Ermo; d; Ra; 5 - Neo; 6 - Ma; m; 6 - D; p; ara; 7 - V; eco; Ra; 8 - R; b; 9 - Lat; a; C; 10 - H; E; r; t; o; 11 - Ida; 11 - Mar; ali; sodas; 12 - Iram; ks; p; 13 - Sã; ovos; S.A.; al; 14 - An; recibo; 15 - Escol; para- ras.



ou, sequer, a necessidade de um esboço de explicação para o lugar onde, na Comunidade, o colocaram no ranking dos comissários europeus, que alinhou a capacidade de trabalho e de realização de cada um deles. Compreende-se: o homem ficou em último, no que toca a iniciativas e trabalho realizado...

O serviço corre bem

– *Mudar?* – diz Champalimaud.
– *Mudar?* – diz ao lado o Mello.
– *Mudar?* – diz em pleno voo sábia a CIP com desvelo.

– *Mudar?* – diz com algum decoro Belmiro, no seu jardim.
– *Mudar, pra quê* (diz um coro) *se estamos tão bem assim?*

Reuniões e plenários

2.ª Assembleia da Organização Regional de Trás-os-Montes e Alto Douro

Domingo, 21, a partir das 10h30, no Hotel D. Dinis - Mirandela
Participam António Lopes, Manuela Bernardino, Henrique Sousa, Agostinho Lopes
Às 12h30, na sala de jantar do Hotel:
Almoço comemorativo do 78.º aniversário do PCP
(Inscrições para o almoço até quinta-feira, 18)

3.ª Assembleia do Sector de Empresas de Loures

20 de Março, das 9h30 às 13h30
Casa da Cultura de Sta. Iria de Azóia
Com a participação de António Teixeira
Às 13h30, no CT de Sta. Iria:
Almoço comemorativo do 78.º aniversário do PCP

*

1.ª Assembleia do Sector de Empresas de Amadora

20 de Março, às 10h
Recreios da Amadora
Com a participação de António Andrez
Às 13h, no CT de Amadora:
Almoço comemorativo do 78.º aniversário do PCP

Santarém

A Organização do Partido e as batalhas políticas de 1999
- Encontro Distrital -
Sábado, 20, às 14h30, no CT de Alpiarça

A Política Desportiva em debate

Terça-feira, 23, 21h30, no Forum Actor Mário Viegas
(Centro Cultural e Regional de Santarém)
com a participação de Carlos Rabaçal e Rogério Mota

Constância

Domingo, 1, 14h30, no Cine-Teatro Municipal
Encontro CDU
com a participação de Jorge Cordeiro, António Mendes (presidente da CM)
e de outros eleitos, candidatos e apoiantes da CDU

BUCELAS

Plenário de militantes da Freguesia:
hoje, às 20h30, no salão da Junta de Freguesia

LISBOA

Plenário do OD do Sector da Função Pública da ORL: Quinta, 24, no CT Vitória, com a participação de José Casanova na discussão de um dos pontos da O.T. («Ideologias»)
Reunião de Bancários Reformados: Sexta, 27, às 14h30, no CT Vitória

PORTIMÃO

Plenário de militantes para discussão da situação política, e da organização e intervenção do PCP no concelho:
no CT, sábado, 20, às 15h.

SACAVÉM

Plenário de militantes da Freguesia:
Domingo, 20, às 15h no CT

VILA FRANCA DE XIRA

Plenário de militantes do Sector de Empresas do concelho: hoje, dia 18, às 21h no CT de Alhandra, com a participação de José Ernesto Cartaxo.

O Estado da Saúde

- debate no quadro do ciclo «O estado dos direitos», com Edgar Correia (Com. Pol. do PCP), Carlos Silva Santos (médico), Fernando Pereira (vereador CMA)
Hoje, dia 18, às 20h30, no Auditório Municipal da Amadora.

Tempo de Subversão

- debate sobre o livro homónimo de Carlos Brito, com a participação do autor, do historiador António Reis e de José Vitoriano, dirigente do PCP
Hoje, dia 16, às 21h, no CT Vitória.



Valorizar os direitos de quem trabalha pelo progresso e civilização humana

DESFILE

PORTO - PRAÇA DA BATALHA

Segunda-feira, 22, às 17h30

Comemorações do 78.º Aniversário do PCP

• Alcácer do Sal

Sábado, dia 20, às 13h, com a participação de Lino de Carvalho, almoço-convívio.

• Alenquer

«Ser comunista 25 anos depois do 25 de Abril» - debate no Auditório Municipal com a participação de Aurélio Santos: dia 20, a partir da 16h.

• Avis

Dia 20, 16h, em Alcórrego: festa-convívio no salão da Junta de Freguesia.

• Lisboa

Dia 20, 13h, na Escola Manuel da Maia, promovido pela Com. Freg. de Santo Condestável, com a participação de Octávio Teixeira (Inscrições até dia 18:

Alexandrina / Tel. 3971547). Ainda no dia 20, sábado: almoço promovido pela Zona Centro da Cidade de Lisboa, às 13h, no CT Vitória.

• Vila do Conde

Dia 19, 20h30: jantar-convívio no Rancho das Rendilheiras do Monte, com a participação de Honório Novo.

• Paredes

Dia 20, 20h: jantar-convívio no Restaurante «Maria Luísa» em Parada de Todeia, com a participação de Ilda Figueiredo.

• Vila Franca de Xira

Dia 20, 20h, no Celeiro da Patriarcal, com a participação de Vítor Dias: jantar-convívio, seguido de Noite de Fados.

30.º aniversário do MDM

Sessão solene comemorativa

na Padaria do Povo

(R. Luís Derouet, 20-A, Lisboa)

Sexta-feira, 19, às 21h30

Passeio cultural da Célula da Lisnave-Gestnave

28 de Março
Coimbra - V. N. Poaires - Penacova - Lousã - Miranda do Corvo
Almoço em Coimbra (Partidas: B. Banheira 6h30, C. Piedade 7h)



a caminho do 6.º Congresso

Em Silves
O IDEAL COMUNISTA

- debate público na sede da JCP em Silves, hoje, às 21h30 com a participação de José Casanova. Exposição sobre os 150 anos do Manifesto Comunista

Em Lisboa

Debate-bar sobre toxicod dependência promovido pela Organização do Ensino Superior com a participação de Francisco Lopes
Sábado, 20, às 21h

TELEVISÃO

Quinta, 18

- RTP 1**
 08.00 Infantil
 10.00 Praça da Alegria
 11.30 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.45 Ciclismo
 16.00 Malha de Intrigas
 16.30 O Amigo Público
 18.15 País País
 19.00 País Regiões
 19.15 Os Lobos
 20.00 Telejornal
 21.00 As Lições do Tonecas
 21.40 Maria Elisa
 23.30 Liga dos Campeões
 00.05 Miguel Ângelo ao Vivo
 01.25 24 Horas
 02.10 Ciclismo

- RTP 2**
 15.00 Informação Gestual
 15.45 Assim Nasce Uma Estrela
(de George Cukor, EUA/1954, com Judy Garland, James Mason, Jack Carson, Charles Bickford. Drama / Musical)
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Hugo
 19.00 Um, Dó, Li, Tá
 20.10 Conquistadores - Alexandre, O Grande
 21.05 Portugalmente
 21.30 Remate
 22.00 Jornal 2
 22.35 Acontece
 22.55 O Buraco
(de Jacques Becker, Fr./It./1959, com Philippe Leroy, Jean Kéradu, Marc Michel, Michel Constantin, Raymond Meunier. Ver Destaque)
 00.55 A Paixão dos Santos

- SIC**
 08.00 Buêréré
 10.00 Cuidado com o Fantasma
 11.00 Sic 11 Horas
 13.30 Primeiro Jornal
 14.00 Juiz Decide
 15.00 Fátima Lopes
 17.30 Camilo
 18.00 Meu Bem Querer
 19.00 Pecado Capital
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Conversa da Treta
 21.30 Um Sarrilho Chamado Marina
 22.05 Torre de Babel
 23.05 Esta Semana
 01.00 Da Terra à Lua
 02.05 Último Jornal
 03.00 Vibrações

- TVI**
 09.00 A Bela e o Monstro
 09.45 TVI Jornal
 10.00 Animação
 12.30 Fascinação
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Serras Azuis
 15.05 Mulher Perigosas
 16.00 Animação
 18.00 Heróis por Acaso
 19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
 20.00 Marés Vivas
 21.00 Directo XXI
 22.00 La Machine - Perigo Alucinante
(de François Dupeyron, EUA/1995, com Gerard Depardieu, Didier Bourdon, Nathalie Baye. Fantástico)
 24.00 Terra, Conflito Final
 01.00 Doido por Ti
 02.20 A Esquadra de Brooklyn

Acabaram os «Donos»
 - o futebol continua!



Sexta, 19

- RTP 1**
 08.00 Infantil
 10.00 Praça da Alegria
 11.30 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.45 Ciclismo
 16.00 Malha de Intrigas
 16.30 O Amigo Público
 18.15 País País
 19.00 País Regiões
 19.15 Os Lobos
 20.00 Telejornal
 21.00 Casa Cheia
 21.35 Uma Casa em Fancos
 22.40 Conversas de Mário Soares
 23.40 Óscares
 00.40 24 Horas
 01.30 Ciclismo
 02.00 NBA

- RTP 2**
 15.00 Informação Gestual
 15.40 A Terra
 16.35 Encontros Imediatos
 17.30 Euronews
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Hugo
 19.00 Um, Dó, Li, Tá
 20.10 Espectáculo e Negócios



Bénard da Costa e os seus (quase sempre esquecidos) tesouros do Cinema: à quinta à noite na RTP2

- 21.00 Portugalmente
 21.30 Remate
 22.00 Jornal 2
 22.35 Acontece
 22.35 Noites Brancas
(Documentário, debate e a longa-metragem Adeus Rapazes, de Louis Malle, Fr./RFA/1987, com Gaspar Maneset, Raphaël Fejtö, Francine Racette. Ver Destaque)

- SIC**
 08.00 Buêréré
 10.00 Cuidado com o Fantasma
 11.00 Sic 11 Horas
 13.30 Primeiro Jornal
 14.00 Juiz Decide
 15.00 Fátima Lopes
 17.30 Camilo
 18.00 Meu Bem Querer
 19.00 Pecado Capital
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Ponto de Encontro
 22.05 Torre de Babel
 23.05 Cantigas de Mal-Dizer
 00.05 Aççõ... Corta!
 02.10 Último Jornal

- TVI**
 09.00 A Bela e o Monstro
 09.45 TVI Jornal
 10.00 Animação
 12.30 Fascinação
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Serras Azuis
 15.05 Mulher Perigosa
 16.00 Animação
 18.00 Heróis por Acaso
 19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
 20.00 Marés Vivas
 21.00 Directo XXI
 22.00 Primeira Vaga
 23.00 Operação Alvo em Fúria
(de Michael Watkins, EUA/1997, com Rick Schroder, Henry Winkler, Freddie Prinze Jr. Drama)
 01.00 Doido por Ti
 01.50 O Nosso Amante
(de Yurek Bogayevicz, EUA/1992, com William Baldwin, Kelly Lynch, Sherilyn Fenn. Drama)
 03.55 A Esquadra de Brooklyn



Domingo, a noite dos Oskares

Sábado, 20

- RTP 1**
 11.30 Made in Africa
 12.00 Companhia dos Animais
 13.00 Jornal da Tarde
 13.40 Top+
 15.00 Ciclismo
 16.00 Espelho Meu
 16.40 Saber & Fazer
 17.15 Um Rapaz e o Mundo
 18.05 Estrada Viva
 18.45 Santa Casa
 20.00 Telejornal
 20.55 Futebol: Salgueiros-Porto
 23.00 Nash Bridges
 24.00 Já Que Falamos em Sexo
 00.45 24 Horas
 01.25 Ciclismo
 01.40 Céu Azul
(de Tony Richardson, EUA/1991, com Jessica Lange, Tommy Lee Jones, Powers Boothe, Carry Snodgrass. Drama)

- RTP 2**
 09.00 Universidade Aberta
 12.00 Cidade Louca
 13.00 Contos Assombrosos
 13.30 Dinheiro Vivo
 14.00 Parlamento
 15.00 Cuba, Segundo Saramago
 15.45 Desporto 2
 20.10 2001
 20.40 Onda Curta
(Curtas-metragens)
 21.10 O Caminho das Estrelas
 22.00 Jornal 2
 22.35 O Lugar da História
 23.35 Allô, Allô!
 00.05 Crimes do Pior
 00.35 Smith & Jones
 01.00 Café Bagdad
(de Percy Adlon, RFA/1987, com Marianne Sadebrecht, Jack Palanca, Christine Jaufmann, Monica Calhoun. Ver Destaque)

- SIC**
 08.00 Buêréré
 11.55 BBC - Vida Selvagem
 13.00 Primeiro Jornal
 13.45 A Guerra das Estrelas
 15.15 Um Índio na Metrópole
(de John Pasquin, EUA/1997, com Tim Allen, Martin Short, JoBeth Williams, Lolita Davidovich. Comédia Dramática)
 17.15 Buffy, Caçador de Vampiros
 18.10 Nada a Perder
(de Steve Oedekerk, EUA/1997, com Martin Lawrence, Tim Robbins, Kelly Preston, Giancarlo Esposito. Comédia Dramática)
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Polícias à Solta
 21.30 Chuva de Estrelas
 22.40 Hilda Furacão
 23.45 Depois do Fogo
(de Robert Markowitz, EUA/1992, com Laura Dern, Robert Loggia, Vincent Spano, Michael Rooker. Telefilme)
 02.05 Último Jornal

- TVI**
 09.00 A Bela e o Monstro
 09.50 Animação
 13.30 Contra-Ataque
 14.55 Acção em Acapulco
 15.45 Entre Dois Homens
(de Michael Miller, EUA/1994, com Lindsay Wagner, Barry Bostwick, Amy Aquino. Drama)
 17.25 A Vingança da Natureza
(de Roger Young, EUA/1997, com Richard Crenna, Rick Schroder, Carroll Baker. Drama)
 19.00 A Escolha do Macaco
(de Susan Seidelman, EUA/1995, com Jason London, Eddie Albert, Chris Elliott. Comédia)
 21.00 Directo XXI
 22.00 Por Amor a Nancy
(de Paul Schneider, EUA/1992, com Tracey Gold, Jill Clayburgh, William Devane. Drama)
 24.00 Stalingrad
(Alemanha/1993, com Dana Vavrova, Dominique Horwitz, Jochen Nickel. Drama)
 02.00 A Esquadra de Brooklyn

Segunda, 22

- RTP 1**
 10.00 Praça da Alegria
 11.30 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.55 Esmeralda
 15.40 Malha de Intrigas
 16.35 O Amigo Público
 18.15 País País
 19.00 País Regiões
 19.15 Os Lobos
 20.00 Telejornal
 20.55 Contra Informação
 21.05 Nós os Ricos
 21.40 Canções da Nossa Vida
 23.05 Guerra Fria
 00.10 24 Horas
 01.00 Máquinas
 01.35 Amigos

- RTP 2**
 15.00 Informação Gestual
 15.40 Rumo ao Sul
 16.35 O Nosso Charly
 17.30 Açores
 18.00 Informação Religiosa
 19.00 Hugo
 19.30 Um, Dó, Li, Tá
 20.10 Ao Natural
 21.00 Portugalmente
 21.30 Remate
 22.00 Jornal 2
 22.35 Acontece
 22.50 Jogo Falado
 23.50 Novos Heróis

- SIC**
 08.00 Rally TAP
 08.05 Buêréré
 10.00 Cuidado com o Fantasma
 10.40 Sic 11 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 13.45 Juiz Decide
 15.25 Fátima Lopes
 17.30 Malucos do Riso
 17.15 Meu Bem Querer

- RTP 2**
 09.30 Novos Horizontes
 10.30 Missa
 11.30 A Europa de Combóio
 12.30 Heróis em Acção
 13.30 Ekhaya
 14.30 Murphy Brown
 15.00 Desporto 2
 18.00 Jornal de África
 18.40 A História de Nikita
 19.35 Bom Bordo
 20.05 Artes e Letras - «Piet Mondrian»
 21.20 Ivanhoe
 22.00 Jornal 2
 22.35 Horizontes da Memória
 23.05 Olhos nos Olhos
(com documentário sobre Sugar Ray Robinson)

- SIC**
 08.00 Buêréré
 11.55 BBC - Vida Selvagem
 13.00 Primeiro Jornal
 13.45 A Guerra das Estrelas
 15.15 Um Índio na Metrópole
(de John Pasquin, EUA/1997, com Tim Allen, Martin Short, JoBeth Williams, Lolita Davidovich. Comédia Dramática)
 17.15 Buffy, Caçador de Vampiros
 18.10 Nada a Perder
(de Steve Oedekerk, EUA/1997, com Martin Lawrence, Tim Robbins, Kelly Preston, Giancarlo Esposito. Comédia Dramática)
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Polícias à Solta
 21.30 Chuva de Estrelas
 22.40 Hilda Furacão
 23.45 Depois do Fogo
(de Robert Markowitz, EUA/1992, com Laura Dern, Robert Loggia, Vincent Spano, Michael Rooker. Telefilme)
 02.05 Último Jornal
 02.40 Dra. Quinn

- TVI**
 09.00 A Bela e o Monstro
 09.50 TVI Jornal
 10.00 Animação
 12.30 Fascinação
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Futebol (Liga Inglesa): Leicester-Tottenham
 16.00 Animação
 18.00 Heróis por Acaso
 19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
 20.00 Marés Vivas
 21.00 Directo XXI
 22.00 A Justiciera
 23.00 O Melhor dos Oskares
 00.30 O Encanto das Sereias
(de John Duigan, Austrália/Gr.Br./1994, com Hugh Grant, Tara Fitzgerald, Sam Neill. Comédia Dramática)
 02.35 Doido por Ti
 03.15 Desporto

- TVI**
 09.00 Animação
 10.35 Novos Ventos
 11.10 Missa
 13.00 Os Últimos Paraísos na Terra
 14.00 O Judeu
(de Scott Rosenfelt, EUA/1994, com Joe Mantegna, Anne Archer, Paul Reiser, Allen Garfield. Drama)
 16.00 1492, Cristóvão Colombo
(de Ridley Scott, Fr./Gr.Br./1992, com Gerard Depardieu, Armand Assante, Sigourney Weaver. Histórico / Drama)
 17.35 A Máscara
(de Charles Russel, EUA/1994, com Jim Carrey, Peter Greene, Amy Yasbeck, Peter Riegert. Comédia / Policial)
 19.30 Futebol (Campeonato de Itália)
 21.15 Directo XXI
 22.00 Culpado ou Inocente
 23.00 Condenados de Shawshank
(de Frank Darabont, EUA/1994, com Tim Robbins, Morgan Freeman, Bob Gunton. Ver Destaque)
 01.00 A Grande Noite dos Oskares
(transmissão directa)



«Doido por Ti»

Terça, 23

- RTP 1**
 11.30 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.55 Esmeralda
 15.40 Malha de Intrigas
 16.35 O Amigo Público
 18.15 País País
 19.00 País Regiões
 19.15 Os Lobos
 20.00 Telejornal
 21.05 Cromos de Portugal
 21.50 Herman 99
 23.50 Dharma e Greg
 00.35 24 Horas
 01.20 Sequest, Brigada Submarina

- RTP 2**
 15.00 Informação Gestual
 15.35 A Coragem de Lassie
(de Fred M. Wilcox, EUA/1946, com Elizabeth Taylor, Frank Morgan, Tom Drake. Drama)
 17.30 Euronews
 18.00 Informação Religiosa

- RTP 2**
 09.30 Novos Horizontes
 10.30 Missa
 11.30 A Europa de Combóio
 12.30 Heróis em Acção
 13.30 Ekhaya
 14.30 Murphy Brown
 15.00 Desporto 2
 18.00 Jornal de África
 18.40 A História de Nikita
 19.35 Bom Bordo
 20.05 Artes e Letras - «Piet Mondrian»
 21.20 Ivanhoe
 22.00 Jornal 2
 22.35 Horizontes da Memória
 23.05 Olhos nos Olhos
(com documentário sobre Sugar Ray Robinson)

- SIC**
 08.00 Rally TAP
 08.05 Buêréré
 10.00 Cuidado com o Fantasma
 10.40 Sic 11 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 13.45 Juiz Decide
 15.15 Fátima Lopes
 17.30 Malucos do Riso
 17.15 Meu Bem Querer

- TVI**
 09.00 A Bela e o Monstro
 09.50 TVI Jornal
 10.00 Animação
 12.30 Fascinação
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Serras Azuis
 15.05 Mulher Perigosa
 16.00 Animação
 18.00 Heróis por Acaso
 19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
 20.00 Marés Vivas
 21.00 Directo XXI
 22.00 O Distintivo da Morte
(de Douglas Barr, EUA/1994, com Brian Winner, M. Emmet Walsh, James B. Sicking. Drama)
 24.00 A Justiça de Um Inocente
(de Paul Krasny, EUA/1993, com Robert Conrad, George Hamilton. Drama)
 02.30 Doido por Ti
 03.10 Feedback

Quarta, 24

- RTP 1**
 10.00 Praça da Alegria
 11.30 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Consultório
 14.45 Ciclismo
 16.00 Malha de Intrigas
 16.30 O Amigo Público
 18.15 País País
 19.05 País Regiões
 19.15 Os Lobos
 20.00 Telejornal
 21.05 Diário de Maria
 22.15 A Lista de Schindler
(de Steven Spielberg, EUA/1993, com Liam Neeson, Ben Kingsley, Ralph Fiennes. Ver Destaque)
 02.55 24 Horas
 03.45 Rotações

- RTP 2**
 15.00 Informação Gestual
 15.40 Derrick
 16.35 O Homem Sombra
 17.30 Euronews
 18.00 Informação Religiosa
 18.30 Hugo
 19.00 Um, Dó, Li, Tá
 19.55 Hóquei em Patins: Porto-Benfica
 21.30 Remate
 22.00 Jornal 2
 22.35 Acontece
 22.50 Sinais do Tempo
 23.45 Carlos Cruz
 00.45 24 Horas para a Morte

- SIC**
 08.00 Rally TAP
 08.05 Buêréré
 10.15 Cuidado com o Fantasma
 11.20 Sic 11 Horas
 13.35 Primeiro Jornal
 13.45 Juiz Decide
 15.15 Fátima Lopes
 18.00 Meu Bem Querer
 19.00 Pecado Capital
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Rally TAP
 21.05 Jornalistas
 22.20 Torre de Babel
 23.45 Jennifer 8
(de Bruce Robinson, EUA/1992, com Andy Garcia, Uma Thurman, Lance Henriksen, John Malkovich. «Thriller»)
 02.00 Rally TAP
 02.20 Último Jornal
 03.25 Vibrações

- TVI**
 09.00 A Bela e o Monstro
 09.50 TVI Jornal
 10.00 Animação
 12.30 Fascinação
 13.30 TVI Jornal
 14.00 Serras Azuis
 15.05 Mulher Perigosa
 16.00 Animação
 18.00 Heróis por Acaso
 19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
 20.00 Marés Vivas
 21.00 Directo XXI
 21.35 Quero Justiça!
 22.00 A Hora dos Heróis
(de Peter Hyams, EUA/1989, com Sean Connery, Mark Harmon, Meg Ryan, Jack Warden. Drama)
 00.45 Os Vigilantes
 01.45 Doido Por Ti
 02.40 Lanterna Mágica
 03.15 A Esquadra de Brooklyn

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Assim Nasceu uma Estrela

(Quinta, 15.45, RTP2)

Este excelente filme inaugura uma semana de programação de grande cinema na RTP (em ambos os canais!), assim esmagando por completo a concorrência, como seria sempre a sua obrigação primeira. Uma estrela de Hollywood, *Norman Maine*, apaixonou-se por uma jovem, *Esther Blodgett*, que decide lançar no meio do cinema. Entretanto, alcoólico, o actor afunda-se nas consequências do seu vício, enquanto que a jovem artista conquista a fama e chega à conquista de um Oscar. Mas o amor de *Esther* por *Norman* fá-la confessar a um amigo comum que vai abandonar a carreira e tentar ajudar o marido a recuperar. Este, ao ouvir a conversa, suicida-se. Alguns anos mais tarde, *Esther* reaparece perante o público como *Madam Norman Maine*. Um belíssimo filme de **George Cukor**, como **Judy Garland** e **James Mason** nos principais papéis, e que é a



Judy Garland, em «Assim Nasceu Uma Estrela», de George Cukor

melhor das quatro adaptações realizadas sobre o mesmo argumento. Melhor seria, claro, que se tratasse da cópia restaurada (com a montagem final de **Cukor**) datada de 1983. Mas isso seria pedir «de mais» à RTP...

O Buraco

(Quinta, 22.50, RTP2)

Segundo **Jean Tulard**, este é o filme negro mais americano do cinema francês, mas é o filme francês mais moderno da sua geração. A história real, adaptada de um romance de **José Giovanni** (que viveu os acontecimentos), é trágica: um homem é preso na cadeia da *Santé* (Paris) por ter sido acusado



Um belo enquadramento de «Adeus Rapazes», de Louis Malle

pela sua própria mulher de tentar assassiná-la. Os seus quatro companheiros de cela preparam paulatinamente uma fuga e convencem-no a participar do plano. Mas, na véspera da concretização da fuga, o nosso homem é chamado ao director da prisão que o informa ter a mulher desistido da queixa, pelo que ele está livre a partir desse momento. Mas, em meio de um hábil interrogatório, ele acaba por confessar o plano da fuga. Eis um filme como sempre despojado de todo o efeito de espectáculo, mas constituindo uma total ruptura com os filmes anteriores de **Jacques Becker** (o seu realizador) e que, por coincidência, foi estreado nas grandes salas na mesma semana de *O Acochado*, de **Jean-Luc Godard**, assim se tornando uma passagem do grande cinema clássico (não académico) para a *nouvelle vague*.

Adeus Rapazes

(Sexta, 22.55, RTP2)

Com acção situada em 44 na França colaboracionista e ocupada pelos nazis durante a II Guerra Mundial, este admirável filme de **Louis Malle** é fruto da própria experiência do realizador naquela época terrível quando, aos 11 anos de idade, foi testemunha do envio para Auchwitz de várias crianças judias albergadas na escola católica de Fontainebleau que então ele frequentava. Com um final impressionante, o filme revela-se um relato extremamente dramático e sensível de uma época e de acontecimentos tragicamente vividos que, por mais «revisões» que se façam à História, jamais poderão ser esquecidos.

Café Bagdad

(Sábado, 01.00, RTP2)

Um filme do realizador alemão **Percy Adlon** absolutamente desarmante e fascinante que é preciso ver em vez de exaustivamente tentar descrever. Diga-se, apenas, que tudo começa quando, no meio de uma discussão, um insuportável alemão (da Baviera), despacha a sua mulher pela porta fora do carro em pleno deserto da Califórnia. E é então que *Jasmin*, esta anafada alemã, conhece *Brenda*, a dona de um motel infecto. Um



Um plano de «Café Bagdad», de Percy Adlon

filme admirável e surpreendente situado num cenário de pesadelo, hiper-realista. Entretanto, que conste, **Adlon** não fez mais nada de jeito... E esta?

Momentos de Glória

(Domingo, 15.00, RTP1)

Baseado em factos reais, este filme competentemente posto em cena pelo britânico **Hugh Hudson** conta-nos a história de dois jovens corredores que representaram, em 1924, a Inglaterra nos Jogos Olímpicos de Paris, conquistando as medalhas de ouro nos 100 e nos 400 metros. Um filme em que a personalidade e as motivações particulares dos dois atletas são aproveita-



Morgan Freeman e Tim Robbins, intérpretes principais de «Condenados de Shawshank», um filme de Frank Darabont

das pelo realizador para construir um espectáculo de grande efeito que pretende constituir uma homenagem aos grandes feitos do desporto.

Condenados de Shawshank

(Domingo, 23.00, TVI)

Um filme sobre dois homens condenados a prisão perpétua que encontram maneira de tornar mais suportável e humanamente mais rico o

longo tempo em que irão conviver em conjunto com os seus companheiros de cativo. Um primeiro filme de **Frank Darabont**, a descobrir, com argumento adaptado de uma novela de **Stephen King**, e com algumas boas referências a recomendá-lo. Actores principais: **Tim Robbins** e **Morgan Freeman**!

Os Chapéus de Chuva de Cherburgo

(Segunda, 02.05, SIC)

Ao contrário do que acontecia com os grandes musicais de Hollywood, este filme do francês **Jacques Demy** tem os seus diálogos totalmente cantados, estando deles ausente a transição das «falas» para as «canções», pelo que as suas convenções se aproximam muito mais das da ópera. A brilhante música de **Michel Legrand** é, assim, uma das principais vede-



Liam Neeson e Ben Kingsley, em «A Lista de Schindler», de Steven Spielberg

tas deste filme mas a encenação de **Demy** (descontando alguns clichés) aproxima-se da perfeição. Que nos recordemos, nestes últimos anos, o filme terá passado uma única vez nas nossas televisões. E, agora, a SIC (que o inclui nos *Grandes Filmes do Século*) transmite-o, só, às duas da manhã!

A Lista de Schindler

(Quarta, 22.05, RTP1)

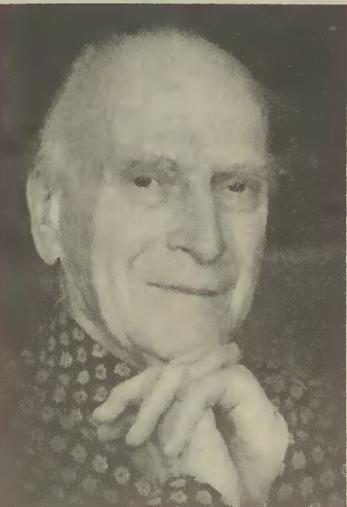
Obra maior de **Steven Spielberg** - que aqui se afasta da atmosfera do «maravilhoso» e espectacular que costuma marcar os seus filmes mais conhecidos - *A Lista de Schindler*, evoluindo sobre o pano de fundo da II Grande Guerra e do holocausto a que foram submetidos milhões de homens e mulheres, conta-nos a história de *Oscar Schindler*, um rico capitalista católico que, na Alemanha nazi, acaba por se revoltar contra esta barbárie e salvar cerca de um milhar de judeus polacos, dando-lhes emprego nas suas fábricas. Uma realização marcada pela emoção intensa, com uma fabulosa fotografia a preto e branco de **Janusz Kaminski** e três inesquecíveis interpretações: **Liam Neeson**, na personagem de *Oscar Schindler*, **Ben Kingsley** no papel do *Izhak Stern* seu contabilista, e **Ralph Fiennes** como *Amon Goeth*, o desprezível comandante nazi.

CABO & SATELITE

Uma noite dedicada a Menuhin

Morreu há cerca de duas semanas o grande violinista **Yehudi Menuhin** e já hoje à noite o canal **Muzzik** lhe dedica uma sequência de programas em sua homenagem. Entre outros, poderemos ver, às 20 horas, uma aula *masterclass* dirigida pelo violinista; às 21 horas, um

documentário sobre a **Academia Menuhin**, às 21.50 um documentário em duas partes sobre o músico realizado por **Bruno Monsaingeon** (1994); às 23.45, um concerto realizado no **Conservatório de Moscovo** em 1987 em que o violinista será acompanhado pela **Orquestra Filarmónica de Leningrado** sob a direcção de **Gennady Rozhdestvensky** e à 01.25, um encontro musical de **Menuhin** com **Ravi Shankar** (cítara indiana). A não perder. (**Muzzik**, Quinta-feira, entre as 20 horas e a 01.25)



Tema: Hollywood

Eis mais outra das noites temáticas do canal **Arte**. Desta vez, no centro das atenções, está Hollywood, tudo começando com a transmissão de *The Day of the Locust* (1974), um filme de **John Schlesinger**, cineasta britânico durante anos radicado nos EUA e que aqui aborda o destino de alguns homens e mulheres que se esforçam por triunfar na Meca do cinema. Com **Donald Sutherland**, **Burgess Meredith** e, ainda,

Karen Black e **William Atherton** (na foto) nos papéis principais, receia-se, entretanto, que a versão seja a dobrada em francês. Segue-se *Hollywoodisme*, um documentário de **Simcha Jacobovici** (1997) sobre o nascimento de Hollywood e a glória dos grandes estúdios, com inúmeros excertos de filmes e entrevistas com nomes célebres. (**Arte**, Domingo, das 19.40 às 22.00 e das 22.05 às 23.50)

O trigo e o joio

Nem o barulho das luzes resplandecentes, nem a profusão estentóica das câmaras, nem a movimentação das gruas varrendo a pique artistas e plateia, nem a orquestra de trinta e tal professores, nem mesmo o vestido branco da Directora de Programas, habilmente escolhido para reagir aos projectores em meio de tão distinta mundanice em *black-tie* – nem tudo isto e muito mais conseguiu disfarçar o miserável espectáculo de mediocridade que constituiu mais uma edição do **Festival da Canção** organizado pela RTP.

E, por favor, não me venham com a história de que se trata de uma opinião crítica subjectiva que não pode sobrepor-se ao (nem ignorar o) indispensável respeito pelo acto de criação (musical e poético) de tantos criadores envolvidos. É que, à excepção de um ou outro caso que terá primado pelo completo despiste ou oportunismo em termos criativos, só por alcinha se poderiam chamar «poetas» e «compositores» às criaturas que escreveram tais letras e tais canções – as quais, desta vez, mais do que em qualquer outro ano anterior, desceram ao nível mais rasteiro que imaginar se possa.

E não nos venham também exigir assomos de patrioteirismo em defesa de uma mistela que jamais se pode confundir com uma qualquer ideia de canção, quando aquela «coisa» que foi colocada em primeiro lugar por um júri anónimo e escondido das câmaras regionais vier a sujeitar-se ao vergonhoso confronto com as outras canções concorrentes ao próximo **Festival da Eurovisão**.

estantes da orquestra! Mas a presença de quatro das nossas melhores vozes da música popular portuguesa e a estóica e indestrutível qualidade das canções escolhidas acabou por representar um acto de subversão (e não de transigência) face à vulgaridade ali instalada.

E convenhamos que, respeitosamente ressaltadas as devidas diferenças, a presença de um nobre coro alentejano cantando a **Grândola** naquele contexto me fez recordar a pedrada no charco que, de uma outra forma, constituiu a presença de uma certa **Tourada** em tempos bem recuados...

Nem tudo vai mal, entretanto, no domínio da boa música popular no nosso pequeno ecrã – sendo que à intromissão do joio se seguiu o tímido medrar do trigo.

De facto, a estreia, há duas semanas, do programa «Atlântico» – uma feliz ideia de **Eugénia Mello e Castro**, contando com a oportuna colaboração de **Nelson Motta**, já nosso conhecido do interessante «**Manhattan Connection**» do canal GNT – contribuiu, logo, para que se volte a ouvir na RTP alguma da melhor música dos vários países lusófonos tocados pelo grande oceano, esperando-se que também o **Moçambique**

banhado pelo Índico possa «intrometer-se» na lógica do programa, como terá sugerido (entre vírgulas) **Maria João Seixas** na sua pequena intervenção de há dias.

E a própria enunciação de alguns dos nomes que vão estar presentes na série – como

TVISTO

■ **Francisco Costa**



A confirmar em próximos episódios

Enfim, talvez a presença na plateia de tantos notáveis governantes (alguns directamente implicados na tutela do nosso serviço público de televisão) contribua para que se encete de vez uma reflexão sobre os luxuosos milhões esbulhados aos bolsos dos contribuintes e assim esbanjados num espectáculo tão lamentável e sobre uma necessária inflexão na organização de um evento que, sempre em curva descendente, já foi apesar de tudo bem melhor do que é nos nossos dias.

Não que aqui se advogue, como é óbvio, qualquer intervenção administrativa neste sentido, mas para que se estimule e aconselhe uma firme chamada de atenção face a este escândalo inaceitável que é imperioso não volte a acontecer e jamais pode ser ignorado pela tutela responsável.

A talhe de foice, seja-me permitido discordar, entretanto, das posições de certo modo fundamentalistas da **Associação José Afonso** a propósito da oportunidade do momento de evocação do grande cantor de Abril. É certo que os bailados eram dispensáveis e que o termo «pífio» é, porventura, aquele que melhor se aplicaria às «orquestrações» a que foram sujeitas algumas das melhores canções do **Zeca** ali presentes. Aliás, só neste país se poderia chamar «maestro» àquela figura colocada frente às

Vitorino, Elba Ramalho, Rui Veloso, Sérgio Godinho, Edu Lobo, Cesária Évora, Maria Bethânia, Ney Matrogoço, Paulo Bragança ou os já ouvidos **Gal Costa, Luís Represas, Dulce Pontes** ou **Simone** – constituem uma garantia da qualidade que sempre deveria presidir a programas desta área.

Mas «Atlântico» não deixa de ser, também, um exemplo de simplicidade e eficácia (não ostentativo de recursos inoportunos) na concretização prática de uma ideia feliz.

Para já, se como se espera vier a ser transmitido em cadeias de televisão do país-irmão, poderá contribuir para dar a conhecer no Brasil muitos daqueles artistas portugueses que há muito mereciam ter dado da nossa melhor música popular uma imagem mais correcta naquelas paragens. Depois, porque os primeiros e melhores defensores e advogados dessa qualidade poderão ser os próprios artistas brasileiros que, porventura pela primeira vez, se terão surpreendido com a personalidade da nossa poética e da nossa música. Finalmente, porque, polvilhados pelo programa, não deixam de estar presentes, em curtas mas adequadas intervenções, figuras públicas que dão credibilidade à matriz originária do programa e excertos felizes dos nossos (no sentido mais lato da lusofonia) escritores, poetas e intelectuais.

«No Pasarán»

Não sei de outro livro que nos dê a conhecer um acontecimento histórico como este «*No pasarán!*», do jornalista José Viale Moutinho, dedicado à guerra civil de Espanha.

Não há uma narrativa de factos, ou a descrição dos actos dos seus principais protagonistas, e a inquirição do seu significado, como é uso encontrar na vasta bibliografia sobre esta epopeia do Séc. XX, ainda tão cerca de nós.

O modo de redescobrir a história lembra o trabalho metucioso e persistente daqueles arqueólogos que levam anos a escavar a terra, extraindo com os maiores cuidados pequenos fragmentos de objectos, e com esses vestígios mínimos conseguem reconstituir a vida, os costumes, as normas, os valores, a configuração de civilizações durante anos ignoradas ou mal conhecidas.

Neste caso, não são pedras, mas sim pessoas que o autor nos desvenda, arrancadas da obscuridade da terra dos vencidos, tão diferente da aura dos vencedores. De arquivos consultados, livros, jornais, cartas, testemunhos orais arduamente obtidos, andariho de quantas casas, pequenos cafés, aldeias raianas, Viale Moutinho dá-nos a conhecer a nobreza oculta e o heroísmo genuíno dos combatentes da Espanha republicana. E ajuda-nos a compreender que muitas conquistas políticas e sociais radicam também na gesta do povo espanhol, dos operários e intelectuais vindos de tantos países para integrar as Brigadas Internacionais que ofertaram a vida na luta contra o fascismo, naquela que foi uma batalha antecipada da 2.ª Guerra Mundial.

Eles enfrentaram o fascismo na sua fase de crescimento, de força e arrogância, e foram o corpo vivo e concreto, naquele tempo e naquele lugar do movimento de emancipação humana que atravessa a história.

A par da evocação da defesa heróica de Madrid, dos massacres de Badajoz e das Minas de Rio Tinto ou do bombardeamento de Guernica, contam-se outros episódios menos conhecidos como a impiedosa repressão dos defensores de Tui contra o assédio franquista, a carinhosa hospitalidade do povo russo às crianças refugiadas, a defesa do tesouro artístico do Museu do Prado, de que Picasso chegou a ser director.

A par de figuras como Dolores Ibarruri ou dos poetas Miguel Hernandez e Garcia Lorca, ou de Santiago Alvarez, dirigente do PCE, de quem se desprende um sorriso de bonomia e o gosto de viver, que fala sem rodeios das sombras da República, outras figuras refulgem, num imenso fresco onde se reconhecem dramáticas e sangrentas lutas colectivas, com gestos de entrega generosa e de heroísmo sem limites, de afecto pelos mais fracos, de respeito pela verdade, de fraternidade humana. E são estes outros combatentes, gente anónima, que

nunca pensou lutar de armas nas mãos, trabalhadores que vieram lá do fundo das minas e dos campos, estudantes e professores que interromperam a vida escolar, e foram capazes de actos de insuperável coragem e valentia, de ousadia e inteligência, com grandeza de ideais e amor pelos outros, que mais surpreendentemente se revelam e se gravam na memória com a leitura deste livro, crónica de guerra com gente dentro.

Os guerrilheiros Foucelles, ou Valentin Gonzalez, ou el Coritu, ou aquela gente transmontana que protegeu Maria de la Libertad, ou D. Rafaela Lozana, e a sua saga em defesa da lembrança dos fuzilados de Gijon, são figuras quase desvanecidas no tempo mas de uma grandeza moral imperecível.

Naturalmente, as páginas mais intensas do livro incidem sobre os momentos iniciais e terminais da guerra.

A fulgurante e massiva resposta popular ao levantamento fascista, surge através de testemunhos vividos, muitas vezes com voz magoada mas sempre digna, de homens e mulheres de que nos chegamos um eco tão sumido, tão longínquo mas, ao mesmo tempo, cheio de alma.

Os muitos milhares de fuzilamentos sumários do final da guerra e dos anos seguintes – não se tratava da violência incontrolada que houve do lado republicano mas da violência legal, exercida em nome da autoridade franquista constituída –, são a face mais sombria,

uma tragédia de dimensões ainda mal conhecidas, e que no livro

aparecem em múltiplas evocações e referências por muitos que viveram o pesadelo e dele conseguiram emergir, ou através de simples cartas ou mensagens de despedida.

A República foi vencida, nos últimos meses anteriores à 2.ª Guerra Mundial. O mundo seria diferente se tivesse resistido. Foi golpeada pelo coronel Casado e outros dirigentes que, na corrente da época, encorajados pelas democracias ocidentais preferiram derrotar a esquerda republicana e comunista a prosseguir o combate contra a ditadura.

Quando foram publicadas no *Diário de Notícias* algumas crónicas, agora reunidas em livro, certos leitores investiram o autor «pelo seu parcialismo».

A memória, que é um alicerce do futuro, nunca é neutra. Mas o que talvez doa a tais leitores é que a honra, a justiça, a dignidade da luta dos combatentes da República Espanhola não se possa medir neste livro por quaisquer declarações ou discursos, mas sim pela verdade da sua vida.

É esse tesouro escondido de generosidade e confiança num mundo melhor que o livro de Viale Moutinho nos ajuda a conhecer e a compreender.

MOTES E VOLTES

■ **Jorge Sarabando**



ESCAPARATE



BAILADO

Companhia Nacional de Bailado

Em continuação da presente temporada da **Companhia Nacional de Bailado**, esta companhia vai apresentar no **Teatro Nacional de S. Carlos** a partir da próxima terça-feira 23 (e até 27 de Março), sempre às 21.30, uma série de espectáculos que constituem o programa número três da temporada. Serão apresentados dois bailados: «Agon», com coreografia de **George Balanchine** e música de **Igor Stravinsky** e, em estreia absoluta, «Dançares», com coreografia de **Rui Lopes-Graça**, para a peça «Dançares: Suite Coreográfica em Oito Quadros», de **Fernando Lopes-Graça** (uma obra musical do grande compositor, igualmente em primeira audição absoluta). A cenografia será de **João Mendes Ribeiro**, os figurinos de **Vera Castro** e o desenho de luz de **Luz Pedro Martins**, sendo a **Orquestra Sinfónica Portuguesa** dirigida pelo maestro **Vasco Pearce de Azevedo**.

JUVENTUDE



Quinzena Jovem em Santiago

Terá lugar até 28 do corrente a 1.ª Edição da **Quinzena Jovem** organizada pela **Câmara Municipal de Santiago do Cacém**. Envolvendo juntas de freguesia, associações juvenis, bandas de música, grupos teatrais e escolas EB 2/3 e secundárias do município, esta quinzena tem como objectivo estimular o associativismo juvenil, a criatividade, as práticas das expressões musical, visual e teatral. Assim, por exemplo, no Sábado 20, pelas 22 horas, a antiga fábrica de tomate em Alvalade-Sado será palco para o espectáculo «Os construtores do Paraíso», decorrendo o último capítulo desta série uma semana mais tarde junto da **Biblioteca Municipal**, com o espectáculo «A última árvore».

Domingos para as crianças na Malaposta

Os meses de Março, Abril e Maio serão ocupados, aos domingos, com um conjunto de actividades de animação dedicadas a crianças dos 6 aos 10 anos, no **Centro Cultural Malaposta**. No mês de Março, por exemplo, o tema será «Pés com Mãos - Atelier de Dança Educativa», onde se dançarão... as letras e as palavras! Pedidos de informação e inscrições através dos telefones 9388407 e 9388570.

«Teatro por Dentro»

Ainda no **Centro Cultural Malaposta**, mas agora dirigida

aos jovens dos concelhos abrangidos pela **AMASCULTURA**, decorrerá a iniciativa «Teatro por Dentro», que, como o nome indica, visa a descoberta dos bastidores do teatro e convida os jovens a tomarem contacto com o processo de criação de um espectáculo teatral. Inscrições para os mesmos telefones indicados acima.

TEATRO

Teatro em Almada

Sobe hoje à cena no **Auditório do Fórum Municipal Romeu Correia** (em Almada) uma nova produção do grupo **Cortina de Fogo - Teatro Urbano**. Esta peça, da autoria do jornalista e escritor **António Cabrita** (que assim se estreia como dramaturgo) intitula-se «Nada do Outro Mundo», sendo a encenação de **Luís**



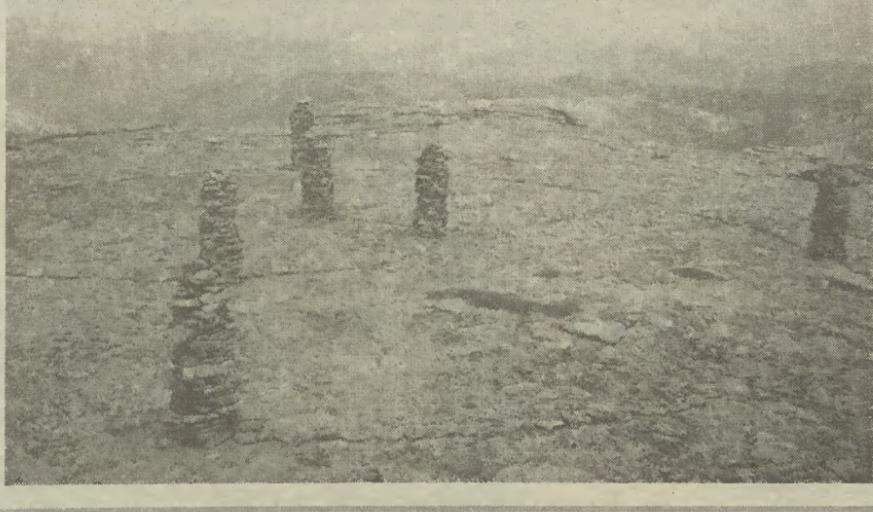
Exposições várias

Inaugurou-se no passado Sábado uma exposição de desenhos de **Arpad Szenes**. Esta mostra, cuja iniciativa pertence à **Câmara Municipal de Almada**, foi gentilmente cedida pela **Fundação Arpad Szenes - Vieira da Silva** e está patente ao público na **Casa da Cerca - Centro de Arte Contemporânea** daquela cidade (R. da Cerca, 2). Horário: terça a sexta das 10 às 18 horas; sábados e domingos das 13 às 18 horas.

Também em Almada, mas na **Galeria Municipal de Arte** (Av. D. Nuno Álvares Pereira), foi inaugurada no dia 8 (Dia Internacional da Mulher) uma exposição colectiva de tapeçaria, sendo a artista convidada **Gisella Santi**. A exposição pode ser visitada de segunda a sexta das 10.00 às 12.30 e das 14 às 18 horas e aos sábados das 13 às 18 horas, encerrando aos domingos e feriados.

Organizada pela **Câmara Municipal de Montemor-o-Novo** está patente ao público até 31 do corrente uma exposição de escultura de **João Pereira**, sendo o horário de abertura de segunda a sexta das 10 às 12 e das 14 às 18 horas e aos sábados das 14 às 18 horas, estando encerrada aos domingos e feriados.

Uma outra exposição, mas de pintura, pode ser visitada na **Galeria de Exposições da Bibliote-**



ca **Municipal do Seixal** (Pólo da Amora), no Largo do Rosinha. Organizada pela autarquia local, a exposição mostra trabalhos de **Luís Reis** e **Jorge Ferreira da Costa**.

Finalmente, a **Junta de Freguesia dos Anjos** leva a cabo desde antontem, no espaço **Culturários**, uma exposição de **Maria Marvão** subordinada ao tema «Arte Floral em Quadros, As Flores e o Romantismo» na sede daquela junta (R. Damasceno Monteiro). Esta exposição que está integrada nas comemorações do 25 de Abril é dedicada pela autora «às classes mais desfavorecidas, marcando os preços das obras abaixo do seu valor real e oferecendo 10% do lucro obtido aos "sem abrigo" da freguesia dos Anjos, em dádiva directa, em conjunto com um representante da Junta».

Pais, os figurinos de **Filipe Faísca**, os cenários de **Catarina Pé-Curto** e **Pedro Raposo** e manter-se-á em cartaz até 21 do corrente, sempre às 21.30, com uma sessão da tarde no Domingo pelas 16 horas. **Manuel Wiborg**, **Sylvie Rocha** e **Fernando Rebelo** são os três intérpretes que darão corpo às personagens desta história - «seis fragmentos que são seis histórias que se cruzam no espaço, carregado de onirismo, de um bar, sob o olhar de um impassível "barman"».

Macbeth - Uma Tragédia Ibérica

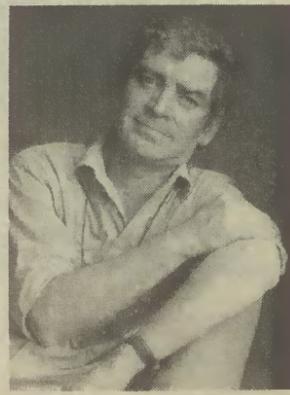
É já amanhã, dia 19, que o grupo **Teatro Meridional** vai levar à cena no **Auditório Municipal do Seixal** o espectáculo «Macbeth - Uma Tragédia Ibérica». Integrado nas comemorações do **Dia Mundial do Teatro**, diz-se dos persona-

gens deste espectáculo (no texto de apresentação) que «nos estão próximos - que talvez habitem em Lisboa ou em Madrid, ou talvez apenas dentro da imaginação dos actores - revivendo uma das maiores tragédias da história do teatro».

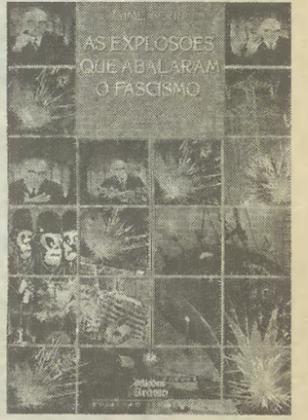
Um original de Mário de Carvalho

Entretanto, no próximo Sábado, às 21.30, estreia-se no **Centro Cultural Malaposta** a peça do escritor **Mário de Carvalho** intitulada «Se Perguntarem por Mim, não Estou», com encenação de **José Peixoto**, cenário de **Rui Mendes**, figurinos de **Carmen Plou**, música de **Luís Cília** e efeitos sonoros de **José Pedro Caiado**. Segundo o texto de apresentação do espectáculo, trata-se de «uma parábola sobre o medo e sobre o que o medo determina nos humanos. Nomeadamente, sobre a degradação moral que o medo provoca nos comportamentos das pessoas. É uma comédia perturbada por uma contaminação dramática. É um teatro de reflexão e alerta». As interpretações estarão a cargo de **Carla Bolito**, **Elisa Lisboa**, **Jorge Estreia**, **Jorge Silva**, **Luís Alberto**, **Mário Jacques**, **Sofia de Portugal** e **Teresa Amaro** e os espectáculos realizar-se-ão, até 18 de Abril, de terça a sábado às 21.30 e aos domingos às 16 horas.

Apresenta-se este livro como uma adivinha - como um desafio ao leitor. Descubra este, na trama urdida por **Modesto Navarro**, que assim volta ao género policial em que sempre acentua a vertente social da narrativa, quem são as «duas figuras fundamentais da nossa história recente» que poderiam estar envolvidas nesta história de corrupção e de morte que é a face interior e negra das espantosas fortunas que por aí andam, cheirando fortemente a um novo-riquismo que não poderia medrar sem as cumplicidades do poder, sem as boas vontades de alguns comunicadores, sem a ignorância dos públicos. Mais um romance a acrescentar à já vasta obra de **Modesto Navarro**. Editado pela **Teorema**.

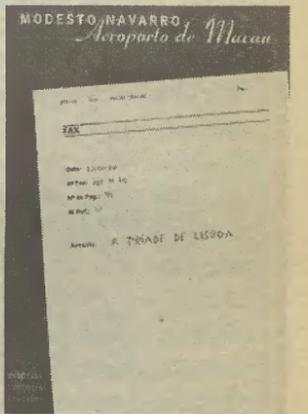


LIVROS



As Explosões que Abalaram o Fascismo

O que foi a ARA? A esta pergunta - a que muitos saberão responder e muitos outros ignoram porque já lá vai mais de um quarto de século sobre a breve actuação desta organização revolucionária e os tempos que correm são de branqueamento do fascismo - responde **Jaime Serra**, que foi responsável pela **Acção Revolucionária Armada**, neste livro publicado com oportunidade pelas **Edições Avante!** e que, segundo o autor, amplia e pormenoriza o texto sobre a ARA inserido no seu livro **Eles Têm o Direito de Saber**, que saiu em 1997. O livro de **Jaime Serra**, integrado na **Colecção Resistência**, faz luz sobre a história da ARA, seus princípios orientadores e seus objectivos, a sua organização e os seus quadros, revelando com algum detalhe as suas acções que abalaram os últimos momentos do fascismo.



Aeroporto de Macau A Triade de Lisboa

ATALHE DE FOICE

Dãobalalão

A vida política nacional anda feita num molho de brócolos. Ele há relatórios do SIS que não são do SIS; cartas secretas a Guterres divulgadas na imprensa denunciando pedidos de investigação a almirantes e generais; universidades modernas a nadar em dinheiro e dadas a modernices sem nada a ver com o ensino; maçons a botar a boca no trombone e a trazer para a praça pública a roupa suja da maçonaria; projectos de lei para os militares de Abril que afinal não passam de documentos de trabalho que quase ninguém conhece mas sobre os quais todos se pronunciam; sindicâncias exaustivas à JAE que afinal deixam de fora apoios incómodos a Guterres; 'descobertas' espantosas sobre Salazar que não passam da reedição do que qualquer português com pouco mais de 30 anos aprendeu nas escolas do Estado Novo sobre o 'Pai da Pátria'; directores da PJ demitidos por falta de confiança política, segundo uns, por demasiado incómodos, segundo outros...

A chinfrineira é tanta que, entre Paulo Portas a desdobrar-se em explicações sobre o «Jaguar» de serviço que se esqueceu de devolver à Moderna e o Grão qualquer coisa da Casa do Sino que se recusa a pronunciar o nome de Nandim de Carvalho (outro Grão qualquer coisa do Oriente não sei quantos), ninguém parece ter dado conta que Guterres está de novo em retiro, desaparecido em parte incerta, mudo e quedo a deixar correr o marfim, como se não fora nada com ele, com os seus ministros, os seus parceiros preferenciais, os serviços de que é responsável. Não fora a honorabilidade da Comissão Europeia, supremo interesse dos europeístas militantes, ter sido ferida de morte por um 'comité de sábios', e do primeiro-ministro não se veria nem rasto.

Também ninguém parece dar conta que o ruído em torno das escandaleiras nacionais está a obstruir o som claro e forte em que deveriam ser feitas as perguntas sobre o que verdadeiramente interessa. Por exemplo, como se justifica a existência de sociedades secretas, iniciáticas, rituais, em sociedades que os próprios promotores das primeiras não se cansam de afirmar democrática, aberta, transparente? Ou como é que nessas mesmas sociedades se acolhem os mesmos que depois circulam pelo PS, PSD, CDS/PP como deputados, ministros, gestores, especialistas, que por acaso também dão aulas, fazem estudos, colaboram em estabelecimentos de ensino e empresas várias de estranhas contas e muitas mordomias? Ou como é que os mesmos têm permanentemente as portas abertas em órgãos de comunicação social para divulgação dos seus produtos, ideias, opiniões, sondagens 'oportunas'? Ou ainda como é que os mesmos que à luz do dia aparecem a defender o que dizem ser políticas diferentes, ideias diferentes, opções diferentes, se entendem depois longe dos holofotes em pretensas tertúlias filosóficas de muitas materialistas e compensadoras consequências? Onde a lisura, a isenção, a transparência dos mesmos que partilham entre si o público e o privado? Onde a preocupação e o respeito pela coisa pública? Entre os trabalhadores em luta contra a nova ofensiva laboral e esses senhores, os mesmos, de todas as casas do sino das secretas maçonarias às bancadas parlamentares, não há sequer um dãobalalão como traço de união. Os interesses de uns nada têm a ver com os interesses de outros, como se cada qual vivesse em mundos separados, com o 'pequeno pormenor' de que os segundos engordam à custa dos primeiros. Motivo de sobra para que toquem os sinos. Mas a rebate.

■ Anabela Fino

Combustíveis PCP propõe baixa de preços

Uma baixa, no imediato, do montante do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos para a média cobrada no ano de 1998 e uma aproximação, a curto prazo, dos preços dos combustíveis líquidos em Portugal aos que são praticados na vizinha Espanha é, em síntese, a proposta apresentada pelos comunistas na Assembleia da República, terça-feira passada.

Em causa está o facto de Portugal ser eventualmente o país da União Europeia com combustíveis líquidos mais caros, tendo naturalmente em conta os poderes de compra.

No Projecto de Resolução agora apresentado, o Grupo Parlamentar do PCP lembra que «de há muito o preço do petróleo em bruto tem vindo a sofrer significativas baixas no mercado internacional»

enquanto, em Portugal, essas baixas não se têm reflectido nos preços da venda pública dos combustíveis líquidos. O que significa, na prática, que «quanto mais desce o preço das ramas de petróleo no mercado internacional maior é o imposto que os cidadãos e as empresas portuguesas pagam pelo consumo de combustíveis líquidos».

Isto sucede, sublinha-se no Projecto de Resolução, «porque o Governo tem vindo a utilizar o Imposto sobre os Pro-

ductos Petrolíferos, não como um instrumento de tributação estável (no seu quantitativo), mas antes como um mecanismo efectivo de fixação de preços (impedindo que estes baixem)», o que é inaceitável.

Ao arripio desta situação, o PCP defende que «sem pôr em causa a tributação dos combustíveis líquidos e a correspondente receita orçamental, os portugueses têm direito a usufruírem da baixa de preços das matérias-primas no mercado internacional».

Comissão Europeia PCP comenta demissão colectiva

A demissão da Comissão Europeia - anunciada pelo presidente Jacques Santer na sequência de um relatório independente que responsabiliza colectivamente o colégio de comissários por numerosas irregularidades de funcionamento e laxismo no combate à fraude - é comentada, pelos deputados do PCP no Parlamento Europeu, como «a única saída possível e previsível para a presente crise, tendo em conta os resultados contundentes e inequívocos do relatório dos peritos que analisaram as situações de fraude, irregularidade e nepotismo no seio do executivo comunitário».

Os deputados comunistas lembram que o referido relatório, «ao confirmar e clarificar acusações que vinham sendo dirigidas a comissários e à Comissão, assumiu foros de verdadeira certidão de óbito para uma Comissão que, como os Deputados do PCP vinham afirmando, estava já politicamente moribunda».

Este pedido de renúncia é «indissociável dum claro isolamento político desta Comissão relativamente aos cidadãos, por força das orientações antidemocráticas e anti-sociais que a mesma, em consonância com a generalidade dos governos dos Estados-membros da União Europeia, vem imprimindo à construção europeia», sublinham.

Face aos resultados do relatório, os deputados do PCP referem ainda «a justeza da sua conduta e das suas previsões em todo este processo, particularmente desde a fase de discussão e votação da moção de censura à Comissão, no passado mês de Janeiro em que, recor-

da-se, foram a única força política a votá-la favoravelmente».

A propósito dos comportamentos dos deputados do PS, PSD e PP e do Governo - em tudo idênticos - os deputados entendem dever sublinhar dois aspectos:

«a) Não há momentos bons e maus para combater firmemente a corrupção e a fraude; tão-pouco os interesses nacionais alguma vez se poderão defender com base na tolerância ou convivência com aquelas;

b) Esta Comissão em nenhum momento revelou uma particular preocupação com Portugal. Bem pelo contrário. Recordar-se que a proposta de quadro financeiro que formulou, a Agenda 2000, prejudicaria fundamentalmente, a ser concretizada, o nosso país; também Portugal foi igualmente o único país (além do Reino Unido) a ser atingido por um embargo à carne de vaca decretado por esta Comissão, apesar de se verificarem situações passíveis de igual tratamento noutros países da UE».

Por último, os Deputados do PCP no Parlamento Europeu defendem que «duas orientações essenciais deverão presidir à escolha do próximo colégio de comissários: uma urgente e profunda alteração das condutas que determinaram a presente renúncia e uma significativa mudança nas políticas comunitárias».

Para concluir que «só assim se evitarão situações similares no futuro e se conseguirá um efectivo envolvimento e uma cabal motivação dos cidadãos relativamente às instituições comunitárias».

Carvalhas no Brasil

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, encontra-se de visita ao Brasil, entre 15 e 23 de Março.

Segunda e terça-feira desta semana, Carlos Carvalhas esteve em S. Paulo, onde se encontrou com o governador estadual Mário Covas, participou em conferências na Casa de Portugal e na Câmara Municipal e assistiu à inauguração do Centro Cultural 25 de Abril.

Dia 17, em Brasília, o secretário-geral do PCP teve encontros com José Dirceu, presidente do Partido dos Trabalhadores do Brasil, e com deputados e senadores.

Hoje e amanhã, em Porto Alegre, tem diversos contactos institucionais e partidários e encontra-se com o governador do Estado, Olívio Dutra, e o presidente da Assembleia Legislativa, Paulo Odone.

No Rio de Janeiro, dias 19, 20 e 21 de Março, Carlos Carvalhas, além de visitas institucionais e uma visita à Casa das Beiras, vai estar nomeadamente com o governador Anthony Garotinho, com Oscar Niemeyer e com a Direcção Nacional do Partido Comunista Brasileiro.

De novo em S. Paulo, dia 22, o secretário-geral do PCP encontra-se com a Direcção Nacional do Partido Comunista do Brasil, com Luís Inácio Lula da Silva, presidente de honra do PT, e com o economista e professor Paulo Nogueira Batista, Jr.

Águas Luso-Espanholas



A «Convenção para a Protecção e Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas» foi o tema do debate realizado anteontem, na Sala do Senado da Assembleia da República. Uma iniciativa promovida pelo Grupo Parlamentar do PCP e que reuniu muitos nomes de reconhecido prestígio nesta área. Convidados foram, também, todas as autarquias e outras entidades e membros dos conselhos de bacia dos rios Douro, Tejo e Guadiana, bem como a EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva e as Universidades de Trás-os-Montes e Alto Douro e de Évora



07799